

# FFP EM MOVIMENTO: 50 ANOS DE HISTÓRIAS

Ana Claudia Ramos Sacramento  
Andréa Rodrigues  
Célia Cristina da Silva Tavares  
Daniela Calainho  
Glauber Almeida de Lemos  
Marcele Câmara de Souza  
Marilene Antunes Sant'Anna  
Sônia Camara  
(Orgs.)



FACULDADE DE  
FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES  
UERJ



EDITORA DA  
FACULDADE DE  
FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES



**Reitor (UERJ)**

*Lincoln Tavares Silva*

**Vice-reitor (UERJ)**

*Bruno Deusdará*

**Diretor (CEH-UERJ)**

*Ana Maria de Almeida Santiago*

**Diretora (FFP-UERJ)**

*Mariza de Paula Assis*

**Vice-diretora (FFP-UERJ)**

**EDITORA DA FFP**

*Flavia de Oliveira Barreto (Editora Executiva)*

*Shirley de Souza Gomes Carreira (Editora Assistente)*

**COMISSÃO EDITORIAL**

*Abel Rodolfo Garcia Lozana*

*Catia Antonia da Silva*

*Daniela Mendes Vieira da Silva*

*João Marçal Bodê de Moraes*

*Norma Sueli Rosa Lima*

*Ricardo Tadeu Santori*

*Tatiana Galieta Nascimento*

*Vania Finholdt Ângelo Leite*

### Organização

*Ana Cláudia Ramos Sacramento (DGEO-FFP-UERJ)*

*Andréa Rodrigues (DEL-FFP-UERJ)*

*Célia Cristina da Silva Tavares (DCH-FFP-UERJ)*

*Daniela Calainho (DCH-FFP-UERJ)*

*Glauber Almeida de Lemos (DCIEN-FFP-UERJ)*

*Marcele Câmara de Souza (DMAT-FFP-UERJ)*

*Marilene Antunes Sant'Anna (DEDU-FFP-UERJ)*

*Sônia Camara (DEDU-FFP-UERJ)*

### Preparação de Material

*Mariane Ferrari*

### Capa e diagramação

*Lais Robaina Medeiros Legal*

### Créditos das fotos da capa

*Foto em preto e branco: CETRERJ, dc. 1970, [s/autor]*

*Fonte: Acervo FFP-UERJ*

*Foto colorida: Campus da FFP, 2019, [s/autor]*

*Fonte: Acervo FFP-UERJ*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

FFP em movimento : 50 anos de histórias [livro eletrônico]. -- São Gonçalo, RJ : Faculdade de Formação de Professores - FFP/UERJ, 2023. PDF

Vários organizadores. Bibliografia.

ISBN 978-65-88607-10-7

1. Faculdade de Formação de Professores de Rio de Janeiro - História 2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores.

23-187289

CDD-378.8153

Índices para catálogo sistemático:

1. Faculdade de Formação de Professores : Rio de Janeiro : Estado :  
História 378.8153  
Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-*Mario Sergio Alves Carneiro*

# SUMÁRIO

## **Apresentação - FFP em movimento: 50 anos de histórias..... 5**

*Ana Claudia Ramos Sacramento, Andréa Rodrigues, Célia Cristina da Silva Tavares, Daniela Calainho, Glauber Almeida de Lemos, Marcele Câmara de Souza, Marilene Antunes Sant'Anna, Sônia Camara.*

## **Departamento de Ciências da FFP-UERJ.....10**

*Glauber Almeida de Lemos, Douglas de Souza Pimentel, Mônica Antônia Saad Ferreira, Rogério Carlos Novais.*

## **O Departamento de Ciências Humanas (DCH) da Faculdade de Formação de Professores (FFP): sua história, seus projetos..... 26**

*Daniela Buono Calainho, Célia Tavares.*

## **Os 50 anos da Faculdade de Formação de Professores e o Departamento de Educação: movimentos de uma história em construção..... 43**

*Mariza de Paula Assis, Maria Tereza Goudard Tavares, Patrícia Elaine Pereira dos Santos.*

## **O Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores (UERJ), um projeto de educação democrático, participativo e crítico da sociedade burguesa: memórias e histórias “de ponta à cabeça”..... 56**

*Felipe Moura Fernandes, Marcos Antônio Campos Couto.*

## **50 anos de FFP-UERJ: algumas décadas de histórias do DEL..... 72**

*Gysele da S. Colombo Gomes, Leonardo Mendes, Vera Lúcia Teixeira da Silva.*

**Formação em formação: o percurso da Licenciatura em Matemática da FFP.....81**

*Marcele Câmara de Souza, Priscila Cardoso Petito.*

**Entrevista com Ana Lucia Pinto Considera.....105**

*Ana Lucia Pinto Considera, Ana Claudia Ramos Sacramento, Andréa Rodrigues, Célia Cristina da Silva Tavares, Daniela Calainho, Glauber Almeida de Lemos, Marcelle Câmara de Souza, Marilene Antunes Sant'Anna, Sônia Camara.*

**Entrevista com Odimar Gomes Júnior.....109**

*Odimar Gomes Júnior, Ana Claudia Ramos Sacramento, Andréa Rodrigues, Célia Cristina da Silva Tavares, Daniela Calainho, Glauber Almeida de Lemos, Marcelle Câmara de Souza, Marilene Antunes Sant'Anna, Sônia Camara.*

**Posfácio - Entrecruzando histórias: a efeméride dos 50 anos da FFP..... 114**

*Ana Claudia Ramos Sacramento, Andréa Rodrigues, Célia Cristina da Silva Tavares, Daniela Calainho, Glauber Almeida de Lemos, Marcelle Câmara de Souza, Marilene Antunes Sant'Anna, Sônia Camara.*

**Dados sobre os organizadores..... 118**

**Dados sobre os autores..... 121**

## APRESENTAÇÃO

### FFP EM MOVIMENTO: 50 ANOS DE HISTÓRIAS

**A** Faculdade de Formação de Professores da UERJ chega aos seus 50 anos e ocupa hoje a posição de maior unidade externa da UERJ, com cerca de 3000 alunos. Esse livro surge como uma das formas de homenagear a nossa FFP nessa data que merece muitas comemorações. Uma homenagem que é também um lembrar de lutas, resistências e muitas conquistas ao longo dessas cinco décadas de muitas histórias.

A FFP teve origem no Centro de Treinamento de Professores do Estado do Rio de Janeiro- CETRERJ. De Centro de *Treinamento* a Faculdade de *Formação* de Professores, já começamos com importante conquista, ao deslocar a ideia de treinar para a prática de formar professores. E os processos de formação docente estão presentes nos seis departamentos que constituem a FFP, com seus cursos de graduação e pós-graduação. Atualmente, a FFP conta com seis cursos de licenciatura plena, nove de especialização, seis de mestrado e dois de doutorado. Como nos lembram Reznik *et al.* (2019, p. 105), o projeto político-pedagógico da FFP baseia-se na realidade educacional, social, cultural e ambiental do leste fluminense e a unidade participa de Fóruns, Conselhos, redes escolares, bem como possui convênios com prefeituras, órgãos públicos e universidades nacionais e estrangeiras.

Tavares e Silva (2010) nos contam que as atividades da FFP tiveram início em setembro de 1973, quando foi aberto o vestibular para os cursos de Licenciatura em Letras, Ciências e Estudos Sociais. De acordo com Tavares e Silva (2010) e Reznik *et al.* (2019), somente em 1987 a FFP foi incorporada definitivamente à UERJ. Antes disso, com a transformação dos cursos de licenciatura curta em licenciatura plena, a FFP já havia passado a oferecer, em 1978, o curso de Letras com as habilitações Português/Literaturas e Português/Inglês e o curso de Ciências com as habilitações de Biologia e de Matemática; e em 1985, o curso de Estudos Sociais com as habilitações de História e de Geografia. De lá para cá, foram muitas as reformulações e a criação de novos cursos até chegar aos seis cursos de graduação oferecidos hoje na FFP: Biologia, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia.

Este livro organiza-se em seis capítulos escritos por professores dos seis departamentos da FFP: Departamento de Ciências (DCIEN), Departamento de Ciências Humanas (DCH), Departamento de Educação (DEDU), Departamento de Geografia (DGEO), Departamento de Letras (DEL) e Departamento de Matemática (DMAT).

No texto *O Departamento de Ciências: suas trajetórias, possibilidades, projetos e ações*, Douglas de Souza Pimentel, Glauber Almeida de Lemos, Mônica Antônia Saad Ferreira e Rogério Carlos Novais perpassam pelo histórico do DCIEN que, em sua origem, era denominado Departamento de Ciências Exatas e da Natureza (DEN). A partir daí passam a caracterizar o corpo docente e discente do Departamento, assim como a graduação e a pós-graduação, demonstrando a grande transformação que sofreram ao longo destes 50 anos. Por fim, relatam a participação coletiva e intensa do DCIEN na “vida” da FFP/UERJ e, também, nas populações do entorno, particularmente em seu leste metropolitano, em várias frentes de ação, na perspectiva de uma formação articulada com as mudanças sociais e tecnológicas da contemporaneidade.

No texto *O Departamento de Ciências Humanas (DCH) da Faculdade de Formação de Professores (FFP): sua história, seus projetos*, Daniela Calainho e Célia Tavares analisam a origem de sua constituição, pois ele deriva do Departamento de Estudos Sociais, criado para atender a demanda do curso de licenciatura curta que, durante a ditadura militar, foi criado fundindo as disciplinas História e Geografia. A partir da extinção deste tipo de licenciatura e a afirmação da licenciatura plena e da inclusão da Faculdade de Formação de Professores à UERJ, o Departamento de Estudos Sociais ficou responsável pelos cursos de Geografia e História. Na década de 90, ocorreu uma divisão: o Departamento de Geografia e Departamento de Ciências Humanas, que ficou responsável pela licenciatura em História. A partir daí, o capítulo vai explorar o processo de fortalecimento da licenciatura em História, demonstrando como o pioneirismo da fundação de programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu promoveu a profissionalização e o fortalecimento do ensino de História.

O terceiro capítulo intitulado *Os 50 anos da Faculdade de Formação de Professores e o Departamento de Educação: movimentos de uma história em construção*, de autoria de Mariza de Paula Assis, Maria Tereza Goudard Tavares e Patrícia Elaine Pereira dos Santos, acompanha o papel inicial do Departamento de

Educação (DEDU) no processo de instalação da faculdade ao oferecer as disciplinas pedagógicas aos cursos criados ao longo da década de 1970, atravessando com a criação do Curso de Pedagogia em 1994 e segue até a atual configuração apresentada através do número de docentes e das atividades de ensino, pesquisa e extensão da graduação, do curso de especialização em educação básica com foco na gestão escolar, e na pós-graduação stricto sensu que mantém o mestrado (2011) e o doutorado (2019) em educação. O texto dialoga com as contribuições de Roland Barthes, Walter Benjamin, bell hooks, dentre outros(as) autores (as), mas é sobretudo inspirado nas memórias de docentes que viveram/vivem essa temporalidade assinalada pelo reconhecimento de muitas conquistas e desafios.

Em *O Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores (UERJ), um projeto de educação democrático, participativo e crítico da sociedade burguesa: memórias e histórias “de ponta à cabeça”*, Felipe Moura e Marcos Couto apresentam narrativas/memórias de dois professores com diferentes experiências profissionais e pessoais na Instituição. No texto, informam que o Departamento de Geografia inicia sua história na Faculdade de Formação em 1995, quando diferentes sujeitos construíram coletivamente sua história, e traçam a trajetória de seu Projeto de Educação de formação de professores de Geografia na articulação da produção do conhecimento com os movimentos sociais e com a intervenção política nas contradições sociais-raciais e ambientais da formação espacial brasileira, fluminense e gonçalense. Também está presente no texto a narrativa/memória de uma funcionária da FFP, a Fatinha, que conta suas experiências e sua concepção de ser e estar na FFP.

No texto *50 anos de FFP-UERJ: algumas décadas de histórias do DEL*, Gysele da S. Colombo Gomes, Leonardo Mendes e Vera Lúcia Teixeira da Silva apresentam uma autoetnografia colaborativa que tem como foco o histórico do curso e do Departamento de Letras na FFP. Os professores traçam um histórico do departamento ao lume de suas lembranças, que gravitam entre a evolução do DEL, a criação das revistas que surgiram no âmbito do departamento e os cursos de pós-graduação que foram criados ao longo de todo esse tempo. Ao optarem pela perspectiva autoetnográfica, o trio de professores pesquisadores adota o relato de uma das autoras, que ingressou como aluna no curso de Letras da FFP em 1987, ou seja, no primeiro ano da incorporação da faculdade à UERJ, a fim de fortalecer o caráter autorreflexivo como



elemento básico no estudo de grupos sociais em que o pesquisador faz parte de seu próprio objeto e universo de pesquisa.

No texto *Formação em Formação: o percurso da Licenciatura em Matemática da FFP*, Marcele Câmara de Souza e Priscila Cardoso Petito abordam elementos e etapas envolvidos no percurso da Licenciatura em Matemática da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), explorando os passos que foram dados ao longo do tempo para sua consolidação e aprimoramento na perspectiva metodológica da pesquisa documental. Esse registro permite compreender as bases sobre as quais o curso foi construído e conhecer os desafios enfrentados até aqui. Além disso, neste contexto, é apresentada uma perspectiva valiosa sobre as mudanças curriculares, metodologias de ensino e avanços na área, proporcionando um contexto mais amplo para o entendimento da formação acadêmica.

Após os capítulos, o leitor encontrará entrevistas com dois técnicos: a primeira, com a chefe da secretaria da FFP, Ana Lucia Pinto Considera, que está na FFP há 47 anos, e a segunda com o coordenador do campus regional FFP, Odimar Gomes Júnior, que está na FFP há dez anos. Odimar destaca importantes reflexões sobre a situação dos técnicos na universidade e observa que ao trabalhar com as atuais diretora e vice-diretora, Ana Santiago e Mariza de Paula Assis, “tem aprendido o equilíbrio entre o dever do servidor público e o afeto que permeia as relações pessoais”. Ana Lucia já estava presente quando da mudança dos cursos para licenciatura plena e nos conta, por exemplo: “Viramos noite para datilografar e montar os processos das Licenciaturas Plenas, e isso foi feito com prazer”. Suas memórias ajudam a tecer todo um processo de dedicação de pessoas fundamentais para a FFP ao longo de todo esse tempo. Pessoas que viraram noites, que iam e voltavam de van para a Uerj-Maracanã para poder efetivar a matrícula de alunos. Diretores que abriram e lutaram pela manutenção do vestibular da FFP em meio a períodos de transição, antes dos primeiros vestibulares feitos na própria UERJ.

Esperamos, com esse livro, registrar um pouco dessas lutas, dessas tantas histórias que ajudaram a formar a nossa FFP, sempre em movimento. E agradecemos aos autores dos capítulos e aos entrevistados pelas contribuições, e também à diretora atual da FFP, Ana Maria de Almeida Santiago, e à vice-diretora, Mariza de Paula Assis,

pela proposta de edição desse livro como parte das comemorações dos 50 anos da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

São Gonçalo, segundo semestre de 2023.

*Ana Claudia Ramos Sacramento (DGEO-FFP-UERJ)*

*Andréa Rodrigues (DEL-FFP-UERJ)*

*Celia Cristina da Silva Tavares (DCH-FFP-UERJ)*

*Daniela Calainho (DCH-FFP-UERJ)*

*Glauber Almeida de Lemos (DCIEN-FFP-UERJ)*

*Marcele Câmara de Souza (DMAT-FFP-UERJ)*

*Marilene Antunes Sant'Anna (DEDU-FFP-UERJ)*

*Sônia Camara (DEDU-FFP-UERJ)*

## Referências

REZNIK, L. *et al.* 70 anos UERJ: 1950-2019. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

TAVARES, M. T. G.; SILVA, C. A. da. (org.). *Catálogo-observatório acadêmico-institucional da Faculdade de Formação de Professores*. São Gonçalo: Faculdade de Formação de Professores da UERJ, 2010.

## DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA FFP-UERJ

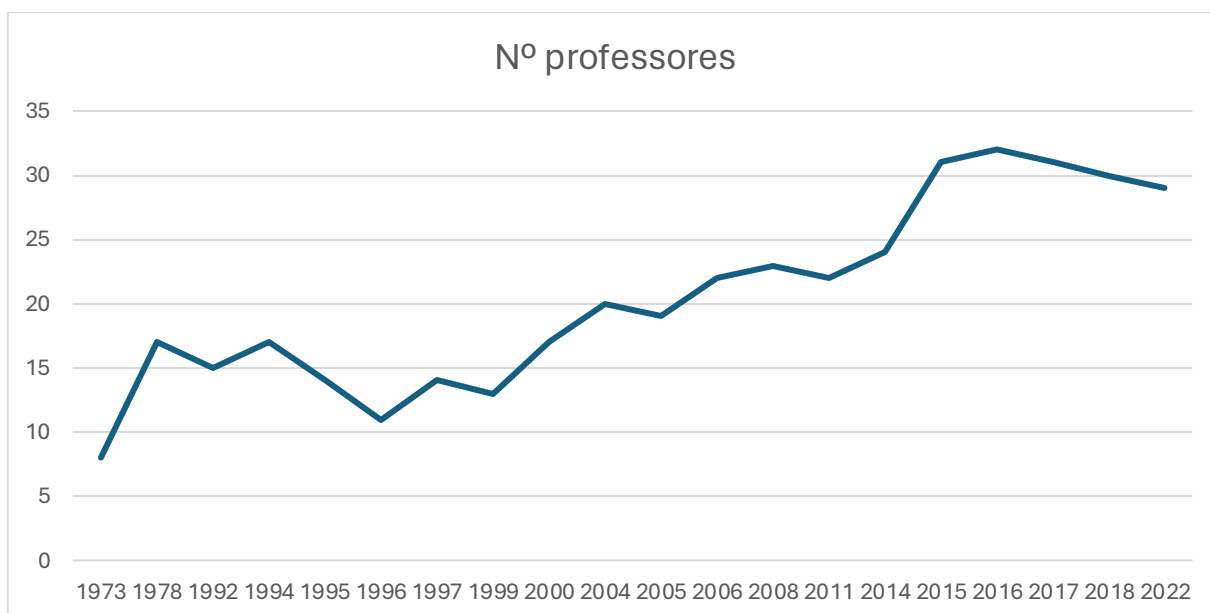
*Glauber Almeida de Lemos - DCIEN-FFP-UERJ*  
*Douglas de Souza Pimentel - DCIEN-FFP-UERJ*  
*Mônica Antônia Saad Ferreira - DCIEN-FFP-UERJ*  
*Rogério Carlos Novais - DCIEN-FFP-UERJ*

### Histórico e estrutura

O atual Departamento de Ciências (DCIEN) ficou assim denominado a partir de 1979. Até aquele ano, era chamado de Departamento de Ciências Exatas e da Natureza (DEN), criado na Faculdade de Formação de Professores em 1973, instituição que constituía o antigo Centro de Treinamento de Professores do Estado do Rio de Janeiro (CETRERJ) (Assis; Silva, 2001). Em seu início, o Departamento (DEN) contava com apenas oito docentes efetivos e era responsável pelo curso de licenciatura em Ciências (licenciatura curta), com duas habilitações: Ciências e Matemática. Anos depois, em 1995, docentes da área de Matemática do DCIEN, saem do mesmo para criar o Departamento de Matemática (DMAT) passando este último a ficar responsável exclusivamente pelo curso de Licenciatura em Matemática e o DCIEN pela Licenciatura em Ciências Biológicas (Ayres, 2005). Neste ínterim, como em todos os Departamentos da FFP, particularmente a partir da incorporação pela UERJ, o DCIEN vem contando em sua estrutura departamental com a figura de um(a) Chefe e de um(a) Subchefe de Departamento, que juntamente com os demais membros do corpo docente, e mais a representação estudantil, formam o colegiado do departamento para as tomadas de decisões. Em anos mais recentes, a partir do final da década de 1990, principalmente, o Departamento passou a ter a atuação de uma Coordenação de curso, que atua juntamente com a Chefia departamental nas atividades acadêmicas da graduação entre alunos e professores.

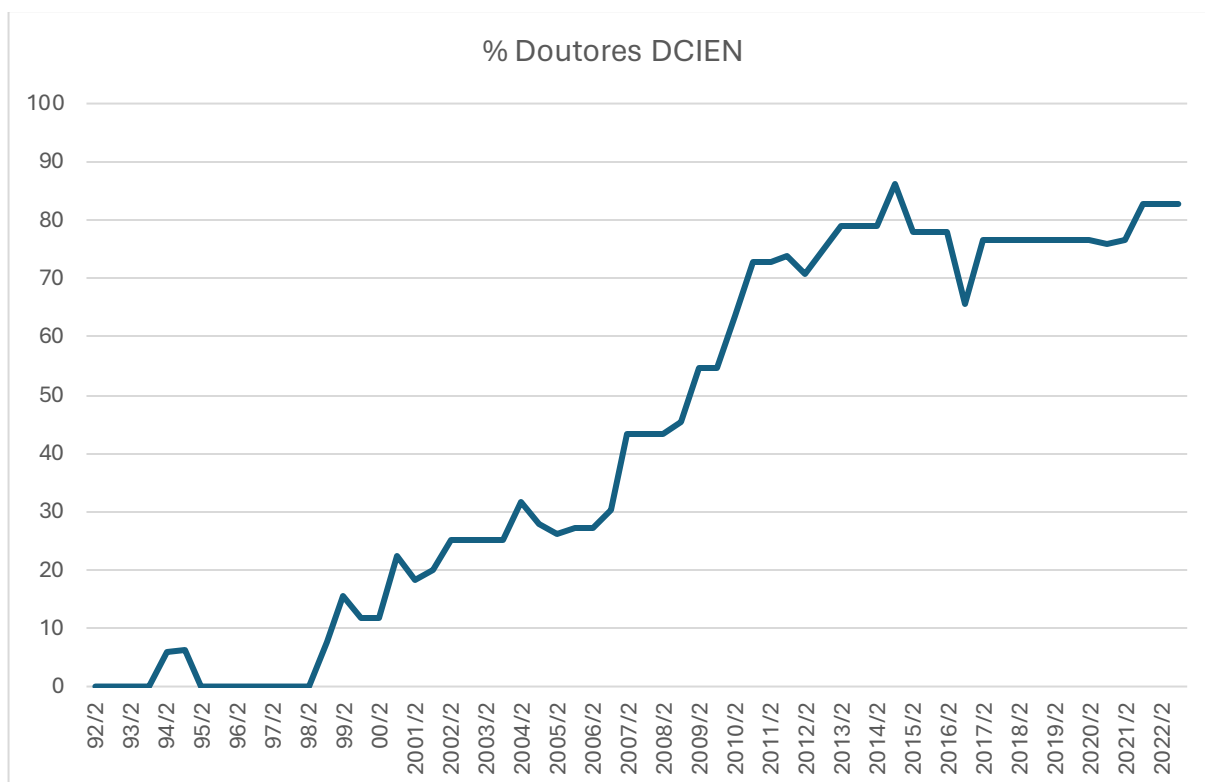
## Caracterização do corpo docente

Neste período e mesmo com todas as dificuldades pelo qual o Departamento e a Unidade (FFP/UERJ) passaram (Assis; Silva, 2001) o DCIEN cresceu, passando de 8 (oito) docentes em 1973, para 29 docentes efetivos em 2023<sup>1</sup> (Gráfico 1) e percorreu os mesmos caminhos de aperfeiçoamento e capacitação do corpo docente por que passam as Universidades brasileiras. Assim, mesmo que de forma tardia, considerando-se outras Instituições semelhantes, o Departamento saiu de um percentual de 0% de doutores em 1973 – tendo seu primeiro doutor somente em 1994 – e chega a 2023 com 83% de doutores em seu quadro docente efetivo (Gráfico 2).



**Gráfico 1** Evolução do nº de professores nos últimos 50 anos. Fonte: Comissão Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente (COPAD/UERJ, 2023).

<sup>1</sup> Até início de 2024, mais 4 vagas docentes serão preenchidas por concursos em andamento em duas áreas do Departamento, passando o DCIEN a ter 33 professores em seu quadro efetivo.



**Gráfico 2** Percentual de doutores a partir de 1992. Fonte: Comissão Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente (COPAD/UERJ, 2023).

O Departamento de Ciências, atualmente, tem seus docentes efetivos atuando nas áreas de Biodiversidade; Biologia Estrutural e Funcional; Ensino de Ciências e Biologia; e Ciências da Natureza, sendo eminentemente composto por Biólogos (27), mas também contando com um Físico e um Químico nos seus quadros, habilitações também importantes para o ensino de Ciências e Biologia. Hoje, o DCIEN tem forte atuação na Graduação (desde a sua criação), na licenciatura em Ciências Biológicas e uma constante e crescente presença na pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, com a especialização e o Mestrado Acadêmico, respectivamente. Além da Licenciatura em Ciências Biológicas, principalmente, parte de seus docentes também atuam nas licenciaturas de Pedagogia, Matemática e Geografia da Unidade. Ademais, uma parcela de seu corpo docente também atua na Especialização em Educação Básica: modalidade Ensino de Biologia e no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade (PPGEAS), Mestrado Acadêmico, da FFP/UERJ.

Cabe aqui destacar que, do quadro docente efetivo do DCIEN, 34,5% (10 docentes) integram o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – PROCiência – de valorização da produção científica na Universidade, e 31% (9

docentes) integram o recente criado Programa de Incentivo à Docência na Graduação – PRODOCÊNCIA.

Dentro de uma estrutura universitária “padrão” na área de Ciências Biológicas<sup>2</sup>, congregar em um único Departamento todas as especificidades desta área (botânica, zoologia, biologia celular, genética, anatomia e fisiologia humana, ecologia, bioquímica, microbiologia e imunologia, parasitologia, ensino de Ciências e Biologia) não é algo muito corriqueiro em grande parte das Universidades brasileiras, nas quais é comum encontrar departamentos específicos destas subáreas quando não, mais especializados ainda<sup>3</sup>.

Como bem demonstrado por Ayres (2005) esta peculiaridade é um foco de “tensão” permanente, mas também ao mesmo tempo, campo de grandes possibilidades. Foram e são diversos os grupos e coletivos formados no Departamento entre as várias áreas de formação docente, para a composição de projetos (ensino, pesquisa e extensão) de interesse em comum do DCIEN, para fins de melhoria das condições de infraestrutura física dos espaços ocupados pelo departamento e para a aquisição de equipamentos, principalmente os que criam e geram impacto na região do leste metropolitano do Estado.

### **Caracterização do corpo discente**

Ao longo destes 50 anos, o corpo discente do DCIEN, particularmente da graduação, passou por grande transformação. Hoje, a média etária dos estudantes da licenciatura em Ciências Biológicas, por exemplo, varia entre 22-24 anos de idade<sup>4</sup> – inferior ao que era há 25 anos, por exemplo. Grande parte desse corpo discente atualmente é formado por moradores, primordialmente, de São Gonçalo, mas,

---

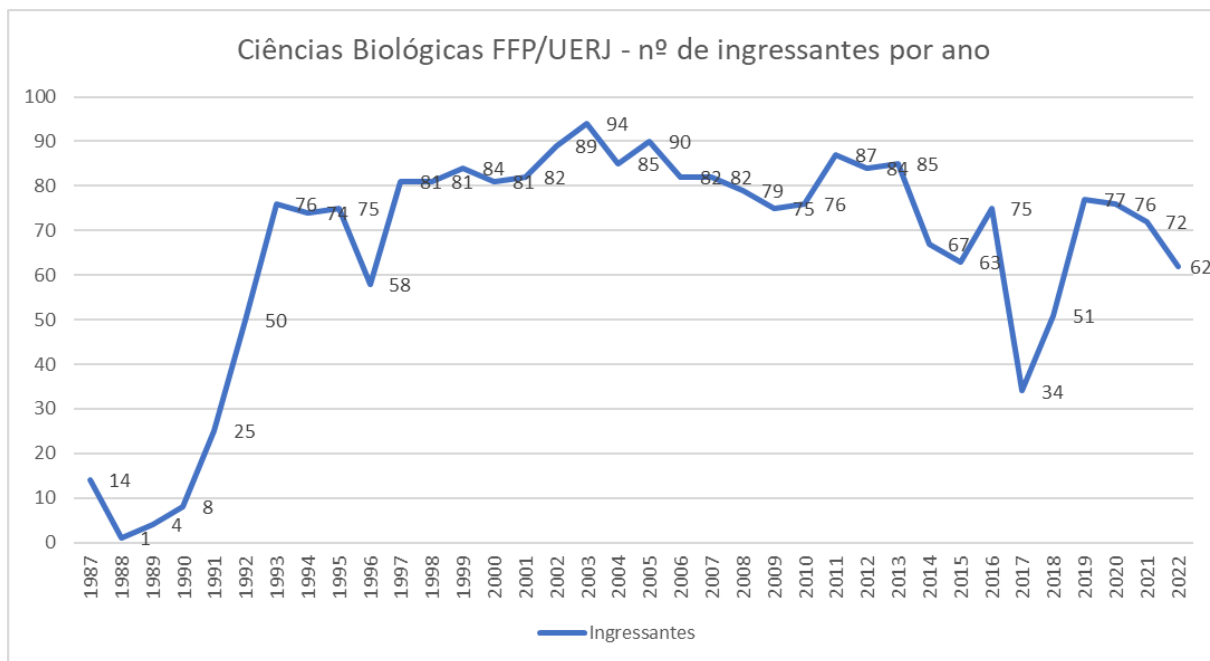
<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES 02/2002*. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Biológicas. Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. [20--?]. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/>. Acesso em: 11 set. 2023.

<sup>3</sup> CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. [20--?]. Disponível em: <http://www.cnpq.br/>. Acesso em: 11 set. 2023.

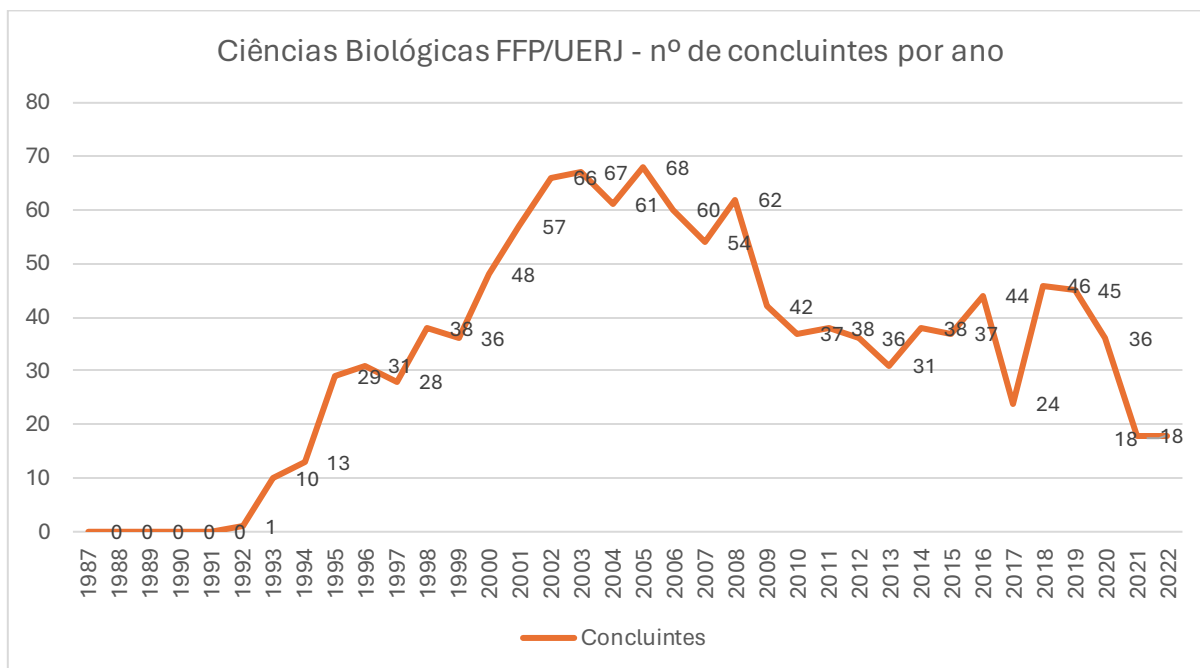
<sup>4</sup> Consta no documento da Reformulação curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Departamento de Ciências, FFP/UERJ, 2021 – Processo 7827/2019.

também, de Niterói, Maricá, Itaboraí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu (cidades do leste metropolitano), além da cidade do Rio de Janeiro.

No que se refere ao número de estudantes, no final do semestre letivo 2022/2, a licenciatura em Ciências Biológicas do DCIEN possuía 380 alunos ativos, a especialização 20 alunos ativos e o Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade 45 alunos ativos. Por esses números, se comparados com os do ano de 1987 – quando a FFP foi incorporada à UERJ e na qual havia só alunos de graduação (41 alunos ativos) – constata-se um grande aumento do corpo discente até 2022/2. Especificamente na graduação, em que se concentra grande parte do corpo discente do DCIEN, como pode ser visto no Gráfico 3, a partir de 1993, houve uma média de 78 ingressantes por ano, com pequenas oscilações até ao ano de 2016. Nos últimos seis anos (2017 a 2022), a grave crise financeira por que passou o Estado do Rio de Janeiro, bem como a pandemia de COVID-19, foram os principais responsáveis que fizeram diminuir o ingresso de estudantes, não só na FFP como em toda UERJ. Com relação aos concluintes, entre 1987 e final de 2022 – período em que a FFP passa a ser da UERJ – 1219 (mil duzentos e dezenove) alunos concluíram o curso de graduação em Ciências Biológicas (Gráfico 4).



**Gráfico 3** Nº de ingressantes por ano, desde a incorporação da FFP à UERJ, em 1987. Fonte: Sistema Acadêmico de Graduação (SAG/UERJ, 2023).



**Gráfico 4** Nº de concluintes por ano, desde a incorporação da FFP à UERJ, em 1987.

A pós-graduação é relativamente recente na FFP/UERJ com o DCIEN iniciando a sua primeira turma na Especialização (*lato sensu*) de Educação Básica: Ensino de Biologia em 2008 e desde então seleciona anualmente, em média cerca de 10 alunos. Boa parte destes ingressantes é oriunda da região do Leste metropolitano do RJ, sendo formada em sua maioria por professores das redes estadual e municipais de educação da região, que buscam o curso para o seu aprimoramento profissional. Até o final de 2022, 76 (setenta e seis) alunos (especialistas) haviam concluído o curso de Especialização.

Muito embora o Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade (PPGEAS), nível Mestrado Acadêmico, seja formalmente um Programa da FFP/UERJ, sua criação se deu no DCIEN, na qual grande parte dos docentes permanentes do programa (perto de 85%) integram o referido Departamento. Do seu início, em 2012, até hoje, uma média de 10 alunos vem ingressando no Programa anualmente, sendo a grande maioria deles egressos de diferentes cursos superiores de instituições localizadas nas proximidades da FFP/UERJ, com 90 dissertações sendo produzidas neste período.



## **Quadro técnico**

Embora os Servidores Técnicos não tenham sua lotação no Departamento, o DCIEN por suas características vem contando nas 2 últimas décadas, ao menos, com Auxiliares de Laboratório, Técnicos de Laboratório e Biólogos. Atualmente, o Departamento conta com o trabalho de uma Técnica de laboratório que, de maneira geral, dá suporte aos laboratórios para as aulas práticas na graduação e de uma Bióloga que atua no Herbário da FFP.

## **Participação na estrutura acadêmico-administrativa na FFP e UERJ**

Nestes 50 anos, o Departamento participou e participa ativamente da vida acadêmico-administrativa desta Unidade acadêmica da UERJ. Entre 1989 e 2015, a comunidade da FFP/UERJ elegeu, em cinco processos eleitorais distintos, docentes do DCIEN (três) para exercerem a Direção e/ou Vice Direção da Unidade (gestões: 1989-1991 – 2004-2007 – 2012-2015), além de elegerem – em conjunto com outras nove Unidades acadêmicas do Centro de Educação e Humanidades (CEH) – um docente do Departamento para exercer a Direção deste Centro setorial (gestões: 2008-2011 – 2012-2015). Nos últimos anos, também, docentes do Departamento foram eleitos para representarem tanto a Unidade acadêmica no Conselho Universitário (CONSUN), quanto para o Centro de Educação e Humanidades (CEH), no Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CSEPE). Também, nas duas últimas décadas, particularmente, membros do corpo docente do DCIEN integraram e ainda integram diversos órgãos, conselhos, comitês e colegiados decisórios da Universidade (Comissão Permanente de Avaliação e Carga Horária Docente – COPAD, Conselho Consultivo da PR-2, Comissão de Progressão Docente, Comissão Própria de Avaliação – CPA – da UERJ, Comissão de Avaliação da Extensão, Comitê da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – da UERJ), demonstrando uma participação efetiva do Departamento na estrutura acadêmico-administrativa da Universidade desde 1989, ao menos.

## Atuação na graduação – o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

No que se refere ao curso de Ciências Biológicas, como bem demonstrado por Ayres (2005) – em sua tese tendo como estudo de caso o curso de Ciências Biológicas da FFP/UERJ, visando analisar a trajetória da formação de professores no ensino secundário no Brasil – o atual curso de graduação do Departamento de Ciências, até chegar aos dias atuais, passou por diversas mudanças e reformulações (foram 5!). Ao longo da história da Faculdade de Formação de Professores o curso sofreu diversas alterações. Iniciou em 1973 como Licenciatura em Ciências, com duas habilitações: Ciências e Matemática, e em 1978 passa a ter a possibilidade de complementação para obtenção da Licenciatura Plena em Ciências, com reconhecimento em 1982. A partir de 1984, os cursos de Ciências Biológicas e Matemática, tornam-se independentes, mas com a denominação de Licenciatura Plena em Ciências, com habilitações em Biologia e Matemática. Em 1991, em nova reformulação, passa a ser denominado Ciências Biológicas com habilitação em Licenciatura e em 2006 tem a sua última reformulação, mantendo a denominação, mas modificando sua estrutura curricular. Neste atual currículo que conta com 3485 horas, entre as principais modificações para o currículo anterior, está a adoção da monografia como trabalho final de curso, com defesa pública.

Todas estas mudanças e reformulações foram reconhecidas e autorizadas pelos Conselhos pertinentes, internos e externos e ocorreram para atender aos anseios internos da comunidade acadêmica e/ou às Diretrizes nacionais. Mais recentemente – desde 2019 – e assim como em todos os cursos da Unidade, o Departamento está em um novo processo de reformulação curricular para atendimento às novas Diretrizes Nacionais para as Licenciaturas e, brevemente, teremos o surgimento de um novo currículo<sup>5</sup>.

Cabe aqui destacar que, muito embora a Licenciatura em Ciências Biológicas seja o curso em que o DCIEN predominantemente atua, oferecendo turmas/disciplinas

---

<sup>5</sup> Esta nova reformulação curricular, se deve: a) à renovação do corpo docente; b) aos recentes avanços das Ciências Biológicas; c) as novas perspectivas na área de formação de professores; d) aliado às novas exigências legais, como as Resoluções CNE/CES n° 2, de julho de 2015 e CNE/CES n°7, de 18 de dezembro de 2018; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas (Parecer CNE/CES n° 1.301/2001 e da Resolução CNE/CES n° 7, de 11 de Março de 2002); e) assim como as novas deliberações da UERJ (n°015/2019, n°016/2019, n° 017/2019; n° 018/2019).

(em torno de 65, em cada semestre letivo) entre obrigatórias e eletivas, o Departamento é responsável, também, por oferecer algumas turmas/disciplinas obrigatórias (cerca de 9) às licenciaturas de Pedagogia, Matemática e Geografia na FFP/UERJ.

### **Atuação na pós-graduação**

#### ***Especialização (lato sensu)***

A especialização em *Educação Básica: Ensino de Biologia*, se iniciou em 2008 e tem, atualmente, nove docentes do DCIEN em seu corpo docente, responsáveis pelo oferecimento das 5 disciplinas oferecidas no curso e, também, orientação dos alunos, sendo gerados, desde seu início até o momento, 76 (setenta e seis) trabalhos monográficos.

#### ***Programa de pós-graduação – Mestrado Acadêmico***

O Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade (PPGEAS), com seu Mestrado Acadêmico, se iniciou em 2012 e conta hoje com 16 (dezesseis) docentes (sendo 13 permanentes e 3 colaboradores). Destes 16, 11 (onze) são docentes efetivos do DCIEN, 1 (uma) é aposentada pelo Departamento e 2 (dois) colaboradores já fizeram parte do Departamento. O Programa visa integrar

[...] temas relacionados ao Ensino de Ciências e às questões socioambientais que orbitam o universo extra-acadêmico é essencial para a promoção da interação entre os diferentes espaços de produção de saberes (como escolas, espaços de divulgação de conhecimentos científicos, áreas naturais protegidas, comunidades locais, além da própria universidade). (PPGEAS-FFP-UERJ, 2023).

O programa atua em duas áreas de concentração: Ensino de Biologia e Biodiversidade e Sociedade. Desde seu início, produziu 90 (noventa) dissertações com temas de grande relevância para a região.

### ***Projetos de ensino, pesquisa e extensão***

O departamento de Ciências (DCIEN) desde sua criação vem, tradicionalmente, se envolvendo com ações de ensino, pesquisa e extensão. Assim, mais do que produzir conhecimento, o DCIEN vem contribuindo de forma contínua e consistente para a comunidade acadêmica da FFP e para o município de São Gonçalo e municípios vizinhos, não apenas na oferta de bolsas e produção de projetos científicos, mas também sendo capaz de estabelecer um diálogo com os variados grupos que compõem nosso espaço social, gerando engajamento dos alunos do curso de Ciências Biológicas e da pós-graduação e, do mesmo modo, buscando atender às demandas das comunidades do entorno a partir de suas diferentes realidades.

O DCIEN com essa diversidade de professores, das mais variadas áreas, vem desenvolvendo projetos multidisciplinares de grande relevância para a comunidade acadêmica, do entorno e da região do leste metropolitano. Como exemplo do alcance de tais projetos, com boa participação coletiva de docentes do DCIEN, citamos: a) projetos que envolvem e envolveram a recuperação ambiental do campus e do entorno da FFP/UERJ-SG, ocorrido, principalmente, entre 1998 e 2000 (Pimentel *et al.*, 2001) – mas também em anos seguintes – que modificou sensivelmente a paisagem local (Pimentel *et al.*, 2001) (Figuras 1 e 2); b) de implantação e consolidação do Núcleo de Pesquisas e Ensino de Ciências – (NUPEC)<sup>6</sup> – com participação de docentes de outros 3 departamentos da FFP, além do DCIEN, entre 2005 e 2010, com verba de financiamentos da FINEP e FAPERJ; c) projetos que privilegiaram o ensino, pesquisa e a divulgação da ciência no Leste Metropolitano, envolvendo escolas parceiras, com financiamentos da FAPERJ<sup>7</sup> (2 projetos); d) projetos que articulam estratégias e melhorias de ensino, entre a Universidade e as Escolas da Rede pública do Estado do Rio de Janeiro (2 projetos)<sup>8</sup>, com financiamentos da FAPERJ; e) de levantamento de aspectos biológicos, geológicos e hidrológicos de mata atlântica em Niterói e Maricá, com financiamento da FAPERJ<sup>9</sup>; f) projetos de atualização e modernização dos

<sup>6</sup> FINEP convênio 01.05.0548.00/2005 e convênio FAPERJ PROC. E-26/010.111159/2008.

<sup>7</sup> Programa de Apoio às Universidades Estaduais - UERJ, UENF e UEZO – Proc. E-26/010.100952/2018 - Ref. 210.081/2018 e Proc. FAPERJ E-26/010.111151/2010;

<sup>8</sup> Edital 16/2014 – ExtPesq – Proc E-26/010.001881/2014, Ref. 210.261/2014; e Edital 21/2010 – Apoio Melh. Ens. Escolas Públicas – Proc. E-26/ 110.083/2011.

<sup>9</sup> Proc. E-26/170.912/2002.

laboratórios de pesquisa em biodiversidade, biologia estrutural e ensino de ciências e biologia do DCIEN<sup>10</sup>, com financiamento FAPERJ (3 projetos); g) projetos sobre a biodiversidade ao alcance de/para todos<sup>11</sup>, também com financiamentos FAPERJ, para a melhoria das condições de infraestrutura para o ensino, pesquisa e extensão do Departamento (2 projetos). Além desses, o DCIEN teve projetos que envolveram assinaturas de convênios da Unidade (FFP/UERJ) com Secretarias municipais e/ou outros órgãos públicos<sup>12</sup>, em São Gonçalo e Niterói, respectivamente, com participação de diversos professores do Departamento.



**Fig 1** Início do projeto de recuperação ambiental da FFP e entorno, em 1999. Fonte: Os autores (2023).

<sup>10</sup> Editais de Apoio às Universidades estaduais 2007 – Procs. E-26/110.009/2007 e E-26/111.660/2011; Proc. E-26/170.996/2005.

<sup>11</sup> Programa difusão e popularização da Ciência e Tecnologia no RJ, 2010 – Proc. E-26/111.464/2010 e Edital PROINFRA UERJ – 2021.

<sup>12</sup> Convênio entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Ambiente (SEMIEUA) de São Gonçalo e a FFP-UERJ, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 05 de julho de 2004; Convênio de Cooperação entre a FFP/UERJ e o Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM – Museu de Arqueologia de Itaipu.

Ademais, diversos docentes do departamento integraram e integram outros projetos coletivos da Unidade Acadêmica (FFP) – inclusive como coordenadores – submetidos às agências de fomento, todos com a finalidade de melhorias e aquisição de equipamentos e de melhorias da infraestrutura (construção de prédios, inclusive) para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.



**Fig 2** Mesma área, atualmente, com parte do NUPEC à direita. Fonte: Os autores (2023).

Atualmente, o DCIEN possui 4 grupos de pesquisa certificados no CNPq nas áreas de Ciências Biológicas (Zoologia), Ciências Exatas e da Terra (Oceanografia e Química) e Ciências Humanas (Educação), e 71 projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo: 23 projetos de ensino (10 de Estágio Interno Complementar, 4 de Iniciação à Docência e 9 de Prodocência), 30 projetos de Pesquisa e 18 projetos de Extensão. A grande maioria destes projetos é financiada com bolsas para o(a) coordenador(a) e/ou para os estudantes, seja com aporte financeiro de agências mantenedoras estaduais (FAPERJ), federais (CAPES e CNPq) ou mesmo financiamento interno da própria Universidade.

Destacamos a participação do Departamento na produção de projetos de Extensão, uma vez que a Faculdade de Formação de Professores se notabilizou como a Unidade com a maior participação em número de projetos nesta modalidade na Universidade, o que remete à uma característica peculiar do processo formativo

adotado no departamento, que igualmente valoriza as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão e, neste quesito, o DCIEN contribui atualmente com 18 projetos, dos cerca de 70 da FFP.

Conforme mostrado acima, boa parte desses projetos docentes são contemplados com bolsas para os estudantes do curso de Ciências Biológicas, sendo: 17 bolsas de Estágio Interno Complementar, seis bolsas de Iniciação à Docência, 42 bolsas de Prodocência, 16 bolsas PIBIC (iniciação científica) e 18 bolsas de Extensão. Ademais, há 22 bolsas de Monitoria para apoio a diferentes disciplinas do curso de graduação, além de 13 bolsas de apoio técnico (PROATEC) às atividades/projetos do Departamento. No total, somente o DCIEN oferece atualmente, 134 bolsas de estudos (a maioria) e de apoio técnico. Levando-se em conta que o DCIEN possui em seu curso de graduação 380 alunos ativos, assim, um pouco mais de 1/3 dos estudantes do curso de graduação em Ciências Biológicas possuem bolsas acadêmicas (ensino, pesquisa e/ou extensão) diretamente ligados aos projetos do Departamento. E, nesta conta, não estão sendo consideradas as “bolsas permanência” da UERJ (sistema de cotas, vulnerabilidade social, auxílio creche e transporte) e, também, as bolsas adquiridas pelos alunos e alunas em projetos/estágios externos à FFP, dentro ou fora da UERJ.

### ***Espaços físicos atuais: laboratórios e outros espaços***

O Departamento faz uso de 14 (quatorze) espaços laboratoriais com bancadas e diferentes equipamentos, destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos docentes e alunos, além de quatro salas multiusuários para estudos e reuniões de grupos. Todos estes espaços estão distribuídos em sete locais na Unidade: em instalações prediais (blocos A, B e C, biblioteca e NUPEC) e em espaços externos, como a estufa de plantas e o “container-laboratório”. Destes espaços físicos, destaca-se o Herbário da FFP/UERJ (*RFFP*) (Figura 3) – coleção científica de plantas secas – de responsabilidade deste Departamento que, criado em 1997, conta hoje com mais de 20.000 exsicatas, estando indexado ao *index Herbariorum* do Jardim Botânico de Nova Iorque; e o Núcleo de Pesquisa em Ensino de Ciências (NUPEC) (Figura 4), que sob a Coordenação do DCIEN, foi o primeiro grande projeto institucional da FFP com financiamento de agência de fomento (a partir de 2004), envolvendo docentes de

vários Departamentos da Unidade (DCIEN, DGEO, DEDU e DMAT) que, com verba da FINEP, levou à construção do referido Núcleo, que tem forte atuação na região do leste metropolitano envolvendo diversas Escolas parceiras, em atividades e projetos inovadores de ensino e de divulgação da ciência.



Fig 3 Herbário FFP/UERJ (RFFP). Fonte: Seja [...] (2023).



Fig 4 Núcleo de Pesquisa e Ensino de Ciências - NUPEC. Fonte: NUPEC (20--?).



Assim, o DCIEN vem nestes 50 anos, com muita luta e determinação por parte de seu corpo discente e docente, participando efetivamente da vida acadêmica e administrativa da FFP/UERJ e, também, impactando positivamente, não só o município de São Gonçalo, mas diversas outras cidades do Leste metropolitano do Rio de Janeiro através de sua atuação nas mais variadas frentes de ação. Com sua característica ímpar de agregar diversas áreas/subáreas dentro de um único Departamento, consegue discutir e encaminhar propostas que vão da “Célula ao Ambiente” (Santori *et al.*, 2017), formando profissionais com um olhar amplo, crítico e engajado com o desenvolvimento de pesquisas e atividades de ensino e extensão, articuladas com as mudanças sociais e tecnológicas da contemporaneidade.

## Referências

ASSIS, M. P.; SILVA, M. A. C. Faculdade de Formação de Professores da UERJ: Cursos e rumos. In: SOUZA, D. B.; FERREIRA, R. (org.). *Faculdade de Formação de Professores na UERJ: Memória, realidade atual e desafios futuros*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. [20--?]. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/>. Acesso em: 11 set. 2023.

AYRES, A. C. B. M. *Tensão entre Matrizes: um estudo a partir do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Formação de Professores/UERJ*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES 02/2002*. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Biológicas. Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. [20--?]. Disponível em: <http://www.cnpq.br/>. Acesso em: 11 set. 2023.

NÚCLEO DE PESQUISA E ENSINO DE CIÊNCIAS (NUPEC) DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ. [20--?]. Disponível em: <http://www.nupec.uerj.br/>. Acesso em: 11 set. 2023.

PIMENTEL, D. S. *et al.* Programa de Recuperação Ambiental do Entorno da Faculdade de Formação de Professores, UERJ/São Gonçalo, RJ. *Interagir: pensando a extensão*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 25-28, 2001.

PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO DE CIÊNCIAS, AMBIENTE E SOCIEDADE DA FFP-UERJ. 2023. Disponível em: <http://www.ppgeas.ffp.uerj.br/>. Acesso em: 11 set. 2023.

SANTORI, R. T.; SANTOS. M. G.; SANTOS, M. C. F. (org.). *Da célula ao ambiente: propostas para o ensino de Ciências e Biologia*. Rio de Janeiro: UERJ/FFP, 2017.

SEJA bem-vindo ao Grupo de Pesquisa Estudos Ambientais no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro! *Leme Ambiental*, São Gonçalo, 2023. Disponível em: <https://lemeambientalrj.wixsite.com/lemeambiental>. Acesso em: 11 set. 2023.

## **O DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH) DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (FFP): SUA HISTÓRIA, SEUS PROJETOS**

*Daniela Buono Calainho - DCH-FFP-UERJ*

*Célia Tavares - DCH-FFP-UERJ*

### **O Departamento de Estudos Sociais, antepassado dos departamentos de Ciências Humanas e Geografia**

**P**ara traçar a história do Departamento de Ciências Humanas (DCH) é preciso recuperar a antiga estrutura que formava a Faculdade de Formação de Professores (FFP) à qual está subordinado. A FFP tem sua origem relacionada ao contexto das reformas do ensino superior (1968) e do Ensino de 1º e 2º graus (1971), colocadas em prática pelos governos do período da Ditadura Militar (1964-1985). Nesse projeto de reformulação do ensino no Brasil, defendeu-se a existência de licenciaturas curtas para atender a demanda de qualificação profissional dos professores e a urgência da formação de especialistas nas novas disciplinas que tinham sido criadas especialmente para sua aplicação no currículo do 1º grau, como, por exemplo, o ensino de Estudos Sociais, que reuniria conteúdos de História e Geografia<sup>1</sup>.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, este projeto de reforma de ensino de envergadura nacional foi colocado em prática, em parte, com a criação da Fundação Centro de Treinamento de Professores do Estado do Rio de Janeiro (CETRERJ), com a Lei nº 6.598 de 20 agosto de 1971, subordinada à Secretaria Estadual de Educação. No texto desta lei definiu-se que o governo do Estado iria criar uma Faculdade de Formação de Professores que seria subordinada a este centro (Nascimento, 2012) e foi elaborada uma proposta de cursos de licenciatura curta que nela funcionariam para atender as demandas urgentes de formação específica de docentes para as disciplinas. Assim, a faculdade com os cursos de licenciatura curta em Estudos Sociais, Ciências e Letras, foi autorizada pelo Parecer nº 251/72 do Conselho Estadual de Educação do

---

<sup>1</sup> Para detalhamento sobre este processo ver Nascimento (2012).

Rio de Janeiro, de 14 de agosto de 1972, e começou a funcionar em setembro de 1973 (Nascimento, 2012), tendo sido fixada em São Gonçalo, no bairro do Patronato.

Dessa forma, a estrutura da FFP teve, inicialmente, quatro departamentos, a saber: *Educação, Letras, Ciências Exatas e da Natureza e Estudos Sociais*<sup>2</sup>. O Departamento de Educação ficou responsável pela oferta das disciplinas pedagógicas para todos os cursos que eram de responsabilidade dos outros respectivos departamentos e que tiveram seu funcionamento autorizado pelo Parecer nº 425/73 do Conselho Federal de Educação e pelo Decreto Federal nº 72.525/73 (Nascimento, 2012). Portanto, o curso de licenciatura curta de Estudos Sociais ficou sob a responsabilidade do departamento de mesmo nome.

Ao longo da década de 70, mesmo com as alterações de inserção da FFP na estrutura administrativa do Estado do Rio de Janeiro e muitas discussões sobre a necessidade da substituição das licenciaturas curtas em plenas, o curso de licenciatura curta em Estudos Sociais da FFP foi mantido. Importa lembrar que em 1975, ocorreu a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que resultou na extinção do CETRERJ e, inicialmente, havia a orientação dada por lei para a anexação da FFP à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mas que diante de várias resistências da comunidade acadêmica pertencente à faculdade, acabou não ocorrendo. Pelo Decreto-Lei nº 202 de 15 de julho de 1975, a FFP foi vinculada então à Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria do Estado da Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro (CDRH), sendo que teve seus cursos reconhecidos pelo Decreto Federal nº 79.679/77 de 10 de maio de 1977, com base no Parecer nº 243/76 do Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Figuerêdo, 2010).

Apesar de ter consolidado sua existência como única instituição de ensino superior no município de São Gonçalo até 1976, ou justamente porque estava tão isolada, pairaram sobre a FFP muitas ameaças de interrupção de seu funcionamento. Uma forma de fortalecimento institucional pareceu ser, para alguns membros do corpo docente dos Departamentos de Letras, Educação e Ciências Exatas e da Natureza, apostar no processo de transformação dos cursos de licenciatura curta em plenas, uma vez que se acumulavam muitas críticas à qualidade de formação proporcionada pelas licenciaturas curtas, consideradas ligeiras demais para garantir boa formação. É

---

<sup>2</sup> Atualmente existem seis departamentos: Educação, Letras, Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Geografia e Matemática.

notável que o Departamento de Estudos Sociais não se alinhou aos outros na defesa deste projeto, inicialmente<sup>3</sup>.

Sendo assim, no ano de 1978, o Parecer nº 11/78 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro autorizou a conversão dos cursos de Letras e Ciências, mas vetou que o mesmo acontecesse com o curso de Estudos Sociais, por este ainda ser considerado útil para a formação de quadros docentes para a disciplina correspondente no ensino de 1º grau. Esta decisão foi consolidada no Decreto Lei nº 81.905 de 10 de julho de 1978, criando habilitações de licenciatura plena para disciplinas específicas de Português, Inglês, Literatura, Matemática e Ciências, que conviveram por algum tempo com os cursos de licenciatura curta dos seus departamentos de origem. Os alunos dos cursos tinham, portanto, a opção de escolher se queriam terminar seus cursos de licenciatura curta ou se preferiam migrar para os de licenciatura plena (Nascimento, 2012).

No caso do Departamento de Estudos Sociais, a mudança aconteceu em momento diferente e em quadro de intensa crise institucional em que a FFP mergulhou na virada da década de 70 para a de 80. Além disso, não se pode descartar o impacto de mudanças que ocorriam no ambiente político nacional e no intenso debate crítico à existência da disciplina Estudos Sociais, por parte dos especialistas na formação de profissionais de Geografia e História.

No plano nacional, a partir de 1979, iniciou-se um longo processo de transição do regime de ditadura militar para a redemocratização do Brasil. Associado a esse clima, geógrafos e historiadores fizeram forte crítica à disciplina Estudos Sociais, assim como aos cursos de licenciatura curta, responsáveis pela formação de professores habilitados para exercer esta disciplina, que ficou fortemente associada à imagem repressiva do período da ditadura militar.

Por outro lado, internamente, a FFP sofreu um forte abalo em 1980, quando o governo do Estado do Rio de Janeiro extinguiu o CDRH e outra instituição estadual, Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (FIDERJ), e criou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) por Decreto

---

<sup>3</sup> Para Assis e Silva (2001), é possível definir cinco momentos principais na luta de afirmação da instituição: entre 1971 e 1982, os anos de instalação e luta pela manutenção da Faculdade; o período de 1983 a 1985, caracterizado pelo confronto entre os professores e o Governo do Estado do Rio de Janeiro; 1985 a 1987, esvaziamento institucional, suspensão de ingresso no quadro docente e não realização dos vestibulares; e partir de 1987, incorporação à UERJ e início das reformas curriculares, quando todos os cursos tiveram seus currículos revistos.

nº 3.290 de 26 de junho. A FAPERJ passou a ser a Mantenedora da FFP, promovendo o temor por parte de docentes, funcionários e alunos que isso resultasse na possibilidade de extinção da faculdade diante da óbvia contradição de uma agência de fomento à pesquisa gerir uma instituição universitária que estava concentrada nas atividades de ensino (Nascimento, 2012).

Outro tenso momento foi o ano de 1982. Neste ano, depois de longo período sem ocorrer eleições diretas para os governos dos estados, foi eleito o governador Leonel Brizola, histórico opositor do regime ditatorial militar, tendo como vice-governador o antropólogo Darcy Ribeiro, que acumulou muitas funções no governo estadual. Logo no início do governo, em 1983, a FFP foi incorporada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) por polêmico decreto e sem consulta à comunidade acadêmica. Mais uma vez, os docentes, funcionários e estudantes reagiram contra esta decisão, que foi alterada alguns dias depois, com o retorno da FFP à jurisdição da FAPERJ, mas dentro de um redesenho que a incluía no projeto imaginado por Darcy Ribeiro, chamado Complexo Educacional de São Gonçalo (CESG), que pretendeu reunir três construções vizinhas que abrigavam a FFP, o Centro Integrado Walter Orlandini, responsável pelo ensino de 2º grau e o Colégio Estadual Coronel Tarcísio Bueno, referente ao ensino de 1º grau, para garantir a formação educacional desde o ensino básico até o ensino superior (Ayres, 2005). Esta proposta não foi bem aceita pela comunidade acadêmica da FFP, e ao longo dos anos de 1983 e 1984, houve muita mobilização com greves, protestos e paralisações recorrentes.

Por outro lado, estes eventos reforçavam ainda mais a sensação da possibilidade de extinção da FFP, e havia aqueles que atribuíam a raiz da grande resistência de algumas autoridades à questão da existência das licenciaturas curtas, especialmente a de Estudos Sociais, como elemento que fragilizava a imagem da instituição por causa das duras críticas que existiam contra elas.

Assim, em 1984, a instância deliberativa da FFP, a Congregação e o Conselho Departamental<sup>4</sup>, em reunião no dia 9 de julho, aprovaram a criação dos cursos de licenciatura plena em Geografia e História, a partir de proposta apresentada pelo chefe do Departamento de Estudos Sociais. A Portaria nº 264 de 24 de abril de 1986, com base no Parecer nº 751/85 de 15 de dezembro de 1985 do Conselho Estadual de

<sup>4</sup> A Congregação e o Conselho Departamental<sup>73</sup> eram as duas instâncias decisórias da FFP, entre os anos de 70 e 80. No período da gestão da UERJ passa a ser apenas o Conselho Departamental.

Educação, finalmente autorizou a conversão. Por outro lado, as licenciaturas curtas dos outros departamentos que ainda estavam ativas, foram extintas, sendo que a última turma de licenciatura em Estudos Sociais finalizou o curso no segundo semestre de 1989 (Nascimento, 2012), quando a FFP já fazia parte da UERJ.

Esta incorporação ocorreu em 1987, depois de duas tentativas anteriores de vincular a FFP à UERJ, já aqui relatadas. Ao redefinir a estrutura da FAPERJ, o governo do Estado do Rio de Janeiro, com a Lei nº 1.175 de 21 de julho de 1987, em seu Art. 10, decidiu que a instituição gonçalense fazia parte da UERJ. No processo dessa vinculação, foi feito um período de avaliação dos cursos da FFP por parte da UERJ, que não permitiu a realização de vestibulares por dois anos, permitindo apenas transferências internas. Ao fim deste período, foram criados os cursos de licenciatura plena em História e em Geografia no âmbito do Departamento de Estudos Sociais, pelas deliberações da Reitoria de números 28/90 e 29/90 de 28 de dezembro de 1990. As primeiras turmas foram formadas em 1991 (Nascimento, 2012).

Com tudo isso, a partir do início da década de 90, uma série de concursos públicos para professores foram desenvolvidos pela UERJ, o que possibilitou a entrada de professores com a formação específica nas áreas de História e Geografia, majoritariamente. Originalmente, ao longo das décadas de 70 e 80, o Departamento de Estudos Sociais era composto por professores de várias especialidades, caracterizando uma relação interdisciplinar no âmbito departamental: Filosofia, Ciências Sociais, Direito, Serviço Social, além dos de Geografia e História, a maioria apenas com a graduação, com poucos pós-graduados. Esta heterogeneidade do corpo docente muitas vezes reforçava a percepção de que estes professores eram “polivalentes” (Nascimento, 2012), assumindo muitas disciplinas por vezes diferentes das suas respectivas formações. Além disso, o departamento possuía muito poucos professores efetivos – em geral, cerca de 10 (Nascimento, 2012)<sup>5</sup> ao longo das décadas de 70 e 80 – sendo necessário contratar provisoriamente muitos outros professores para atender as demandas do curso, mesmo quando era licenciatura curta.

Com a vinculação à UERJ, e por causa de contínuos concursos – só no período de 1993 a 1996 ingressaram 10 professores nesta modalidade –, este perfil foi se modificando, com a entrada de especialistas de formação específica. Os professores de

---

<sup>5</sup> Ver tabela que consta na página 145.

Geografia organizaram-se em torno da ideia de formarem um Departamento de Geografia. Já os professores das outras formações acadêmicas que tinham antiga vinculação com o Departamento de Estudos Sociais defenderam um nome conciliador da diversidade que compunha o grupo, optando pela denominação de *Departamento de Ciências Humanas*, que ficaria responsável pelo curso de História, mas ainda assim, abrigaria as outras formações acadêmicas, como a Filosofia e as Ciências Sociais, cujas disciplinas específicas compunham o currículo do curso e também para atender as demandas dos currículos dos outros departamentos.

Em 17 de abril de 1995, a Reitoria aprovou a estrutura departamental da FFP com a Deliberação 9/1995, criando o Departamento de Geografia e alterando o nome do Departamento de Estudos Sociais para Ciências Humanas, responsáveis, respectivamente, pelos cursos de licenciatura plena de Geografia e de História.

### **O Departamento de Ciências Humanas (DCH) e a licenciatura em História**

A partir de 1995, portanto, a configuração do Departamento alterou-se e não apenas em relação ao nome que o definia. Como dito anteriormente, a política de fomento de concursos para professores desenvolvida pela UERJ, e também, a própria organização interna dos componentes do DCH, consolidou a tendência de absorver professores com perfil alinhado à formação em pesquisa e ensino. É importante ressaltar que este movimento não foi uma exclusividade do departamento, uma vez que desde os finais da década de 80, houve o desenvolvimento dos programas de pós-graduação no Brasil, de forma geral, e de História, em particular, o que promoveu o fortalecimento da especialização dos profissionais de vários cursos das Ciências Humanas. Este vínculo deve ser ressaltado com o intuito de demarcar o crescimento interno da pesquisa no Brasil.

Além do aumento do número de concursos, que em geral eram para o cargo de professor assistente, ou seja, com pré-requisito de mestrado com carga horária de 20 horas de vínculo empregatício, as chefias departamentais de finais da década de 90 e início dos anos 2000 procuraram intercalar entradas de concursos com o perfil descrito acima, mas com possibilidades de ampliação da carga horária para 40 horas,



e, gradativamente, com opção para o regime de dedicação exclusiva (Departamento de Ciências Humanas, 2010)<sup>6</sup>. Este contínuo processo de investimento na qualificação do quadro docente do DCH resultou no fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Neste período também, vários professores assistentes investiram em suas carreiras, dedicando-se a cursos de doutorado, em áreas de conhecimento como História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Filosofia e Educação, qualificando ainda mais o corpo docente. Associado a esta qualificação geral ocorrida nas universidades brasileiras, a UERJ também incentivou a criação de concursos para o cargo de professores adjuntos, ou seja, que já possuíam o título de doutor. Assim, a partir de inícios do século XXI, a entrada de professores doutores estabilizou a alta qualidade do corpo docente, sendo que muitos professores procuraram fortalecer sua formação solicitando entrada em pós-doutorados no Brasil e no exterior.

Esta renovação significativa não se fez apenas com as entradas de concursados, mas muitos dos antigos professores remanescentes do período anterior à administração da UERJ alcançaram a idade da aposentadoria, o que significou, por outro lado, perdas de componentes do corpo do docente do DCH. No relatório para a COPAD de 2010, confeccionou-se o seguinte quadro demonstrativo deste movimento de entradas e saídas, ou seja, de renovação do DCH:

	1993-1999	2000-2010
Entrada	400h	360h
Saída	40h	300h

**Quadro 1** DCH<sup>7</sup> – Carga Horária Docente – Efetivos. Fonte: Departamento de Ciências Humanas (2010, p. 2).

Neste ano, o mesmo relatório de 2010 quantificava os componentes do DCH da seguinte forma: “18 professores efetivos, 16 dos quais em regime de 40 horas. Além dos efetivos, o DCH possuía 02 professores visitantes e um número variável de professores substitutos” (Departamento de Ciências Humanas, 2010, p. 2). Atualmente, em 2023, marcando o processo de crescimento do número de docentes desde a década de 90, temos 25 professores efetivos e ainda continua grande o número de contratos de

<sup>6</sup> Este relatório foi apresentado à Comissão Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente, organismo da administração da UERJ criado em 1991 que define normas que disciplinam a distribuição de carga horária docente.

<sup>7</sup> Até 1993 era Departamento de Estudos Sociais.

substitutos necessários. Há ainda o reforço de professores visitantes e bolsistas vinculados à pós-graduação que recorrentemente ministram cursos na graduação<sup>8</sup>.

Vale ainda destacar que a renovação do corpo docente nos últimos 10 anos trouxe ainda uma novidade indicadora do próprio fortalecimento do curso, como um todo. Muitos dos novos professores contratados e concursados são egressos dos cursos de graduação e da pós-graduação, portanto, o DCH criou condições de contribuição de constituição de novos quadros acadêmicos.

Em 2005, houve a implantação de novo currículo da licenciatura plena em História, que está vigente até hoje. O curso pode ser completado no mínimo em 4 anos e, no máximo, em 7, e funciona nos turnos tarde e noite. Foi estruturado em regime de créditos, por semestre, constando no total de 196 créditos, sendo 168 obrigatórios, entre disciplinas teóricas e práticas, e 28 eletivos, entre restritas e universais. Eram então oferecidas 40 vagas por semestre no vestibular, totalizando 80 vagas. Em 1997, a relação candidato-vaga para o curso de Licenciatura em História era de 2,84 candidatos; em 2000, a relação foi de 9 candidatos para cada vaga. Em 2010, 232 candidatos disputaram 80 vagas. O curso tinha, segundo o relatório para a COPAD, em torno de 430 alunos matriculados. A demanda de disciplinas oferecidas pelo DCH também tem de atender as demandas de disciplinas para outros departamentos, como Geografia e Educação (Departamento de Ciências Humanas, 2010, p. 1).

Desde 2015, a partir da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura) e para a formação continuada, todos os cursos de licenciatura iniciaram debates para alteração dos currículos e adequação à estrutura da nova lei. O DCH enfrentou esta discussão e esboçou nova proposta curricular que, entretanto, ainda não foi implementada na UERJ por ainda existirem necessidades de ajustes gerais. As alterações propostas visam tornar o curso mais atrativo e há a expectativa de que nos próximos anos o novo currículo seja implementado.

A par dos trabalhos com o ensino do curso de licenciatura de História, os professores do DCH também desenvolveram atividades no âmbito da pesquisa e da extensão. Eles investiram em vários projetos que obtiveram muitos apoios institucionais, sobretudo de bolsas e financiamentos concedidos pela própria UERJ,

---

<sup>8</sup> Para conhecer o estado atual do Departamento de Ciências Humanas e da Pós-graduação em História social recomendamos a visita ao Portal de História, localizado no sítio da internet: <https://www.ppghsuerj.pro.br/>.

pelo CNPq e pela FAPERJ. As atividades de pesquisa procuram relacionar temáticas e conjuntos de questões que despertam tanto a curiosidade e dúvidas dos alunos quanto do campo acadêmico, mostrando o desenvolvimento de um processo permanente de atualização do discurso científico.

Para tanto, na segunda metade dos anos 90, surgiram grupos de pesquisa e laboratórios que desenvolveram atividades de iniciação científica e atividades de extensão, proporcionando o uso de boa quantidade de bolsas para os alunos do curso de História<sup>9</sup>.

Os dois mais antigos grupos de pesquisa são o **História de São Gonçalo: memória e identidade** e o **Núcleo de Estudos Inquisitoriais (NEI)**, ambos criados em 1996. O primeiro teve como ideia inicial a produção de um Guia de Fontes para a História da cidade. A continuidade dos trabalhos estruturou o grupo, que procura problematizar as experiências dos que viveram, e vivem, nessa municipalidade, pelo recorte do local. Em diálogo com as produções da microhistória, a sociedade gonçalense foi escolhida para estudo, em suas diversas dimensões espaciotemporais. A abordagem é feita sob o recorte da história local, um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições. Assim, é possível traçar o local dessas redes e efeitos de poder, produzindo outras interpretações para os complexos processos de sedimentação de identidades sociais. O grupo é responsável por consistente produção e hoje é um marco de referência para aqueles que pretendem estudar São Gonçalo e história regional no Rio de Janeiro. Já o segundo foi criado mediante a necessidade, na época, de desenvolver e consolidar estudos sobre o tribunal da Inquisição portuguesa e para estimular o interesse pelo tema. A proposta do NEI era criar um fórum permanente de discussões sobre a instituição do Santo Ofício e sua ação em Portugal e em suas colônias nos Tempos Modernos, bem como contribuir para o aperfeiçoamento do corpo discente, através da dotação de bolsas de pesquisa financiadas pelo setor de estágios e bolsas de iniciação científica da UERJ. Ao longo dos anos, o NEI vem trabalhando em algumas frentes, seja na organização de mesas redondas, cursos e conferências em diversos eventos e congressos, seja no trabalho de pesquisa com as fontes disponíveis nos arquivos brasileiros e portugueses. O incentivo

---

<sup>9</sup> As seguintes descrições dos grupos de pesquisa, de extensão e laboratórios foram registradas a partir dos textos elaborados por seus respectivos coordenadores.

à pesquisa que este grupo promove é significativo, considerando que muitos dos alunos desenvolveram suas monografias de final de curso sobre o tema da Inquisição, e alguns ingressaram a em programas de pós-graduação de várias universidades.

A partir dos anos iniciais do século XXI, outros grupos foram formados. Em 2004, o **Oficinas de História** iniciou uma série de pesquisas e estudos na área do ensino da História, buscando contribuir para o enriquecimento e o aprofundamento de reflexões acerca deste campo de conhecimento, que vem merecendo uma crescente atenção nos meios acadêmicos. Neste sentido, as investigações desenvolvidas pelos componentes do grupo orientam-se para duas direções prioritárias. A primeira busca historicizar e problematizar a elaboração e veiculação de materiais e recursos didáticos relacionados à referida disciplina escolar- entre os quais destacam-se os livros didáticos e paradidáticos -, produzidos a partir do século XIX. A segunda encontra-se pautada na preocupação em relação às condições de formação de professores de história em nossa sociedade, discutindo as especificidades e complexidades dos saberes e práticas no ensino de história. Os resultados das pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do grupo têm como objetivo comum estimular o debate acerca das relações entre universidade e escola, propondo que estas se processem dentro de novos termos marcados efetivamente por uma perspectiva dialógica e, portanto, de troca. Trata-se, ainda, de construir recursos alternativos para o ensino de história, bem como estratégias renovadoras para a formação inicial e continuada de professores de história. O Oficinas de História teve grande importância no deslanchar dos estudos sobre ensino de História no Brasil, consolidando cada vez mais este campo com produção acadêmica relevante.

Em 2008, funda-se o grupo **TEMPO – Núcleo de Estudos sobre Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder** que se dedica a desenvolver investigações relativas às formas de Estado, poder e grupos sociais, formal ou informalmente organizados, considerando as interações políticas inter e intragrupoais, identificando, no espaço e no tempo, as relações de poder como inerentes a qualquer forma de relação social. As preocupações debruçam-se também sobre as instituições públicas e privadas, governamentais ou não, as relações cotidianas entre e no interior de diferentes movimentos e grupamentos sociais, suas formas de identidade, organização, demandas e contradições, incluindo as manifestações rurais e urbanas, revoltas, golpes, revoluções, lutas de emancipação, de forma a permitir a

interseção entre as dimensões políticas, econômicas, culturais, religiosas de forma plena. O homem não é só sujeito, mas também objeto do poder social, entendido como relação entre os homens, não apenas de forma individual, mas também coletiva. Como fenômeno social, o poder pode ser descrito como uma relação entre homens, grupos ou classes sociais. Para definir um certo poder, não basta especificar a pessoa, grupo, classe ou fração de classe que o detém e, da mesma forma, quem a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o poder se refere ou a esfera do poder, lembrando que as relações são complexas e não excludentes, e que um indivíduo, grupo, classe ou fração podem ser envolvidos, submetendo ou sendo submetidos, com vários tipos de poder relacionados com diversos campos. Estado, poder, classes, movimentos sociais e políticos, conflitos, memória, trabalho, nação e território, entre outros, são noções ou conceitos que instrumentalizam a análise de diversos campos da produção do historiador em suas ramificações variadas, seja a história econômica, social, política, cultural etc.

Em 2009, constituiu-se o **Grupo de Estudos e Pesquisa Intelectuais, Sociedade e Política**, que se dedica a estudos e pesquisas constituídos por alunos de cursos de graduação, de mestrado e de doutorado e por pesquisadores mestres e doutores em História e áreas afins, pertencentes a instituições de ensino e pesquisa do Rio de Janeiro e de outros estados, que se dedicam à investigação das múltiplas dimensões das relações entre os intelectuais, a sociedade e o poder no Brasil dos séculos XIX e XX, sob diversas perspectivas. A marca fundamental das reflexões e análises produzidas pelo grupo refere-se ao interesse de resgatar as redes de sociabilidade e de interlocução entre os intelectuais brasileiros, buscando compreendê-las em sua complexidade dinâmica. O foco central das discussões promovidas pelo grupo orienta-se no sentido de dois eixos fundamentais: o teórico-metodológico e o historiográfico.

Nos últimos anos, outros grupos e laboratórios foram formados. O **Laboratório Interdisciplinar das Religiões e Movimentos Migratórios (Lärm)** promove atividade interdisciplinar das religiões e movimentos migratórios e agrega profissionais de diversas áreas, pela crença na diversidade de facetas que assumem os fenômenos estudados, passíveis de serem analisados pelos diversos enfoques disciplinares. As investigações partem do pressuposto de que o território é uma comunidade imaginada em todas suas dimensões sociais: a transnacional,

nacional e local. As significações e ressignificações do espaço por parte de atores e sujeitos diversos e os processos relacionais, circunstanciais de constituição de identidades religiosas, políticas e culturais são considerados na sua complexidade na compreensão da formação das territorialidades sociais. O laboratório promove a pesquisa e o debate acadêmico sobre as questões religiosas, identitárias e migratórias, numa perspectiva multidisciplinar difundindo informações e experiências tanto para o meio acadêmico como para a sociedade em geral com debates, palestras e seminários que contribuam para um melhor conhecimento dos temas e das suas implicações políticas e sociológicas. O laboratório possui as seguintes linhas de pesquisa: Migrações, etnicidades e transnacionalismos, Religião no mundo contemporâneo, Literaturas em língua portuguesa, migrações e linguagens, Etnografias de mobilidades, fronteiras e mundo digital.

Também deve ser assinalado o **Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores**, outro grupo de pesquisa vinculado ao DCH, criado em 2010, com o objetivo de pesquisar as experiências migratórias relacionadas à antiga Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, localizada no município de São Gonçalo, relacionado estreitamente com a constituição do Museu da Imigração da Ilha das Flores. Pesquisa histórica, elaboração de exposições, ações dirigidas aos professores e alunos da educação básica, assim como a formação de historiadores e professores de história, estão indissociáveis na composição do grupo de pesquisa. A pesquisa histórica, nos variados temas e perspectivas metodológicas, abrange um conjunto de reflexões sobre a história da imigração no Brasil, especialmente sobre os dispositivos de recepção. Complementarmente, a pesquisa permite o levantamento e registro de vasta documentação, disponíveis por meio de portal específico. O grupo valoriza a formação dos alunos de graduação em termos de pesquisa e de ensino e aprendizagem, através da atuação como mediadores do Museu de Imigração da Ilha das Flores.

Por fim, o **Grupo de Pesquisa História, Poder e Ideias Políticas (GPHPIP)**, composto por pesquisadores, professores e alunos (de graduação e pós-graduação) de reconhecidas instituições de ensino, tem por objetivo trabalhar as relações entre poder, cultura e ideias políticas para pensar questões em torno da tolerância, da cidadania e dos direitos durante o chamado longo século XIX – com ênfase no período entre 1822 e 1930. Temas como religiosidade, escrita da história e produção literária ocupam, ao mesmo tempo, importantes papéis, considerando-se

suas relevâncias para a consolidação das identidades e da memória nacionais e para o encaminhamento de projetos político-culturais de modernização neste recorte cronológico. Trabalha ainda com uma abordagem que conjuga cultura política e religiosa e suas influências nas políticas institucionais, no campo literário e no pensamento intelectual. Neste sentido, as análises em torno da construção de redes de sociabilidades e das trajetórias individuais também se apresentam como caminho interpretativo para o estudo da realidade política e social.

Todos estes laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa são forte indicadores de como a comunidade acadêmica do DCH cresceu e consolidou as suas atividades, relacionando de forma madura e produtiva as atividades de ensino, pesquisa e extensão, vocação fundamental da existência da Universidade no Brasil.

### **O DCH e a Pós-Graduação**

O crescimento e a qualificação do corpo docente do DCH incentivaram o interesse em investir em outros níveis de formação, além da licenciatura. Primeiramente, optou-se por oferecer um curso de especialização em História do Brasil, no início dos anos 2000, mas logo os professores perceberam a necessidade de investir em passo mais ousado, o que resultou na proposta de implantação de um mestrado acadêmico.

O **Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHS** foi criado pela Deliberação 48/2006 de 23 de agosto de 2006 e estruturou-se a partir de uma área de concentração - História Social do Território – e, primeiramente, em duas linhas de pesquisa, *Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais e Território, Identidades e Representações*; posteriormente acrescida de uma terceira, intitulada *Historiografia e Ensino de História*. A proposta fundou-se no entendimento do território enquanto espaço social que contempla desde o local até as redes globais, dos movimentos, agentes e instituições até as formas de construção, representação e apropriação simbólicas, desde o Brasil Colônia até o Brasil Republicano. Destina-se a formados em História e áreas afins, e tem como principais objetivos, assim elencados por sua deliberação de criação:

- a) Promover a pesquisa e a reflexão sistemáticas sobre questões relevantes da História Social, tendo em vista o avanço da produção de conhecimento;
- b) Promover o aperfeiçoamento e a atualização teórica, prática e metodológica de seus pesquisadores, docentes e alunos;
- c) Contribuir para a expansão e a integração das áreas do conhecimento que, direta ou indiretamente, se relacionam com a História Social;
- d) Tornar-se um centro atuante no sentido de promover efetiva e decisivamente a elevação do nível científico e acadêmico da UERJ e, em especial, do Departamento de Ciências Humanas (DCH) e da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP), aos quais está vinculado;
- e) Promover o intercâmbio no âmbito nacional e internacional na área da História e, em particular, naquelas mais diretamente relacionadas à área de concentração História Social do Território e às linhas de pesquisa do Programa. (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015).

Foi o primeiro programa *strictu sensu* criado na FFP, e sua implementação significou um importante passo para o aperfeiçoamento da instituição de caráter plenamente universitário, isto é, com dedicação integral ao ensino, à pesquisa e à extensão. O curso de mestrado foi reconhecido pelo Ministério da Educação e recomendado com nota 3 pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Até o ano de 2023, quando a FFP comemora seus 50 anos, em 17 anos de funcionamento do programa, já foram defendidas 206 dissertações de mestrado no âmbito do PPGHS.

Em 2013, a CAPES fez a sua avaliação trienal dos programas de pós-graduação e aumentou a nota do PPGHS para 4. Incentivados por esta promoção, os professores do programa resolveram entrar com o processo para reformular o regulamento, introduzindo o curso de doutorado, aprovado em 2015 pela Deliberação nº 6/2015 da UERJ, que autorizou a reformulação do programa, que passou a ter dois cursos: o de Mestrado e o de Doutorado. Desde então, já foram defendidas 35 teses de doutorado até 2023.

O PPGHS foi classificado com nota 5 na última avaliação quadrienal da CAPES, o que demonstra o amadurecimento do trabalho desenvolvido pelos corpos docente e discente do mestrado e do doutorado em História Social. Este crescente investimento que o PPGHS vem fazendo em muitas frentes ao longo dos anos, possibilitou a conquista de vários editais em agências de fomento por parte dos coordenadores dos laboratórios, angariando recursos que foram fundamentais para as respectivas



pesquisasse e também para a melhoria cada vez maior do espaço físico de trabalho não só do DCH, como da FFP como um todo.

Atualmente, o PPGHS tem 25 professores em seu quadro, entre permanentes, colaboradores e visitantes, sendo que muitos pertencem a outras unidades da UERJ e a outras instituições de ensino superior, ou seja, não é composto apenas por docentes vinculados ao DCH. São professores de diversas áreas, como Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Educação e História, o que reforça o caráter interdisciplinar que marca o DCH desde os tempos iniciais, quando ainda se chamava Departamento de Estudos Sociais.

Desde a sua criação, o PPGHS vem organizando seminários internos entre os pós-graduandos de modo a possibilitar uma maior integração acadêmica entre os diversos trabalhos, convidando docentes de outras instituições como debatedores das futuras dissertações e teses.

Cabe ressaltar ainda que desde 2013, uma parte dos professores do DCH compõe o corpo docente do núcleo da UERJ do **Programa Profissional em Ensino de História (ProfHistória)**, em rede nacional, que tem por instituição “âncora” a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Curso de Mestrado teve início em 2014, com 12 Instituições Associadas, uma das quais a UERJ, e, hoje, a rede nacional é composta por 39 Instituições Associadas, com presença em todas as regiões do país. Destina-se a professores que lecionam História na Educação Básica e contempla três linhas de pesquisa: *Saberes Históricos no Espaço Escolar; Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão e Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.*

Reconhecido pelo Ministério da Educação (Portaria MEC nº 652 de 22/05/2017), obteve, quando de sua aprovação, em 2013, nota 4 da CAPES. Em 2023, a CAPES além de elevar a nota do programa para 5, autorizou o funcionamento do Doutorado Profissional em Ensino de História (**ProfHistória**), com previsão de início em 2024.

O DCH integra, por fim, o **Curso de Especialização em Educação Básica da Faculdade de Formação de Professores**, na modalidade Ensino de História, com a participação de alguns de seus professores. Nele são recebidos professores da rede de ensino do município de São Gonçalo e do Estado do Rio de Janeiro que buscam este curso para criar habilitação para gestão escolar.

## O DCH: balanço e perspectivas para o futuro

Ficou aqui demonstrado que nos 50 anos de existência da Faculdade de Formação de Professores (FFP), a trajetória do Departamento de Ciências Humanas – inicialmente denominado Estudos Sociais – foi muito peculiar, com significativa vocação para a prática da interdisciplinaridade desde sua origem até a consolidação de seu programa de pós-graduação. Assim, este perfil não marca apenas as atividades de graduação, sendo um aspecto digno de nota.

O DCH tem muitas perspectivas para o futuro. A primeira delas é a tarefa da implementação do novo currículo das licenciaturas plenas que procura atender as demandas dos desafios pedagógicos dos tempos atuais<sup>10</sup>. Outro grande desafio é manter a produtividade de seu corpo docente e discente no âmbito da pós-graduação, com o intuito de não apenas consolidar a posição alcançada nas avaliações da CAPES, como também conquistar novas e mais altas qualificações. Por último, é importante investir cada vez mais na articulação de ensino, pesquisa e extensão para, com isso, fortalecer sua posição como polo formador de professores/pesquisadores capazes de interagir beneficentemente com a sociedade civil.

## Referências

ASSIS, M. de P.; SILVA, M. Faculdade de Formação de Professores da UERJ: cursos e rumos. In: SOUZA, D. B. de; FERREIRA, R. (org.). *Formação de Professores na UERJ: memória, realidade atual e desafios futuros*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 23-38.

AYRES, A. C. B. M. Tensão entre matrizes: um estudo a partir do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Formação de Professores/UERJ. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CABRAL, M. A. Experimentando o fazer docente: as potencialidades do estágio supervisionado em história. In: ROCHA, H.; MAGALHÃES, M. (org.). *Em defesa do ensino de história: a democracia como valor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 380-404.

---

<sup>10</sup> Para maior aprofundamento da questão ver Cabral (2022).

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS. *Breve História do DCH COPAD 2010*. São Gonçalo: DCH, 2010.

FIGUERÊDO, H. Da (In)Visibilidade da Faculdade de formação de Professores/UERJ/São Gonçalo. In: NUNES, C. *Docência e pesquisa em Educação na visão de Haydée Figuerêdo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2010. p. 19-44.

NASCIMENTO, T. R. *Licenciatura curta em Estudos Sociais no Brasil: sua trajetória na Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (1973-1987)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Deliberação nº 6/2015, de 29 de maio de 2015*. Autoriza a Reformulação do Programa de Pós-graduação em História Social, Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. Não paginado. Disponível em: [http://www.boluerj.uerj.br/pdf/de\\_00062015\\_29012015.pdf](http://www.boluerj.uerj.br/pdf/de_00062015_29012015.pdf). Acesso em: 6 nov. 2023.

## OS 50 ANOS DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO: MOVIMENTOS DE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

*Mariza de Paula Assis - DEDU-FFP-UERJ*

*Maria Tereza Goudard Tavares - DEDU-FFP-UERJ*

*Patrícia Elaine Pereira dos Santos - DEDU-FFP-UERJ*

### Introdução

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como o homem que escava [...]. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. (Benjamin, 1987, p. 239).

O presente artigo busca apresentar e problematizar algumas considerações sobre o papel político, institucional e pedagógico do Departamento de Educação (DEDU) nos movimentos de constituição da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (FFP) ao longo de seus 50 anos de história. Para uma melhor estruturação do artigo, o organizamos em três seções, a saber: uma introdução com vistas à contextualização dos seus objetivos e fundamentação teórico-metodológica e, em seguida, duas seções que buscarão a partir de uma breve reconstrução histórica, inventariar de forma problematizadora, porém amorosa, diferentes movimentos da FFP, sinalizando e afirmando o papel do DEDU nesse percurso. E por último, uma seção final que procurará realizar uma síntese provisória desses movimentos, compreendendo em diálogo com Roland Barthes (2003), que o discurso da memória é fundamentalmente um discurso amoroso. Nesse sentido, objetivamos apresentar sem perder a “amorosidade crítica”, uma das versões possíveis da relação intensa e dialógica do DEDU no percurso dos 50 anos da FFP. Do ponto de vista de sua fundamentação -metodológica, procuramos mergulhar na “história a contrapelo” (Benjamin, 2005) dessa relação, ao nosso ver, urdida por *muitos* (de) *nós*, por documentos vários, portarias, teses, dissertações, artigos de livros, mas, também, pela memória viva e encarnada de docentes que viveram/vivem essa temporalidade

constituída pela experiência da (Sub)Chefia Departamental, como também na experiência da Direção da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

## **O Departamento de Educação no seu contexto histórico e de ação na FFP**

Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo. (Andrade, 2003).

Em 2023, a Faculdade de Formação de Professores da UERJ está celebrando 50 anos de existência na cidade de São Gonçalo/RJ, com o forte propósito de prosseguir o seu compromisso político e institucional, mantendo vivo e pulsante o trabalho no campo da Formação de Professores para a Educação Básica. E ao olharmos para o passado da FFP, pela via de uma breve reconstrução da memória de seu papel histórico, marcado em diferentes escalas territoriais, tanto no cenário regional, quanto nacional, torna-se fundamental destacar o papel do Departamento de Educação na estrutura organizacional da Faculdade desde os seus primórdios, isto é, lá no início da década de 70 do século passado, quando o governo do Estado do Rio, em plena ditadura civil-militar, cria no município de São Gonçalo, o Centro de Treinamento de professores do Estado do Rio de Janeiro (CETRERJ) em 1971, com o objetivo de oferecer cursos de treinamento em serviço para os/as professores/as, principalmente para os/as que atuavam fora da região metropolitana, em especial no interior do Estado, com o intuito de adequar a formação ao recém criado 1º grau (Ayres, 2006) através da Lei 5.692/71. No bojo do projeto de criação do CETRERJ já estava prevista a instalação da Faculdade de Formação de Professores, que deu início às suas atividades em setembro de 1973, autorizada pelo Decreto nº 75.525, de 25/07/73 (Ayres, 2006). Mas, é apenas nos anos 80 entre idas e vindas que a FFP se torna uma unidade ligada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro conforme a Lei nº 1.175 de 23/07/1987.

Para fins de compreender o papel do DEDU no processo de instalação da Faculdade, é fundamental lembrar que a FFP foi estruturada em 4 Departamentos responsáveis por 3 cursos, a saber: Letras, Ciências e Estudos Sociais, sendo o DEDU o responsável por oferecer as disciplinas pedagógicas aos cursos criados. Nesse sentido, é fundamental registrar, que o DEDU é um departamento, que juntamente com os de Letras e Ciências, também celebram os seus 50 anos em 2023, tendo em

vista que o Departamento de Estudos Sociais foi desmembrado a partir da década de 90, com a FFP já incorporada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1987, tornando-se respectivamente Departamento de Ciências Humanas e Departamento de Geografia (Ayres, 2006).

A partir dessa breve reconstrução da criação da FFP e do próprio DEDU, sinalizamos que o movimento de *escritura* do presente artigo, produzido “em seis mãos”; mãos de três mulheres professoras de diferentes gerações, percursos na vida e presença no Departamento de Educação, bem como na própria Faculdade de Formação de Professores, de modo mais amplo, nos instiga a assumir o risco e o desafio de compartilhar também, a compreensão teórica e institucional presente em nossas trajetórias, que é atravessada por tempos e gerações pessoais e profissionais distintas. Assumimos então, que o artigo em tela, mas do que uma homenagem de apenas “seis mãos”, se dispõe a representar uma singela homenagem às mais de “300 mãos” que passaram, passam e ainda passarão pelo Departamento de Educação da FFP, na vivência espaço-temporal do papel formativo e profissional que nos cabe enquanto docentes, tanto no Curso de Pedagogia, quanto nas demais Licenciaturas da Unidade.

Assim, nos agenciamos em três gerações distintas de professoras, que em 2023 completaram 42, 27 e 8 anos de uma intensa e orgânica trajetória enquanto professoras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, a partir do movimento amoroso e reflexivo de pensar o jubileu da Faculdade de Formação de Professores, tendo o Departamento de Educação enquanto lócus de enunciação. Essa incumbência, que nos convoca à boniteza e ao desafio de uma escrita freiriana nos possibilita também, pensar o nosso departamento com base no provérbio tradicional Sankofa<sup>1</sup>, que pode ser traduzido com um símbolo de resistência, em que o pássaro voando reto representa que é necessário seguir em frente, rumo ao futuro, sem esquecer do passado. A partir desse provérbio, entendemos que é hora de olhar o passado com os pés fincados no presente e imaginar o futuro. E desse modo, o presente artigo é atravessado por uma “vontade de memória”, que longe de focalizar uma história institucional linear e sistematizadora da vida departamental nos seus 50 anos, se nutre de produções textuais e de testemunhos de uma “mulher memória” (Certeau, 1996) na compreensão

---

<sup>1</sup> Usado pelos povos da língua Akan, da África Ocidental, tais como Gana, Togo e Costa do Marfim

de que essas escrituras<sup>2</sup> possam ir nos ajudando na urdidura do tempo vivo, entrelaçando tensões entre memória e esquecimento (Tavares, 2016), pois nesse desenrolar de múltiplos fios, esgarçam-se fronteiras rigidamente demarcadas entre o que realmente aconteceu ou foi imaginado, trocando-se experiência e pensamentos nos quais coabitam diferenças e divergências, afirmando porém, a percepção do DEDU como esse espaço simbólico de confluência, de diálogo e encontros, no qual unem-se esforços e projetos permanentemente grávidos de agenciamentos e coletividade.

### **Olhares sobre o Departamento de Educação: memórias a contrapelo**

Como temos praticado e pensado a formação de professores na cidade de São Gonçalo? Qual o lugar da Faculdade de Formação de Professores enquanto um daqueles agentes sociais distintos, mencionados anteriormente? (Figuerêdo, 2004).

Olhar para o Departamento de Educação nos leva também ao diálogo com a professora querida Haydée Figuerêdo, outra “mulher memória” (Certeau, 1996) do DEDU, que infelizmente, fez a sua *passagem* para o outro lado da vida em 2003, nos legando um importante acervo de apontamentos e reflexões sobre o papel do DEDU e da própria FFP na Formação de Professores (2000, 2004). A epígrafe acima, extraída do artigo “Educação em São Gonçalo: tensões e perspectivas” (Figuerêdo, 2004), publicado após o seu falecimento é emblemático das questões e tensões provocadoras que a professora Haydée nos colocava no final da década de 90, contexto institucional no qual o DEDU e a própria Faculdade iniciam um período maior da institucionalização do seu trabalho no campo da Formação de Professores, principalmente com a renovação de seu quadro docente a partir dos concursos públicos.

O primeiro concurso para o Departamento foi realizado em 1995, na área de Fundamentos da Educação, com a posse das três professoras concursadas ocorridas em março de 1996. A citação abaixo, extraída do documento “Projeto de implantação

---

<sup>2</sup> Termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo que significa as escritas de vivências que podem ser subjetivas ou coletivas, criado a partir do movimento de mulheres negras pensando na relação com a construção do conhecimento a partir da universidade, e com a intenção de demonstrar que as memórias e as subjetividades influenciam a escrita.

do Laboratório de Multimeios para as Graduações da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo” (DEDU, novembro de 2000) apresenta um breve histórico do Departamento de Educação, no qual a institucionalização de um projeto departamental mais vinculado ao curso de Pedagogia torna-se mais objetivado, buscando implementar espaços e projetos intra e interdepartamentais no campo da formação de professores para a Educação Básica na escala regional:

O Departamento de educação é composto atualmente de vinte e cinco (25) professores pertencentes ao quadro efetivo da instituição, que atuam nos cursos de Licenciaturas, nos cursos de Pedagogia, São Gonçalo e Araruama- este em convênio com a Prefeitura local. (UERJ, 2000, p. 1).

Ainda em termos da titulação acadêmica dos/das docentes do DEDU, continuamos o diálogo com o documento acima citado:

Em termos de titulação e qualificação profissional, o DEDU possui duas professoras (dos quatro) Procientistas da Unidade, duas doutoras, dezessete professoras mestres, sendo que sete em fase de Doutorado e seis professores auxiliares de ensino. (UERJ, 2000, p. 1).

Os dados acima são reveladores do compromisso pessoal e institucional dos/das docentes do Departamento de Educação, em consonância com um projeto institucional mais amplo da FFP, cuja a materialidade da profissionalidade docente (Nóvoa, 1995), vem sendo produzida através de muitas lutas relacionadas à melhoria das condições de trabalho, envolvendo tanto aspectos físicos e materiais referentes às instalações prediais da FFP, quanto aspectos referentes às questões salariais e aperfeiçoamento docente, tais como a criação da “dedicação exclusiva”, licença remunerada para estudo, e autorização para novos concursos públicos nas disciplinas ministradas pelo DEDU.

Continuando o diálogo com a professora e atualmente vice-diretora da FFP, Mariza Assis, é reiterado por ela, que a partir do final da década de 90, a FFP dá continuidade à construção de um projeto de formação de professores que alinha o curso de pedagogia aos outros departamentos, envolvendo um projeto político, pedagógico e institucional mais dedicado em dialogar com a cidade de São Gonçalo e os municípios adjacentes, implementando diferentes projetos de Extensão e Pesquisa,



tomando a perspectiva do lugar como um espaço material e simbólico por onde se engendram ações e diferentes relações de força que dinamizam e produzem o território, tanto do ponto de vista político, geográfico e educativo, quanto do ponto de vista histórico e das relações de poder (Santos, 1994). O crescimento e a densidade institucional e estratégica da FFP na região do Leste Fluminense, oportunizou através das ações da FFP, e sobretudo do DEDU, o maior envolvimento com as lutas travadas nos territórios da região, por uma educação pública e democrática. Dessa forma nos situa a professora Mariza de Paula Assis (2006), a partir das suas memórias:

O Departamento era um grande articulador, era o maior departamento e continua sendo, e demarcava o campo do que era essa faculdade. Não é uma faculdade de formação à toa, parte do projeto do CETRERJ (Centro de Treinamento e Formação de Professores do Estado do Rio de Janeiro) para dar formação para todo o Estado do Rio de Janeiro, a partir da capital de Niterói, radiando-se pelo Estado. E não era só a graduação. Tinha oficina de editoração para preparação de livro didático. Ele era o maior departamento (sempre foi).

Continuando o diálogo com outras fontes documentais, tais como o documento “Autoavaliação do Curso de Pedagogia” de 2016, o curso teve a primeira turma no 2º semestre de 1994, sob a influência do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UERJ- Maracanã. Neste caso, mesmo sem firmar convênio com nenhuma das redes de ensino público da região, como na UERJ Maracanã, manteve o princípio de educação continuada, uma vez que, oferecia como centralidade a habilitação em magistério para as séries iniciais do ensino fundamental, restringindo seu acesso, via exame de vestibular isolado aos professores em exercício nestas séries, tanto da rede pública, quanto da rede privada, que, retornando os estudos, graduavam-se ao nível superior à docência daquelas mesmas séries.

A lógica do DEDU fica mais explícita no final da década de 90, quando tem a consolidação do curso de pedagogia, e não apenas mais como um departamento que estava existindo para atender aos outros cursos. Porque a minha leitura era que havia resistência, mas se é uma faculdade de formação de professores deveria ter também um curso para a educação infantil. E ainda assim a formação em educação infantil era considerada apta no curso normal. Os cursos superiores eram para outro perfil de formação docente. E o DEDU muda quando entra o curso de Pedagogia. (Assis, 2023).

Vale sinalizar que o Departamento de Educação (DEDU) passou a oferecer o curso de Pedagogia em São Gonçalo e em Araruama (a partir de um convênio com a Prefeitura Municipal) com a habilitação de Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Desde a implantação do curso, a proposta formativa perseguia o desafio de formar professores de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> séries compromissados com a reflexão na/sobre a prática, sendo os/as estudantes considerados/as protagonistas da implementação de políticas educativas, sujeitos da práxis, conscientes do papel político e pedagógico que ocupam no cotidiano das escolas.

O primeiro curso de pedagogia foi interessante porque disciplinas como língua portuguesa, matemática, ciências eram do departamento. Poderia até pedir um professor de outro departamento para atuar, mas o compromisso e a responsabilidade pela disciplina eram do próprio departamento. Foi na reformulação que os outros departamentos pegam essas disciplinas e foi uma disputa intensa. E essa mudança qualificou a relação com o conhecimento porque tínhamos professores específicos que tinham mais relação com a escola básica, com o pré-vestibular e tinham essa vivência importante para faculdade. Mesmo a questão da qualificação, não tinham professores quase com doutorado, e a formação foi se constituindo no momento que a unidade vai crescendo. (Assis, 2023).

Assim, em 2006, antes mesmo da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso de Pedagogia da FFP já se encontrava reformulado. Após a publicação das DCNs foi necessário fazer apenas alguns ajustes, especialmente na carga horária do Estágio Supervisionado, mas os princípios, concepções e delineamentos curriculares já se encontravam afinados com a proposta das DCNs:

As licenciaturas tinham uma coisa interessante, as disciplinas de estágio e de prática eram exercidas por dois professores, um da área específica e um da educação. Eram dois professores que atuavam porque uma via a questão do conteúdo, e outra via a questão da didática, a metodologia. Era uma turma dobrada com dois professores na mesma turma. E era uma prática diferente. O departamento da educação era um grande articulador da unidade. Mesmo com as forças políticas dos outros departamentos, o DEDU sempre foi um grande articulador, e por isso até hoje é uma unidade acadêmica aqui dentro. É uma potência, mas também parece não acreditar na sua força. (Assis, 2023).

A mudança do perfil ocorre também a partir da concepção do próprio curso, que posteriormente se alinha à docência como eixo da formação do/a pedagogo/a, pensando o processo de tornar-se professor/a com o olhar de pesquisador/a. Importa sinalizar que a reforma curricular de 2006 já havia ampliado uma proposta que elucidou a gestão escolar e a educação em espaços não-escolares. No momento atual, o curso passa por um processo de Reformulação Curricular que acolhe as Diretrizes da Formação de Professores da Educação, Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015 e a curricularização da extensão proposto pela minuta de liberação de 2022.

Não há só mudanças na estrutura no DEDU. O crescimento do curso se dá também pela entrada de professores e uma alteração no perfil docente, seja pela qualificação que aconteceu gradativamente, seja pela ação em refletir sobre o papel do/da pesquisador/a na prática docente. No contexto dessa escrita/memória, Mariza nos apresenta uma reflexão:

Os professores na década de 90 entraram como mestres, professores assistentes. E ao longo do curso e da própria formação foram se consolidando, e a unidade também vai. Em todos os departamentos é possível observar isso. Conforme vão se qualificando vão consolidando. Hoje entram todos doutores, mas, na década de 90 e início de 2000, o Departamento fazia concurso para mestre. O de 2000 foram 10 vagas para didática e prática de ensino com mestrado, e de fundamentos da educação com 6 vagas. Teve um em 96, outro em 99, 2000 tem estrutura e funcionamento de ensino. Aí, começa a mudança do perfil. E o que entra hoje já é outro, e não entra tanto pensando em construção institucional, já pensa que o institucional está pronto. E inclusive professores com o pé na escola que tinha experiência de sala de aula. Hoje com áreas específicas, mestrados e doutorados, e que não viveu a experiência docente na escola básica. Uma parte do DEDU hoje é desse perfil sem ter vivido a experiência do trabalho na escola básica. (Assis, 2023).

O Departamento de Educação cresceu consideravelmente e esse crescimento está sendo produzido junto às políticas de formação de novos quadros. Tiveram incentivo e políticas de qualificação do professor. Assim como, o entendimento e reconhecimento em que a FFP contribui com a formação qualificada dos docentes, e avigora a sua posição de ser uma ação intencional em prol dos diferentes saberes, mas reforçando que a pluralidade dos perfis discentes precisa ser reconhecida em todos os sentidos, inclusive no corpo docente. Esses estudantes que se apresentam em múltiplos

sentidos de existência: trabalhadores, pobres, pretos, periféricos, mulheres, deficientes, mães e/ou avós.

Segundo a Copad<sup>3</sup>, em 2006 eram 35 professores efetivos. Passados 10 anos, em 2016 cresceu para 61 professores (52 efetivos, 4 licenciados e 5 contratados). No tempo presente<sup>4</sup>, o departamento é estruturado com 61 professores (sendo 42 professores efetivos, 7 licenciados e 12 professores contratados) distribuídos em 50 disciplinas do curso de pedagogia, sendo cerca de 7 eletivas por semestre, e outras 6 disciplinas do módulo pedagógico replicadas para 6 cursos de formação do módulo pedagógico destinando as demais licenciaturas da FFP. Os/as professores/as também atuam no curso de especialização em educação básica com foco na gestão escolar, e na pós-graduação *stricto sensu* que mantém o mestrado (2011) e o doutorado (2019) em educação, constituindo um Programa na área de Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Além de uma atuação nos espaços administrativos como a gestão da unidade, coordenações, chefias do departamento e conselhos da universidade e demais conselhos do município de São Gonçalo, tais como Educação, Cultura, Meio-ambiente etc.

Com o corpo docente, temos o corpo discente, constituído por estudantes, que nesse momento representam cerca de 2 mil estudantes na FFP, sendo 542 ativos na pedagogia, em 2023. Com um perfil de abandono maior no período da pandemia, chegando a 26 alunos do curso de pedagogia em 2021, por não terem feito suas matrículas na época. Contudo, nota-se uma reativação a partir de 2023. O perfil de estudantes evadidos tem diminuído, principalmente por ter sido criado na UERJ, um sistema de bolsas e auxílios que contribuem com a permanência dos estudantes, além do incentivo de estudo por serem oriundos de famílias de classes populares. A descrição do curso de pedagogia também envolve estudantes-trabalhadores que se desdobram entre uma rotina escolar durante o dia para qualificar a sua formação no curso diurno e noturno da FFP. Vale ressaltar que o curso noturno foi uma conquista importante para o curso da pedagogia, ocorrida no ano de 2008 por apontar na época uma necessidade de incidir no perfil de mulheres-trabalhadoras com experiências docentes na educação básica.

<sup>3</sup> Comissão Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente, foi criada em 1991 com a competência em organizar as normas sobre cargas horárias docentes entre as diferentes atividades do magistério do ensino superior que envolve ensino, pesquisa, extensão e administração.

<sup>4</sup> Estamos sinalizando que se trata de setembro de 2023.

Outra questão relevante a ser considerada nas mudanças ocorridas no Departamento de Educação refere-se a organização do curso e do currículo em si, quanto à distribuição das disciplinas e a exigência da escrita de monografia. O curso passou por quatro versões de currículo que foram sendo organizadas conforme as orientações e Diretrizes legais mencionadas acima, mas que também foram pensadas por uma projeção de qualificação e investimento de estudo e prática de estágio para os/as estudantes. Se o curso é iniciado pensando no perfil de formar professores das séries iniciais, hoje ativa as múltiplas habilitações possíveis dentro da pedagogia: magistério da educação infantil e dos anos iniciais, do ensino médio, modalidade Formação de Professores em nível médio/Normal, funções de conhecimentos pedagógicos de orientação, coordenação e direção.

Do ponto de vista de uma avaliação que necessitaria de maior aprofundamento, o que fugiria aos objetivos de nosso artigo, a construção da monografia se torna uma questão, não apenas pela sua necessidade, mas também pelas dificuldades de se expressar e se expor e da escrita. Há um conjunto de disciplinas (Pesquisa em Educação III e IV, Seminário de Monografia I e II), oferecidas a partir do 5º período, que alavancam esse processo, e consideramos que a relação professor-pesquisador precisa ser estimulada desde o 1º período do curso. Há também na estrutura do currículo uma dificuldade de ampliar os temas de pesquisa, porque o processo de escrita ocorre anterior e junto às disciplinas que estimulam visões mais amplas da formação pedagógica. De alguma maneira, as perguntas sobre o que pesquisar? O que é uma monografia? Será que conseguirei escrever? ocupam as conversas entre coordenação do curso, docentes e discentes e tais questionamentos oscilam diante do percurso construído na universidade, o incentivo recebido e participação nas pesquisas e grupos dos docentes, de modo geral.

Diante da repercussão, da efetividade e conclusão do curso, tivemos os dois primeiros formandos em pedagogia em 1997. Em 1998, foram 8 concluintes, mas o reflexo maior do efeito e importância do curso iniciou-se em 1999 com a colação de 75 graduandos em pedagogia. Entendendo também, que inicialmente o sistema de entrada ocorria fora do vestibular com atendimento a qualificar os professores da rede, em seguida constitui-se um vestibular específico da unidade e posteriormente foi adicionado ao vestibular da UERJ.

Ainda do ponto de vista do perfil discente, os estudos promovidos por Assis (2006) apontam que há uma população negra inserida no cotidiano fruto das políticas de cotas, já que a UERJ é uma universidade pioneira dessa ação afirmativa. Temos um perfil em crescimento de estudantes que entram pelo sistema de cotas sociais ou raciais - ainda que esteja interligada a questão étnica e também econômica - que permite entender uma pluralidade de estudantes de classes populares acessando a universidade pública. Nos últimos três períodos (2022.1, 2022.2 e 2023.1) tivemos a entrada de 3, 2 e 14 pessoas pelo sistema de cotas no curso da pedagogia. Esse entendimento que atravessa e diversifica o corpo discente não é o mesmo para o corpo docente do ensino superior que ainda é majoritariamente branco. E mesmo que se reconheça a importância das leis 10639/2003 e 11645/2008, há um enorme desafio de pensar que “se espera da escola/universidade, bem como dos seus agentes profissionais, na construção de discursos e práticas democráticas e não discriminatórias, e inclua a diferença racial” (Assis, 2006, p. 141). O que implica em ampliar os esforços políticos e acadêmicos na projeção de um departamento, Faculdade e a própria UERJ com maior democracia racial.

### **Para (não) concluir**

[...] é preciso eternizar as palavras da liberdade ainda e agora.  
(Evaristo, 2017).

Esse texto escrito a “seis mãos”, longe de querer abarcar uma genealogia do Departamento de Educação, procurou se constituir como um dispositivo de memória de três gerações de mulheres-professoras, apresentando alguns fios das linhas que tecem a história pública do DEDU. Com o objetivo de ser um estímulo à continuidade das ações que realizamos e ainda iremos realizar enquanto Departamento de Educação. Se o provérbio de Sankofa nos faz olhar passado, presente e futuro, as memórias e histórias que singelamente apresentamos aqui, nos fazem pensar no crescimento e relevância do curso de Pedagogia para FFP, e todos os municípios que constituem o Leste Fluminense. É também no sentido de que as questões que atravessam o conjunto de preocupações do DEDU o possam ser aprofundadas dando

sentido de continuidade e aperfeiçoamento do trabalho docente, de forma indissociada ao ensino, pesquisa e extensão.

Do ponto de vista dos objetivos do nosso texto, pretexto para pensarmos os 50 anos da FFP e do DEDU, apontamos e desejamos que o Departamento de Educação continue pautando a sua história na luta e resistência política, e que também sejamos cada vez mais educadores progressistas como nos indica bell hooks (2020), em que diante da educação como “prática da liberdade” - termo que utiliza a partir da obra de Paulo Freire – possamos promover um ambiente de aprendizado com sentido, construindo processos de aprendizagens nos quais o pensamento e a reflexão sejam praticadas como ato de cidadania responsável, sendo a liberdade de expressão uma possibilidade de escolha e aceitação do Outro, como diferente mas não desigual. Que possamos continuar sendo educadores/as que não abrem mão do seu poder de transformar a escola e a universidade em um local de consciência democrática, de amorosidade e acolhimento, no qual os/as educandos/as possam aprender e florescer a partir desses lugares. Que a FFP continue a florescer nos próximos 50 anos. Muitos vivas ao DEDU, muitos vivas a todos aqueles e aquelas docentes, técnicos/as e estudantes, que cotidianamente constroem as possibilidades utópicas de fazer da FFP um lugar melhor para estudar, pensar, criar, resistir e sonhar “mundos no mundo”.

## Referências

ASSIS, M. de P. *A questão racial na formação de professores na perspectiva dos docentes da FFP*. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

AYRES, A. C. B. M. *Tensão entre matrizes curriculares: um estudo a partir do curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Formação de Professores/UERJ*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BARTHES, R. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. III.

BENJAMIN, W. *Infância em Berlim por volta de 1900*. In: BENJAMIN, W. *Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 71-142.

- CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- EVARISTO, C. *Poemas de recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FIGUERÊDO, H. Educação em São Gonçalo: Tensões e Perspectivas. In: FIGUERÊDO, H.; MORAIS, J. de F.; TAVARES, M. T. G.; HEES, M. das N. (org.). *Vozes da Educação: 500 anos de Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/DEPEXT/SR3/UERJ, 2004.
- HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.
- NÓVOA, A. (org.). *Os professores e a sua formação*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- TAVARES, M. T. G. (Re)Pensando o Vozes da Educação em São Gonçalo: Desafios Contemporâneos da Formação de Professores(as) em periferias urbanas. In: TAVARES, M. T. G.; BRAGANÇA, I. F. (org.). *Vozes da Educação – 20 anos: Memórias, Políticas e Formação docente*. Niterói: Intertexto, 2016.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Formação de Professores. Departamento de Educação. *Projeto de implantação do Laboratório de Multimeios para as Graduações da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo*. São Gonçalo: UERJ, 2000.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Formação de Professores. Departamento de Educação. *Autoavaliação do Curso de Pedagogia*. São Gonçalo: UERJ, 2016.



## **O DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (UERJ), UM PROJETO DE EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICO, PARTICIPATIVO E CRÍTICO DA SOCIEDADE BURGUESA: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS “DE PONTA À CABEÇA”**

*Felipe Moura Fernandes - DGEO-FFP-UERJ*

*Marcos Antônio Campos Couto - DGEO-FFP-UERJ*

### **Introdução**

**E**sse texto tem o objetivo de apresentar e trabalhar algumas memórias que tratam da história do Departamento de Geografia (DGEO)<sup>1</sup> da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio Janeiro (UERJ). Pretendemos demonstrar um pouco da sua trajetória de construção coletiva, do seu projeto de educação de formação de professores que visa a articulação da produção do conhecimento com os movimentos sociais e objetiva a intervenção política nas contradições sociais raciais e ambientais da formação espacial brasileira, fluminense e gonçalense. Entendemos que a relação entre escola (ou universidade) e sociedade e/ou entre ciência e sociedade põem em destaque as disputas entre projetos políticos, com grandes implicações sobre a organização do trabalho institucional e pedagógico das instituições de ensino, enfim, sobre o seu projeto de educação. O DGEO se insere no Projeto de Educação no qual se estabeleçam o papel e as intenções da FFP-UERJ na estrutura do capitalismo brasileiro e de seus momentos conjunturais, isto é, sua atuação está a serviço de uma forma particular de consciência que permita interpretar as condições de vida da maioria da população, da classe trabalhadora, através das contradições da sociedade burguesa. Projeto que fortaleça, por intermédio da

---

<sup>1</sup> A Faculdade de Formação de Professores (FFP) foi criada em 1973, completando em 2023 os seus 50 anos. O processo de sua incorporação à UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) foi iniciado em 1987, mas os concursos para professores só começam a partir de 1990. No período anterior a incorporação o curso era de Estudos Sociais de acordo com o estabelecido pela Lei nº 5692/71. O Departamento de Geografia (FFP/UERJ) deu início as suas atividades em 1995, antes as atividades do curso de Geografia eram realizadas junto com o curso de História no Departamento de Ciências Humanas. Ver: Costa (2001, p. 67-68).

articulação entre ensino, extensão e pesquisa científica, a luta da população pela democracia e por melhores condições de vida<sup>2</sup>.

Do ponto de vista historiográfico, nos inspiramos nas ideias do historiador inglês Christopher Hill (1987) em seu livro “O Mundo de Ponta-Cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640”. Como o próprio título deixa evidente o historiador vai concentrar sua pesquisa na compreensão da Revolução Inglesa que, em linhas gerais, promoveu a execução do Rei, a queda da Monarquia e a Proclamação da República na Inglaterra, tudo isso antes da Revolução Francesa de 1789. Contudo, o que nos interessa é destacar que Christopher Hill (1987) inova no tratamento da Revolução Inglesa quando não aborda o “conflito de classes” apenas inspirado no “protagonismo da burguesia”, mas também traz para o primeiro plano as “classes populares”. Como a inovação de Hill pode nos inspirar para a construção das memórias do DGEO-FFP/UERJ? Pensamos que ao selecionar as memórias que serão resgatadas através das entrevistas não devemos contemplar apenas chefes de departamento, professores, alunos e ou ex-alunos que já fazem ou fizeram parte academicamente do departamento, mas, também, trazer para construção dessa memória ex-funcionários do DGEO e ou trabalhadores/trabalhadoras da UERJ (secretários, limpeza, entre outros). Não ignorar a memória desses atores sociais é fazer a história do departamento, também, de “baixo pra cima” ou de “ponta-cabeça”. Vale ressaltar que não estamos reforçando uma dicotomia entre “trabalhadores” e “professores” e ou “pesquisadores”, muito pelo contrário, entendemos que o professor e pesquisador, independentemente do nível que atua – fundamental, básico, médio ou superior – é trabalhador.

Para a execução metodológica das entrevistas<sup>3</sup> elaboramos um roteiro único para as três pessoas a serem entrevistadas, sendo eles: um professor que tenha

---

<sup>2</sup> Vale reforçar que o DGEO faz parte do crescimento e fortalecimento da Faculdade de Formação de Professores e de sua importância social e pedagógica para a formação de professores na segunda maior cidade do Estado do Rio de Janeiro em população e ainda atende a demanda de todo leste metropolitano. Nacionalmente, docentes e discentes do curso de Licenciatura Plena em Geografia da FFP são associados ao pensamento crítico, à relação com movimentos sociais e à forte participação nas instituições e eventos da Geografia no Brasil (ANPEGE, AGB, SIMPURB, SBGFA, SINAGEO, ENGA, FALA PROFESSOR, entre outros).

<sup>3</sup> Para a dinâmica própria do resgate da história através da oralidade destacamos a reflexão sumária de Michel Frish (2000, p. 167-177): “A história oral enfoca, geralmente, contextos específicos com grande detalhamento; apoia-se na evidência da memória; e distingue-se das metodologias históricas, como Ron Gele há muito observou, porque através do formato das entrevistas o entrevistador é profundamente envolvido na geração, no presente, dos próprios dados que serão estudados, em seguida, como evidência do passado. Em termos convencionais, cada um

participado da fundação ou do início do departamento; um ex-aluno que tenha participado institucionalmente de duas instâncias da FFP (aluno, professor/gestão) e um funcionário da unidade. As perguntas realizadas para o desenvolvimento da entrevista foram: Como sua história pessoal e ou profissional encontra a UERJ?, Dentro da UERJ como você avalia a experiência no DGEO?<sup>4</sup> e Qual é a importância da manutenção da UERJ e do DGEO para a educação? As perguntas não foram reproduzidas ao longo do artigo, mas o texto apresentado advém delas.

Não há muito o que hesitar sobre a ideia que afirma a história das *instituições* a partir da relação com a *sociedade* e dessa com seus *indivíduos* (Elias, 1994). E permeando a *sociedade*, os *indivíduos* e as *instituições* também não podemos esquecer do papel das *técnicas* e das *tecnologias* que permitem o avanço comunicacional e científico e com isso alteram as relações humanas, os indivíduos e a sociedade em sua totalidade (Latour, 2019). No entanto, além dos *indivíduos*, da *sociedade*, das *instituições*, das *técnicas* e das *tecnologias* não podemos esquecer dos *trabalhadores* que não estão envolvidos com nenhuma atividade institucional – aulas, avaliações, pesquisas, bolsas, financiamentos, desenvolvimento de tecnologias entre outros –, mas sem eles nenhuma dessas atividades poderia ocorrer. Enfim, na introdução que Renato Janine Ribeiro faz do livro de Christopher Hill (1987), destaca que um dos avanços da abordagem é não reforçar a superioridade do “trabalho intelectual” sobre o “trabalho material”. Essa ideia é importante para trazer a fala dos trabalhadores e demonstrar a relevância deles na construção do DGEO. A magnitude dos que não dominam os “carimbos”, as canetas, os diários, os currículos, os programas e as assinaturas, mas que colaboram para a nossa existência institucional.

## O resgate de uma história/memória

A entrevista com o professor Nilo Sérgio d’Ávila Modesto foi realizada por meio digital (Google Meet) na tarde do dia 22 de agosto de 2023. No início da conversa, Nilo destaca que “*se o DGEO tem quase 30 anos, eu tenho 30 anos de FFP. Cheguei em*

---

destes fatos pareceria estar em contradição com o estudo formal da história, que busca entendimentos mais gerais apoiados em evidência objetiva solidamente embasada no passado”.

<sup>4</sup> Na entrevista realizada com a funcionária da limpeza, Fátima ou Fatinha, essa pergunta foi matizada. Houve essa necessidade, pelo fato de sua atuação na Faculdade não estar diretamente no DGEO.

*fevereiro de 1993 e, de certa forma, ajudei a construir o departamento*". E nos ajuda a entender a história "a UERJ incorporou a FFP, se não me engano, em 1987" antes a estrutura estava baseada na "Lei 5692/71"<sup>5</sup> e o curso era de "Estudos Sociais". Após, traz alguns dados biográficos: "Eu fiz UFRJ. Sou da turma de 1977 e saí em 1981". Essa é uma informação pessoal que contém um dado contextual importante quando destaca que "o paraninfo da nossa turma de graduação foi o Ruy Moreira" que à época era "barbudo, fumava e fazia discursos explosivos". Para reforçar o caráter contextual da renovação crítica da geografia que já se fazia presente em sua geração diz que o pai de uma aluna "era o segundo homem lá de Rondônia, milico" saiu da formatura durante o discurso do Ruy Moreira e gritou: "Não preciso ficar aqui ouvindo isso".

O professor Nilo diz que a FFP-UERJ vai surgir em sua vida em 1991, por causa de um concurso realizado no fim desse ano. Esse concurso, segundo o professor, foi o último para o cargo de professor auxiliar na FFP. Quando entrou para o nível superior já era professor concursado do CP II<sup>6</sup> desde 1985 e da Rede Estadual desde 1983 – primeiro concurso do governo Brizola. Em relação ao concurso para a universidade diz:

*Então, teve esse concurso. Em 1991, fiquei assim, mas me saí bem. Acabeifcando em segundo lugar. O primeiro foi o Cláudio (Barbosa). Ficou na minha frente ali com nove décimos, porque ele tinha publicado alguma coisa [...]. Eu fui chamado para fevereiro de 1993. Aí eu boto o pé lá, definitivo<sup>7</sup>.*

Nilo destaca que naquele momento, o professor Cláudio Barbosa estava terminando o mestrado e ele tinha a graduação e uma especialização<sup>8</sup>. Foi um período de muito trabalho, mas de grande aprendizado, eram obrigados a dar aulas de várias disciplinas, entre elas, Cartografia, Hidrologia, Geomorfologia e Geologia – "Eu ia de

<sup>5</sup> "A Lei 5.692 mudou a organização do ensino no Brasil. Numa alteração radical, o 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização. Em curto e médio prazos, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes. Elas teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia ao fim do 2º grau um certificado de habilitação profissional. Os governos estaduais teriam que implementar as medidas" (Reforma [...], 2017).

<sup>6</sup> CP II – Colégio Pedro II.

<sup>7</sup> No concurso que o professor Cláudio Barbosa foi aprovado em primeiro e Nilo Sérgio em segundo lugar tiveram 17 inscritos. Essa informação foi passada durante a entrevista.

<sup>8</sup> Nilo Sérgio fez Mestrado entre 2001 e 2003 e Doutorado entre 2005 e 2008 ambos foram realizados no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF. A realização das pós-graduações stricto sensu marcam a passagem do professor/pesquisador das disciplinas de "práticas de ensino" para a disciplina de "urbana".

*Christofoletti, Geologia eu ia de Viktor Leinz*”, “[...] e já existiam as práticas de ensino”. De igual forma, demonstra como a estrutura era precária e não havia os meios tecnológicos atuais para projetar imagens, mas “*como sempre tive facilidade de desenhar, eu reproduzia aquilo, desenhava, porque não tinha muitos equipamentos*”. No meio dessas limitações, de baixo quantitativo de professores, de escassez de equipamentos e materiais, Nilo Sérgio destaca uma qualidade, “*mas tinha uma coisa interessante, a perspectiva de mudança*”.

### **Os primeiros marcos: a fundação do DGEO e o Saber Para Mudar**

O principal ator social na criação do Departamento de Geografia foi o professor Cláudio Barbosa, “*sempre foi um cara bem efusivo, bem atuante e ele puxou, de certa maneira, o entendimento do que era a faculdade, o que seria um Departamento de Geografia*”. Vale destacar, que nesse ponto da entrevista, Nilo estabelece o primeiro marco para o curso de Geografia no processo de democratização da sociedade brasileira e das instituições após a ditadura militar (1964-1985): o nascimento do Departamento de Geografia que se realizou no ano de 1995. Nas palavras de Nilo a “*criação do DGEO fez com que a gente começasse a entender o que era, na realidade, uma universidade pública. E para quem ela atendia*”.

A partir da ordenação dos fatos (narrativa) estabelecida por Nilo, ainda no ano de 1995, um outro marco se estabeleceu, a criação do Projeto Saber Para Mudar<sup>9</sup>. Como Nilo tinha muita experiência de sala de aula, além da UERJ, trabalhava na Rede Estadual e no CP II, o Prof. Cláudio Barbosa chegou para ele disse: “[...] *você é o cara que vai tocar esse projeto*”<sup>10</sup>. O projeto desde o início contava com bolsas do

---

<sup>9</sup> “O Projeto Saber para Mudar foi criado em 1995 por um grupo de professores dos diferentes departamentos da FFP, com intuito de desenvolver e ampliar as relações entre a Universidade, seu corpo docente e discente e a comunidade gongalense. O projeto se caracteriza por preparar candidatos aos diferentes concursos de vestibular para acesso às universidades públicas. Permite que alunos de baixo poder aquisitivo, egressos de escolas públicas de ensino médio, com poucas chances de ingresso numa universidade, preparem-se de forma adequada para participar de qualquer vestibular do Rio de Janeiro. O Projeto Saber para Mudar funciona ainda como ambiente de prática docente, sendo projeto interdepartamental, permitindo o treinamento em licenciatura de vários bolsistas ao longo do ano”. Para mais informações ver o site: <https://spmffpuerj22.wixsite.com/website>. Acesso em: 28 ago. 2023.

<sup>10</sup> O professor Nilo Sérgio destaca que dividia a coordenação do curso com o professor Wagner (DCIEN) e que mais tarde chegou o professor Andreilino (DGEO).

CETREINA e tinha um caráter interdepartamental uma vez que envolvia alunos de todos os cursos como possíveis professores de português, literatura, redação, matemática, biologia, geografia e história. O entrevistado destaca que as bolsas permitiam tocar o Projeto Saber Para Mudar como um curso “de ponta” e acima de tudo permitia a possibilidade do acesso da classe trabalhadora e dos seus filhos à universidade pública, sobretudo na própria FFP-UERJ e no curso de geografia. Tínhamos o apoio da direção e de todos os departamentos, possuíamos duas turmas – manhã/tarde e tarde/noite –, chegamos a fazer seleção com mais de 700 inscritos.

Com a criação do DGEO e o desenvolvimento do Saber Para Mudar, entendemos que vale destacar o que o entrevistado chama de “linha mestra do departamento”:

*Então, quer dizer, a gente começa a ganhar corpo, no entendimento de que a universidade vai para além do nosso umbigo. A gente tem responsabilidades maiores.*

*Então, é isso. O que marcou e o que marca o departamento foi a questão do coletivo. A questão do coletivo, e tinha um detalhe, quem chegava se espantava, porque ou já tinha experiência de outras universidades, ou experiência, claro, de ter estudado em outra universidade, e encontra um departamento daquele onde uma decisão feita de forma coletiva [...]. Ficou bem claro para mim e para muitas pessoas que ali não era o lugar de fazer carreira solo, era o lugar de fazer, efetivamente, algo construtivo, coletivo, uma espécie de missão. Então, foi esse o entendimento. Alguns vieram se adequaram e ficaram. Outros passaram, mas a linha, o fio condutor do departamento permaneceu o mesmo. Com muitas discussões, nada agressivo, mas a ideia era sempre o outro. Então é um departamento que sempre teve a questão da empatia como diferencial.*

Na exposição do nosso entrevistado, a criação do DGEO, a definição de uma linha de atuação para o departamento e o Projeto Saber Para Mudar foram os fundamentos, a base para outras mudanças que viriam a seguir.

### **Os outros marcadores dessa história: a ampliação das entradas e a pós-graduação**

Além desses dois marcos iniciais, mas seguindo “nessa mesma toada”, a estratégia narrativa revela mais dois passos importantes. Primeiro a criação de mais uma entrada no vestibular, além da turma tarde-noite, passou a ter no primeiro

semestre de cada ano, também, a entrada de uma turma manhã-tarde. O segundo ponto destacado é o início da pós-graduação, lato sensu, em Dinâmicas Ambientais-Urbanas e Gestão do Território. No que diz respeito a abertura de mais uma turma no primeiro semestre de cada ano, Nilo Sérgio comenta: “[...] *os departamentos chamaram a gente de loucos. Vocês são loucos? São malucos? Trazendo mais trabalho?*”. No entanto, a intenção era “*encher essa universidade periférica de gente*” e com essa demanda maior de alunos pressionar ainda mais a universidade para realizar concurso para professores. Criar o problema, para tentar resolver. Ampliando as vagas, amplia as possibilidades de acesso a universidade pública, e ampliando o acesso é necessário ter mais professores, para isso, é necessário realizar concurso público. Em relação a Pós-graduação (*lato sensu*) de Dinâmicas Ambientais-Urbanas na Gestão do Território, Nilo destaca o esforço inicial liderado pelas professoras Ana Valéria e Carla Salgado e comenta:

*Por dentro, percebi que aquilo poderia dar frutos, efetivamente, porque era muito trabalhoso. Naquela época tinha poucas redes sociais. Então, fazíamos cartazes, íamos de universidade em universidade, colar esses cartazes, conversar com as pessoas, ou seja, mostrar que a gente existe, que estamos na porção leste da Bahia de Guanabara.*

Em momento posterior a esse período inicial, Nilo assume a coordenação da pós e outro elemento considerável em relação a pós de Dinâmicas Ambientais-Urbanas é o fato de o curso ser totalmente gratuito, nesse sentido, o entrevistado destaca que éramos vistos no CEPUERJ como um “estranho no ninho” e arremata: “*O nosso era gratuito. A gente fez questão. É gratuito, cara. Isso aqui é uma universidade pública. Ela tem que ser gratuita em tudo que ela oferece*”.

Não resta nenhuma dúvida que a trajetória do professor Nilo Sérgio d’Ávila Modesto apresenta uma contribuição imensurável na constituição e no desenvolvimento do Departamento de Geografia até o tempo presente. E por último, é de grande valia destacar que um dos motivos principais indicados pelo entrevistado para o exercício do ofício de professor/pesquisador é a possibilidade de ampliar a perspectiva de vida dos alunos. E essa ampliação, deve contemplar não só o acesso a bens materiais, mas também a mentalidade, a forma de ver o mundo.

Já por volta dos 47 minutos de entrevista, o professor diz:

*[...] só de Estado e FFP tem 40 anos. Só de dar aula tem 45. Então está na hora de eu ir desmamando, deixando de lado um pouco. Por isso que estou de licença prêmio. Peguei dois períodos de licença. Vou voltar só em fevereiro. Para depois pedir o derradeiro. Por que eu não sai antes? Também por amor? O amor é um problema sério. Alguns dizem até que é burrice.*

No fim da entrevista, Nilo nos deixa mais um aprendizado, a possibilidade de não separar a política dos afetos.

## **Entreato I**

A entrevista com o professor Nilo Sérgio d'Ávila Modesto permite resgatar uma memória/história do DGEO e da FFP/UERJ que se inicia na década de 1980, atravessa a década 1990 e chega as primeiras décadas do século XXI. De igual forma, mas sem querer estabelecer uma cronologia dura, a entrevista com o professor André Luiz Carvalho da Silva permite avançar um pouco mais em direção ao tempo presente da instituição e dos indivíduos que a compõem, sempre permeados pela dinâmica social, política, econômica e cultural que envolve todos. Nessa segunda entrevista, podemos vislumbrar outro contexto do departamento, com o corpo docente mais amplo e agora já qualificado em cursos de Doutorado. Junto a isso, da década de 1990 para cá houve mudanças estruturais na educação e na pós-graduação *stricto sensu*, como a redução dos períodos de realização dos trabalhos de dissertação para o mestrado e das teses para o doutorado<sup>11</sup>, essa redução, significou um aligeiramento na formação de mestres e doutores. Exemplo disso, está em nosso próprio texto, o professor Nilo Sérgio diz que fez o último concurso para professor auxiliar em 1991, o concurso do professor André Luiz exigiu como requisito o título de doutor. Desta forma, se no primeiro momento, a formação do Departamento de Geografia era uma necessidade premente, a partir desse momento, se junta, a necessidade de aumentar a qualificação dos professores e desenvolver, além do ensino e da extensão, a *pesquisa*.

---

<sup>11</sup> Para mais detalhes ver: Oliveira e Bianchetti (2004).



## Em busca do tempo presente

A entrevista com o professor André Luiz Carvalho da Silva foi realizada pessoalmente no dia 23 de agosto de 2023, na sala do LabDIN<sup>12</sup> coordenado por ele na FFP-UERJ. Inicialmente, seguindo a indicação da pergunta, André começa fazendo um resumo de sua trajetória acadêmica e ela começa antes mesmo de entrar para a universidade. Onde destaca que “1999 foi um ano de muita correria, me preparando para o vestibular. Então foi muito intenso, num momento em que eu trabalhava”. A trajetória revela que a sua inserção na vida acadêmica é posterior a sua inserção no mundo do trabalho, o entrevistado entra na universidade como um aluno-trabalhador:

*Era militar, então tinha uma rotina de trabalho como Fuzileiro Naval da Marinha do Brasil que envolvia expediente no quartel, viagens envolvendo embarque e a rotina de escala de serviços com permanência de 24 horas à disposição do quartel.*

Outra informação que merece relevo é o fato da escolha do curso (Geografia) e da instituição (UERJ-FFP) ter relação com a sua carreira como militar,

*[...] na época, eu era fuzileiro, então eu teria mais facilidade de chegar na universidade se eu escolhesse a FFP<sup>13</sup> por conta da proximidade com uma unidade do Corpo de Fuzileiros que existe aqui em São Gonçalo na Ilha das Flores.*

Essa é a questão mais objetiva que versa sobre deslocamento e transporte. No entanto, a carreira militar também ajudou André a se aproximar da Geografia pela dimensão do conteúdo da realidade,

*[...] nós fazíamos inúmeras viagens, que os fuzileiros chamam de manobra, que é um exercício militar, é embarcado, é um embarque de tropa, e, por conta disso, eu fui pegando gosto pelas geociências, e*

<sup>12</sup> LabDIN – Laboratório de Dinâmicas da Natureza. O professor também coordena o GECOST – Grupo de Estudos Costeiros.

<sup>13</sup> Outro fator que André Luiz destaca que condicionou sua escolha pela FFP passa pela dimensão pessoal. Seu sogro havia feito o curso de História na FFP e lhe deu boas “referências”.

*mais especificamente com aquelas áreas voltadas para as ciências marinhas, enfim.*

Então o entrevistado nos conta que entra na FFP-UERJ para fazer a graduação em Geografia na turma do primeiro período do ano 2000 e termina em 2003. Já em 2004 entra no mestrado no LAGEMAR (Laboratório de Geologia Marinha do Departamento de Geologia da UFF) e termina em 2006, logo na sequência, em 2007 entra para o doutorado, na mesma instituição do mestrado, e acaba em 2011 e no mesmo ano surge o concurso para o DGEO e pondera: “apesar de estar naquela fase do cansaço, pós conclusão de doutoramento. Mas acabei assumindo o desafio”. E, “apesar do cansaço”, muito justificado, logrou êxito, tomou posse em 2012<sup>14</sup>. Em relação a graduação, houve dois fatos que ajudaram o professor André a continuar a sua predileção pelas geociências e continuar no mestrado e doutorado. A realização de monitoria com o professor José Antônio Baptista Neto, a época responsável pela disciplina de Oceanografia no DGEO e logo em seguida a adesão a uma bolsa de Iniciação Científica na UFF, sob a orientação da professora Maria Augusta Martins da Silva, que na ocasião coordenava um projeto envolvendo a UFF e a *Queen’s University* no Reino Unido. Posteriormente, o professor José Antônio vai sair da FFP-UERJ para ingressar em outra instituição e a sua vaga vai gerar a demanda que resultará no concurso que André realizou para ingressar no DGEO:

*A maioria das pessoas que concorriam comigo tinham um bom currículo, bastante diversificado em termos de participação de eventos, publicações, etc. Até mesmo experiência profissional na universidade, como substituto, como era o meu caso também.*

Contudo, um dos elementos decisivos em sua avaliação e aprovação, como ele mesmo destaca, a “cereja do bolo” foi a

*[...] vivência de 8 anos na educação básica. Isso foi valorizado no processo seletivo, isso é importante, e é importante de forma mais contínua, quando se considera o processo formativo daquele que pretende estar na universidade trabalhando com formação de professores.*

---

<sup>14</sup> Entre os anos de 2009 e 2011 o entrevistado trabalhou como substituto no DGEO da FFP-UERJ.

## A presença no DGEO em dois momentos

O entrevistado destaca que a sua “experiência no DGEO passa por duas fases, por momentos”. Sem dúvida o primeiro momento está associado a *expertise* que André desenvolveu em relação à pesquisa durante a *graduação*, o *mestrado* e o *doutorado*, vale dizer que nessas três etapas manteve o foco na área da geologia marinha. Outro momento, diz respeito as experiências desenvolvidas a partir da sua entrada no DGEO, onde destaca a participação nos projetos de extensão coordenados pela Prof<sup>a</sup>. Ana Claudia, mas não para por aí, também participou de

*[...] projetos de extensão do Prof. Andreilino Campos, também visitando escolas coordenadas por ele [...]. Faço parte também de projetos coordenados pelo Prof. Fábio, do Departamento de Ciências, Minha Praia, um grande projeto de extensão e pesquisa da UERJ que é suprido com projetos da FAPERJ.*

E arremata,

*[...] agora mesmo, nós temos um projeto, que é o projeto do edital de fomento a melhorias das escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pelo Fábio e que envolve docentes da FFP, das escolas parceiras e diversos estudantes. Então, essa trajetória foi sempre marcada por pesquisa e envolvimento em projetos de extensão.*

Junto a fase dos projetos de extensão o professor acrescenta a experiência na gestão do DGEO, assumindo a coordenação do programa de pós-graduação, como coordenador adjunto. O convite veio do “[...] professor Santana, assumi, a coordenação do programa de pós-graduação juntamente com Paulinho”. Antes de assumir a coordenação da pós-graduação, destaca que “participei durante anos da coordenação da AACC” e também junto “com o Paulinho trabalhei durante um período longo na “comissão de espaços da unidade da FFP”.

Depreendemos que a sua formação como pesquisador (Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado) compreende a primeira fase da carreira do nosso entrevistado. A segunda fase se refere as atividades desenvolvidas, de forma mais exclusiva, a sua entrada no DGEO, sendo elas, a *extensão* e a participação na *gestão* administrativa do DGEO e da FFP. Sendo assim, é importante destacar que o professor André possui uma

interessante concepção de Geografia, uma vez que percebemos a sua preocupação em produzir com uma Geografia Física que tenha uma intervenção na sociedade.

Segue as importantes intervenções:

*[...] por conta das vivências (América Latina), eu sempre tive a oportunidade de atuar numa geografia que ajudasse a resolver problemas, uma geografia muito voltada para a aplicação desse conhecimento, tanto pelo que aprendi lá fora com colegas de outras instituições, quanto pelas demandas que me foram sendo colocadas a todo momento aqui pela própria área de atuação. Neste sentido, eu tive a oportunidade de colaborar com o ministério público em alguns momentos, como, por exemplo, quando participei com os professores Renato Ramos e Kátia Mansur, ambos da UFRJ, na construção de um parecer contrário à construção de um porto em Jacaré. Também contribuí com diversos colegas que se dedicam a estudar a dinâmica costeira na elaboração de um estudo técnico para o Ministério Público conduzido pela professora Flávia Moraes Lins de Barros da UFRJ e por colegas da Oceanografia da UERJ em relação à obra da Barra da Tijuca, que envolvia a colocação de estruturas rígidas na praia, a um custo de mais de 10 milhões de reais, [...]. Tenho também contribuído na luta, junto a Associação de Pescadores de Zacarias e o Movimento Pró-restinga, contra a implantação de um megaempreendimento na restinga que conta com o maior número de trabalhos científicos do país, localizada no litoral de Maricá. É importante destacar a atuação da professora Desirée do DGEO (FFP-UERJ) nessa causa na articulação entre as instituições e atores envolvidos. Minha contribuição está relacionada diretamente à publicação de dezenas de trabalhos científicos, envolvendo diversas pesquisas de graduação, mestrado e doutorado, em grande parte com o financiamento das nossas agências de fomento. Esses estudos visam fundamentar cientificamente os argumentos em defesa dos ecossistemas presentes e da comunidade tradicional de pescadores, assentada na área desde o século XVIII.*

Na conversa com o Prof. André vai ficando claro que a geografia física aplicada à sociedade que é realizada por ele, é fruto de sua formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado), da sua *expertise* nacional e internacional, da sua atuação junto das comunidades tradicionais (pescadores), mas também de sua experiência de 8 (oito) anos de Escola Básica pública. A passagem pela Escola Básica ajuda a construir essa Geografia Física “Ativa” e ou “Aplicada”.

Dito isto, o entrevistado nos fala sobre a importância da manutenção do FFP-UERJ e do DGEO no contexto atual. No que diz respeito ao nosso ofício de geógrafo e professor, André destaca: “[...] a importância histórica da FFP-UERJ “na região metropolitana, atraindo estudantes de diversos municípios, além do próprio

*município de São Gonçalo*”. E essa atração está se ampliando para a pós-graduação: “*Nós já tivemos alunos da pós que qualificou lá de São Paulo de Olivença*<sup>15</sup>, *isso fica a 900 quilômetros de Manaus*”. Invertendo a ordem, colocando a FFP-UERJ na frente e o DGEO depois, André diz:

*[...] como aluno eu já tinha essa percepção, do quanto a gente tem uma atuação diferenciada e humanizada frente ao processo formativo, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, e nesse sentido eu acho que a UERJ é central, e a FFP mais ainda, por conta das políticas afirmativas, por conta da assistência estudantil, [...], mas também por conta da nossa atuação individual como docente, e isso faz com que, e é muito comum, eu estou dando aula hoje para o filho de um ex-aluno de 10 anos atrás, porque isso vai perpetuando, e a melhor propaganda que a gente faz é o que a gente constrói aqui, o que as pessoas levam daqui e levam para o mundo, seja enquanto professores, seja enquanto pessoas que indicam e recomendam e assinam embaixo, frente ao trabalho que a gente desenvolve aqui.*

Por fim: “*Então essa é uma universidade também para o filho do trabalhador, para o trabalhador, para aquele que tem, às vezes, duas, três rotinas ao longo do dia [...]*”.

## **Entreato II**

Por último entrevistamos uma funcionária e vale reforçar que entendemos que essa trabalhadora, apesar de não fazer diretamente parte do DGEO, é alguém que vem contribuindo com a continuidade das atividades desse departamento e dessa faculdade nos últimos 30 anos. A entrevista com a Fatinha – como é conhecida por todos – foi a mais curta das três entrevistas realizadas e com as respostas mais singelas, porém de grande valor. E revelam censo de compromisso, envolvimento e participação na unidade.

---

<sup>15</sup> Para mais informações: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/sao-paulo-de-olivencia/panorama>. Acesso em: 29 ago. 2023.

## A memória de uma funcionária

A entrevista com a funcionária Maria de Fátima Silva Sales (Fatinha) foi realizada pessoalmente na sala do Departamento de Geografia da FFP-UERJ no dia 24 de agosto de 2023. A funcionária começa dizendo que é “[...] *um prazer colaborar*” e destaca que veio parar na FFP-UERJ por “*consequência da vida mesmo, porque eu sempre trabalhei nesse ramo e vim trabalhar aqui porque foi mandado vir pra cá e nunca mais saí, nem pretendo sair, porque eu gosto muito daqui, a faculdade é muito importante na minha vida*”. Na sequência ela confirma que já era terceirizada da empresa quando foi enviada para a FFP-UERJ e que é comum ir mudando de empresa e de lugar de trabalho. Perguntamos: “Por que você gosta daqui? O que faz você gostar daqu”. Fatinha responde: “*Eu, de tudo, e de todos. Já estou acostumada. Me sinto bem aqui*”.

Na sequência Fatinha revela que já está na FFP-UERJ a quase 30 anos e que já se aposentou, mas após a aposentadoria foi recontratada e revela os motivos pelos quais continua a trabalhar, mesmo após a aposentadoria, “[...] *continuo, porque eu gosto de trabalhar aqui. A Faculdade me incentivou a continuar trabalhando. Trabalhasse em outro lugar, de repente, eu teria parado. [...] Por exemplo, lá no Rio, não aguento mais ir*”. Fátima diz que nesses 30 anos aconteceram bons momentos e salienta a amizade que desenvolveu com uma ex-aluna da geografia e atual aluna da pós, a Cláudia: “*A gente sempre se deu muito bem quando ela estudava. Ela agora é professora. Voltou para fazer pós-graduação e a gente continua com a amizade*”.

Um outro ponto em destaque é sobre essa possível hierarquia entre funcionários terceirizados, funcionários concursados, técnicos, professores e alunos. A funcionária responde: “*Não, não. A gente se sente à vontade, muito bem*”. E pergunta: “*Você viu a calourada cantando pra gente? Terceirizado é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo*”. E arremata: “*A gente não é esquecido na vida deles. O que eles estavam fazendo, não tem nada a ver comigo, mas eles lembram da gente. A gente é uma pessoa que não é jogada fora não. Só porque trabalha na limpeza, gente é lembrada*”.

A mesma questão sobre a importância da manutenção do DGEO e da UERJ-FFP posta para o Professor Nilo Sérgio e para o Professor André também foi colocada para a funcionária Fátima. E ela comenta: “*Com certeza. Quem não tem condições de pagar, né, uma faculdade? Quem não tem condição, não vai ter chance. Não é todo*

*“mundo que tem dinheiro para bancar uma faculdade. Ela vai viver pra sempre”*. Na sequência perguntei a entrevistada se ela se sente parte do processo de formação de professores da FFP-UERJ e do DGEO? E ela diz: *“Sim, porque eu ajudo eles no que eles precisam de mim”*.

## **Conclusão**

O que objetivamos com esse texto foi fazer um resgate da memória/história do DGEO e da FFP/UERJ que tivesse como ponto de partida os trabalhadores que ajudaram a construir e a manter o departamento e a faculdade nas últimas décadas; sem estabelecer uma classificação estanque entre trabalhadores e não trabalhadores, entre professores-pesquisadores e outros tipos de funcionários, como técnicos e funcionários. Independentemente da posição institucional, todos são trabalhadores, vendem a força de trabalho para no final do mês receber o salário. Nesse sentido, nas três entrevistas procuramos pegar trabalhadores de diferentes posições institucionais. Deixando que eles falassem, sobre a instituição, a sua relação com as pessoas e o seu trajeto pessoal e profissional.

A origem deste artigo é o conjunto de atividades comemorativas dos 50 anos da FFP-UERJ.

Com o aporte metodológico das entrevistas é possível resgatar o passado através da oralidade que está submetida a uma dinâmica própria que articula a fala e a memória, a partir disso, pretende-se com outros artigos dar continuidade para aprofundar fatos e resgatar momentos importantes do Departamento de Geografia, que até sugerem certa periodização de sua história. Por exemplo, as importantes reformas curriculares, a presença de docentes do DGEO na direção da FFP e da Asduerj, no CEH, nos Conselhos Superiores e Sub-reitorias da UERJ, os docentes negros e a questão racial, a gestão coletiva e as comissões de trabalho, a unidade entre graduação e pós-graduação, a realização dos concursos públicos de docentes e a superação da enorme quantidade de contratados, os processos e momentos da criação do mestrado e as tentativas do curso de doutorado, a relação com os movimentos sociais, os eventos, entre outros.

## Referências

BELTRÃO, T. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. *Agência Senado*, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 28 ago. 2023.

COSTA, C. B. da; COUTO, M. A. C. A Origem e a Construção do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: uma proposição para a formação do professor. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, ano I, n. 1, p. 67-8, 2001.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FRISH, M. H. A Desindustrialização vista de baixo pra cima e de dentro pra fora *In*: ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M.; FERREIRA, M. de M. (org.). *História oral: o desafio de se retratar a classe trabalhadora em palavras e imagens*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 167-177.

HILL, C. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: São Paulo de Olivença. *IBGE*, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/sao-paulo-de-olivenca.html>. Acesso em: 29 ago. 2023.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2019.

OLIVEIRA, A. de; BIANCHETTI, L. Política Científica no Governo do FHC: A era da cópia acabou (!?) Implicações para a formação de pesquisadores. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 4, n. 13, p. 1-15, 2004.

PROJETO Saber para Mudar. *Projeto Saber para Mudar*, São Gonçalo, c2022. <https://spmffpuerj22.wixsite.com/website>. Acesso em: 28 ago. 2023.



## 50 ANOS DE FFP-UERJ: ALGUMAS DÉCADAS DE HISTÓRIAS DO DEL

*Gysele da S. Colombo Gomes - DEL-FFP-UERJ*

*Leonardo Mendes - DEL-FFP-UERJ*

*Vera Lúcia Teixeira da Silva - DEL-FFP-UERJ*

### Primeiras reflexões

**N**arrar uma história de 50 anos de existência poderia ser uma mera questão de redação cuidadosa e detalhada; entretanto, quando duas linguistas aplicadas e um professor de literaturas recebem tal incumbência, a narrativa ganha novos sentidos e percepções. Esse preâmbulo é, de certa forma um “*disclaimer*” para justificar a forma como a história de nosso departamento será contada.

Para começar nossa narrativa, estabelecemos que neste capítulo será apresentada uma autoetnografia colaborativa que resgata, por meio de nossos relatos autobiográficos, processos essenciais de nossas experiências em um departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores um dos campi da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Podemos dizer que somos amigos de longa data, Vera foi minha professora na graduação e na pós-graduação lato sensu; Leonardo e eu, Gysele, trabalhamos juntos em outra instituição de ensino superior antes de nosso ingresso na UERJ. Há que se observar que, nesta história, consideraremos, conforme Le Goff (1990), os esquecimentos e os silêncios reveladores de mecanismos de manipulação da memória coletiva, já que alguns pontos serão propositalmente esquecidos, outros lembrados, tanto por seus aspectos positivos quanto negativos em nosso DEL. Há alguns detalhes sutis e muito importantes na autoetnografia colaborativa, pois ao relatarmos nossas experiências ou histórias de vida resgatamos as recordações que saltam às nossas memórias. Daí a nossa justificativa pela escolha desse gênero de escrita.

Segundo Ellis e Bochner (2000, p. 739), a autoetnografia é “método e texto”, uma vez que é “um gênero autobiográfico de escrita e de pesquisa que exhibe camadas múltiplas de consciência, conectando o pessoal ao cultural”. Ademais, é, também, um estudo de natureza qualitativa, que com uma postura crítica e ética,

segundo Roth (2009), permeia as diferentes questões sociais que constituem seu centro de atenção. Ao conversarmos entre nós e entre alguns de nossos colegas do DEL, buscamos gerar entendimentos sobre o departamento. Não se trata de uma investigação canônica, mas de um texto que adota nossa subjetividade e emocionalidade, sem reivindicar a neutralidade de nossas vozes.

É sabido que os autoetnógrafos desafiam as abordagens canônicas de pesquisa, pois entendem que o estudo científico não é realizado de forma totalmente objetiva e impessoal, nem obrigatoriamente tem de ser neutro. Assim sendo, apoiamos-nos nesse olhar autoetnográfico, que reconhece e acomoda a emocionalidade do pesquisador e compartilhamos aspectos de nossas memórias coletivas. Em alguns momentos será utilizada a primeira pessoa do singular, uma vez que trago as primeiras lembranças do DEL, quando a FFP ainda não era UERJ e é a partir desse olhar que começamos a nos entrelaçar entre os episódios que nos tornaram NÓS do DEL.

No que tange à organização deste capítulo, após esta introdução, incluímos mais duas seções. Na primeira, intitulada “A perspectiva objetiva”, apresentamos informações sobre o departamento advindas do projeto político pedagógico do curso, do projeto departamental, para o quinquênio 2000-2005, e dos sítios de nossos dois programas de mestrado: o PPLIN e o PROFLETRAS UERJ. Na segunda seção, tecemos algumas considerações e compartilhamos alguns de nossos anseios e perspectivas do departamento.

### **A perspectiva objetiva**

Como pré(texto) para contarmos a história do DEL, é necessário relatar alguns fatos sobre a FFP. O primeiro diretor da FFP, o professor Helter Jerônimo Barcellos, defendia a existência de três momentos da instituição. O primeiro e o segundo deles (entre 1971-1975) foram o de sua criação e de sua consolidação como instituição; o terceiro (entre 1975-1987) seria o período de suas sucessivas crises. Ayres (2005) retrata duas fases, que entendemos como a do período em que era uma unidade isolada de formação de professores (da década de 1970 e a maior parte da década de 1980) e a fase da “universitarização” a partir de 1987. Por outro lado, Mariza Assis e Marco Silva (2001) apontam diferentes momentos principais. O primeiro entre 1971 e 1982, os anos

de instalação e luta pela manutenção da faculdade; o segundo, de 1983 a 1985, caracterizado pelo confronto entre os professores e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, dirigido por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro (Governador e Vice); o terceiro, de 1985 a 1987, como o período de esvaziamento institucional, com a suspensão de ingresso no quadro docente e dos vestibulares; e o quarto, a partir de 1987, com a incorporação à UERJ e início das reformas curriculares, quando todos os cursos tiveram seus currículos revistos. A partir desse ponto começa, assim, a história propriamente dita do nosso Departamento de Letras.

O Departamento de Letras (DEL) foi criado em meados dos anos 1970, sendo de sua competência a administração dos cursos de Licenciaturas em Português-Literaturas e Português-Inglês, assim como o oferecimento de disciplinas da área de Letras para as demais licenciaturas da unidade. Segundo nosso projeto político pedagógico, a estrutura administrativa do DEL é composta por um chefe, um subchefe, auxiliados por um coordenador pedagógico de cada curso. Compete ao colegiado do Departamento, presidido pelo seu chefe e constituído por todos os professores e pelos representantes do corpo discente, as decisões e homologações dos atos que permeiam a atividade acadêmica.

O departamento de Letras apresenta a seguinte estrutura por setor, cada qual com um coordenador: (i) setor de linguagens; (ii) setor de língua inglesa; (iii) setor de literaturas; e (iv) setor de ensino. Além dos cursos de graduação em Português-Literatura e Português-Inglês, o DEL oferece cursos de pós-graduação *lato sensu*: especialização em língua portuguesa, especialização em língua inglesa e as modalidades língua inglesa e língua portuguesa na pós da Educação Básica. Entre 2005 e 2015, a especialização em estudos literários foi oferecida à comunidade discente. Entretanto, devido à oferta de um novo curso de Mestrado em Letras com uma das áreas de concentração em estudos literários, em 2016 o curso deixou de ser oferecido. Atualmente, no âmbito de cursos *stricto sensu*, o DEL possui um mestrado acadêmico, o PPLIN, e um profissional., o PROFLETRAS. Dois programas que representam uma conquista para o município de São Gonçalo, uma vez que ambos têm como finalidade a formação de profissionais altamente qualificados como pesquisadores e docentes. Objetivam, assim, formar mestres com sólido embasamento teórico, articulado com as práticas na área de linguagem, a fim de que sejam capacitados a exercerem seus papéis com excelência em seus campos de atuação.

O PROFLETRAS é um programa de mestrado profissional em Letras em rede nacional, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, com nota 4 (quatro). Seu objetivo é formar professores de Língua Portuguesa para o exercício da docência no Ensino Fundamental, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no País. O curso é realizado por Instituições de Ensino superior associadas em uma rede nacional no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Podem participar do Exame Nacional de Acesso candidatos que atendam às seguintes condições: ser portador de diploma de curso superior de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, devidamente registrado no Ministério da Educação; e ser professor efetivo e em exercício no Ensino Fundamental (do 1º ao 9º anos) de escola da Rede Pública de Ensino do Brasil.

O Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPLIN) recebeu credenciamento a 16 de dezembro de 2015 pela CAPES, Processo 880/2015, e passou a funcionar a partir de 22 de agosto de 2016. Com duas áreas de concentração: (a) Estudos Linguísticos; (b) Estudos Literários, o programa está estruturado na forma de um centro de pesquisa de excelência, destinado à formação de pessoal qualificado para o exercício das atividades de pesquisa e docência na área de Linguística e Literatura. O PPLIN, Campus São Gonçalo, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP) – nota “4” – avaliação CAPES, conta, atualmente, com 22 professores de diversas especialidades, que integram o campo interdisciplinar da área de Linguagens.

### **A perspectiva autoetnográfica**

As minhas primeiras lembranças da FFP estão relacionadas à minha primeira aula com a professora Darcília Marindir Pinto Simões em agosto de 1987. Recordo-me vividamente do texto escolhido pela professora: “Catar feijão” do autor João Cabral de Melo Neto. Acredito que sua escolha foi bem propícia – foi uma apresentação do que nós do DEL fazemos diariamente. O feijão catado alimenta nosso corpo ao passo que as palavras que escolhemos alimenta nossa alma. Assim como escrevemos este texto, catamos palavras, escolhemos uma, mas alguém sugere uma melhor, então jogamos

fora e ficamos só com as boas. Nossas ferramentas para lidar com o tempo, as analepsis e prolepsis, emergem em nossas histórias para caracterizar a necessidade de interrupções na sequência temporal que nossa narrativa faz, de voltar no tempo a partir do ponto em que a história chegou, a fim de apresentar o relato de eventos passados; ou de ir ao futuro com a finalidade de vislumbrar fatos que esperamos realizar.

Começamos então a partir da incorporação definitiva da FFP à UERJ, através da Lei Estadual nº1.175, de 21 de julho de 1987, que proporcionou uma nova reforma curricular. Não obstante a reforma, o DEL manteve o formato anterior, de um curso com dupla habilitação: Língua Portuguesa e Literatura e Língua Portuguesa e Inglês. Nessa época o DEL era um micro-departamento: havia somente onze professores permanentes. A força e engajamento desse grupo era notável. Era um grupo de professores que ensinavam com propriedade; faziam pesquisas intuitivamente; planejavam ações extensionistas mais por solidariedade social do que por necessidade profissional.

Como a turma de 1987 foi a primeira a ser diplomada pela UERJ, em 1990, o DEL teve seus primeiros concursos para professor de língua inglesa e língua latina nesse mesmo ano. Foram concursos que permitiram a aquisição de grandes nomes para o departamento. A primeira aprovada foi a professora Vera Lúcia Teixeira da Silva, com quem Leonardo e eu dividimos esta história. Vera, professora de língua inglesa, tomou posse no dia 01 de janeiro de 1991, seguida pelo professor José Pereira da Silva, cuja posse foi realizada em 26 de novembro daquele mesmo ano.

Lembramo-nos com clareza de que a necessidade de mais um professor do setor de língua inglesa naquela época fez com que o segundo colocado do primeiro concurso de língua inglesa, o professor Jorge da Silva, fosse convocado. Jorge tomou posse em 16 de junho de 1994. Sua chegada contribuiu para que o departamento se fortalecesse e o primeiro curso de pós-graduação lato sensu fosse organizado em 1995.

É inegável o papel importante desempenhado pelo professor José Pereira. Graças a ele tivemos nosso primeiro periódico, a Revista Soletras, criada em 2001. Inicialmente publicada em papel, hoje a Soletras transformou-se no periódico eletrônico do PPLIN – UERJ. Faz-se necessário um *flashforward* aqui:

Em 2015, a Revista Soletras, atualmente A3 no Qualis CAPES (2017-2020), que até então fora a revista do Departamento de Letras, passou a ser a revista do PPLIN, atendendo às áreas do programa: (a) Estudos Linguísticos; (b) Estudos Literários.

Além de uma editora chefe e a editora adjunta, que são professoras do Departamento de Letras e do PPLIN, a Soletras tem uma bolsista PROATEC e já teve bolsistas de extensão. Na área de conhecimento Estudos Literários, as edições contemplam teoria e crítica literária; literatura comparada e a literatura produzida dentro e fora do Brasil em suas diferentes manifestações, acolhendo os diversos enfoques teóricos e metodológicos, com abertura para mediação com outras ciências e em diálogo com literaturas do mundo e outras expressões midiáticas e artísticas, além de trabalhos que envolvam o campo literário e a formação de leitores. Na área de conhecimento Estudos Linguísticos, as edições reúnem contribuições sobre os estudos linguísticos em diferentes perspectivas teóricas, e também sobre pesquisas voltadas para o ensino de línguas na educação básica e em outros espaços de aprendizagem.

A Soletras conta com um conselho editorial e consultivo representativo, com membros destacados da pesquisa acadêmica na área de Linguística e Literatura, de diferentes instituições do Brasil e do exterior. Salientamos agora a relevância do periódico *Pensares em Revista* que também objetiva publicar trabalhos acadêmicos na área Letras e Linguística, com ênfase em pesquisas sobre aspectos teórico-metodológicos do ensino de línguas e literaturas, formação de professores e políticas curriculares. A *Pensares* conta também com um conselho editorial e consultivo representativo, com membros destacados da pesquisa acadêmica na área de Linguagens, do Brasil e do exterior. O periódico eletrônico iniciou suas atividades em 2012, tendo à frente do projeto a professora Iza Quelhas. A *Pensares em Revista* possui uma equipe de editoras assistentes, editora chefe e adjuntas exclusivamente feminina. Assim como acontece na Soletras, a editora chefe e as adjuntas são professoras do Departamento de Letras.

Segundo Pereira, Carvalho e Ferreira (2019), as editoras assistentes do periódico são alunas do curso de Letras Português-Inglês, sendo uma bolsista de Estágio Interno Complementar (EIC), outra bolsista de Extensão e a terceira bolsista, já formada, é do Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (PROATEC). Além dessas bolsistas assistentes, o periódico conta com duas voluntárias que contribuem de forma significativa para o trabalho desenvolvido. Os projetos de Estágio Interno Complementar (EIC), extensão e Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (PROATEC) são coordenados

por uma das editoras adjuntas, que é professora adjunta do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Quanto aos professores do DEL, além de alguns nomes já citados nesse texto, foram muitos os que já passaram pelo departamento e trouxeram inúmeras contribuições. Atualmente, somos trinta e cinco professores e o sítio da FFP pode ajudar àqueles que se interessarem em conhecer um pouco sobre cada professor do DEL, uma vez que é possível encontrar em <https://www.ffp.uerj.br> os links para os currículos *lattes* de todos os docentes.

### **Reflexões finais**

Neste capítulo, propusemo-nos a narrar a história de nosso departamento sob a forma textual de uma autoetnografia colaborativa. Como pode ser observado, não foi seguida a perspectiva canônica de um registro de dados sobre o departamento, mas, sim, oferecemos o foco narrativo de testemunhas de uma história sobre um departamento no qual um grupo de professores buscou alcançar a excelência na formação de professores em prol de oferecer à comunidade local e adjacências ensino de qualidade crítico-filosófica.

Numa sociedade marcada por antagonismos seculares, o Departamento de Letras deve formar, sobretudo, sujeitos críticos que saibam pensar, avaliar o que querem, julgar o que merece ser vivido, partilhado e valorizado pela palavra e pelas formas de circulação do conhecimento. Orientados por essa perspectiva, seguimos construindo e reconstruindo nosso trabalho, imbuídos de ética e dedicação, na certeza de que nosso objetivo é contribuir para uma comunidade de professores, pesquisadores e escritores constituída de cidadãos críticos, capazes de honrar seu compromisso com o exercício do magistério.

É possível que tenhamos deixado escapar alguns detalhes sobre os percalços e lutas que já enfrentamos. Todavia, cremos que valeu a pena termos enfrentado cada uma dessas lutas e desafios. O fato inegável é que houve em nossa caminhada ao longo do tempo de existência do DEL momentos únicos que aconteceram em inúmeros eventos, palestras, congressos e seminários; em incontáveis projetos e programas de

extensão. Não foram poucos, seria necessário mais do que um capítulo de um livro para falar sobre toda produção do *staff* de nosso departamento.

Por último, ao pensarmos sobre o futuro do DEL, enfatizamos que há sonhos que começam a se tornar realidade. O PPLIN já trabalha para termos um doutorado, e assim ser um espaço de formação de pesquisadores na área de Letras na região Leste Fluminense. O PROFLETRAS, que desde sua inauguração na FFP-UERJ, em 2014, já ofereceu formação continuada a mais de uma centena de professores do ensino fundamental de rede pública, poderá, nos próximos anos, ampliar seu público-alvo, passando a receber também docentes do Ensino Médio.

É inegável que, em sua totalidade, o DEL vive numa eterna luta para alcançar seus ideais, sempre buscando formar professores que refletem sobre sua prática e que acreditam no valor e importância de seu trabalho, a fim de podermos cumprir nosso papel social na universidade, que é o de fomentar o espírito de criticidade para termos mais igualdade e justiça social para todos os cidadãos de nosso país.



## Referências

- ASSIS, M. de P.; SILVA, M. Faculdade de Formação de Professores da UERJ: cursos e rumos. *In: SOUZA, D. B. de; FERREIRA, R. (org.). Formação de Professores na UERJ: memória, realidade atual e desafios futuros.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 93-103.
- AYRES, A. C. B. M. *Tensão entre matrizes: um estudo a partir do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Formação de Professores/UERJ.* 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- BARCELLOS, H. Entrevista concedida a Haydée da Graça de Figuerêdo. *In: NUNES, C. (org.). Das políticas públicas à memória e à história da formação docente no estado do Rio de Janeiro.* Niterói: UFF, 2003. v. 2. p. 141-142.
- ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity: research as subject. *In: NORMAN, D.; LINCOLN, Y. Handbook of qualitative research.* Thousand Oaks, CA: SAGE, 2000.
- LE GOFF, J. *História e memória.* Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- PEREIRA, M. B. A.; CARVALHO, B. G. V. de; FERREIRA, D. de F. Pensares em Revista: um relato sobre estratégias que auxiliaram na evolução do periódico. *In: ABEC MEETING, 2019, Fortaleza. Anais [...].* São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos, 2019. p. 1-5. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21452/abecmeeting.2019.215>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- ROTH, W.-M. Auto/Ethnography and the question of ethics. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, Berlin, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2009.

# **FORMAÇÃO EM FORMAÇÃO: O PERCURSO DA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA FFP**

*Marcele Câmara de Souza - DMAT-FFP-UERJ*

*Priscila Cardoso Petito - DMAT-FFP-UERJ*

## **Introdução**

**E**ntender e registrar o processo de desenvolvimento de um curso de graduação tem o objetivo de preservar a memória e proporcionar uma referência sólida para as futuras gerações de estudantes e professores. Neste capítulo, abordamos elementos e etapas envolvidos no percurso da Licenciatura em Matemática da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), explorando os passos que foram dados ao longo do tempo para sua consolidação e aprimoramento na perspectiva metodológica da pesquisa documental.

Esse registro permite compreender as bases sobre as quais o curso foi construído e conhecer os desafios enfrentados até aqui. Além disso, neste contexto, é apresentada uma perspectiva valiosa sobre as mudanças curriculares, metodologias de ensino e avanços na área, proporcionando um contexto mais amplo para o entendimento da formação acadêmica.

Ao conhecer os desafios enfrentados e as soluções encontradas, estudantes e docentes podem se sentir encorajados a buscar seus próprios objetivos, sabendo que estão trilhando um caminho que já foi percorrido por outros antes deles. Essa referência histórica fornece um senso de continuidade e encoraja a busca pela excelência acadêmica, além de desempenhar um papel fundamental na preservação da identidade do curso e no fortalecimento do sentimento de pertencimento.

## **Construindo a Licenciatura em Matemática na FFP: contexto e concepção**

A FFP nasce em 1973 como uma faculdade pública e paga, algo inimaginável para a geração atual, enfrentando períodos desafiadores de esvaziamento docente e discente. Em 1987, foi integrada definitivamente à UERJ como culminância de um

movimento de luta e resistência em prol da sua existência atrelada à formação de professores. A Licenciatura em Matemática da FFP foi criada em 1991 pela transformação do então curso de Licenciatura em Ciências, habilitação Matemática, cuja periodização é exibida na Figura 1.

Assim como em todas as demais licenciaturas da FFP, desde o primeiro período, as disciplinas de formação pedagógica estão intimamente ligadas à formação específica da disciplina de habilitação do curso. Essa organização curricular, que só passou a ser exigida pela Resolução CNE/CP Nº 1/2002, enfatiza a integração entre os conhecimentos pedagógicos e os conteúdos específicos de cada área de atuação. Essa ideia permeia a licenciatura, afastando-se do habitual modelo 3+1 que ficou tão enraizado, como explica Sokolowski (2015, p. 229):

O decreto-lei n. 1.190 criou o paradigma que foi adotado no país inteiro, o famoso modelo esquema 3+1, adotado nos cursos de licenciaturas e no curso de pedagogia. Esse esquema consistia em três anos de estudo dos conteúdos cognitivos ou das disciplinas específicas e um ano de conteúdos didáticos.

Série (período)	Disciplinas	Créditos	Carga Horária	
1º período	Língua Portuguesa I	4	60	
	Cultura Brasileira	4	60	
	Filosofia da Educação I	2	30	
	Psicologia da Educação I	4	60	
	Sociologia da Educação I	2	30	
	Introdução à Estatística	4	60	
	Biologia I	5	75	
	Estudo de Problemas Brasileiros I	2	30	
	Prática Pedagógica I	2	30	
	Total do Período	29	435	
	Educação Física	2		
	2º período	Língua Portuguesa II	4	60
		Ecologia I	2	30
Psicologia da Educação II		4	60	
Filosofia da Educação II		2	30	
Cálculo Diferencial e Integral I		4	60	
Química I		4	60	
Geometria Euclidiana I		2	30	
Álgebra I		3	45	
Estudos de Problemas Brasileiros II		2	30	
Prática Pedagógica II		2	30	
Total do Período		29	435	
Educação Física II		2		
3º período		Física I	4	60
	Cálculo Diferencial e Integral II	4	60	
	Elementos de Geologia I	2	30	
	Psicologia da Educação III	2	30	
	Optativa I (Educação)	2	30	
	Álgebra II	4	60	
	Geometria Euclidiana II	3	45	
	Geometria Analítica I	4	60	
	Prática Pedagógica III	2	30	
	Total do Período	27	405	
	Educação Física	2		
	4º período	Física II	4	60
		Cálculo Diferencial e Integral III	4	60
Geometria Analítica II		4	60	
Desenho Geométrico e Geometria Descritiva		4	60	
Álgebra III		4	60	
Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º grau		3	45	
Optativa II (Educação)		2	30	
Prática Pedagógica IV		2	30	
Total do Período		27	405	
Educação Física		2		

5º período	Estrutura e Funcionamento do Ensino 2º grau	3	45
	Didática I	2	30
	Cálculo Diferencial e Integral IV	4	60
	Geometria Analítica III	4	60
	Álgebra IV	4	60
	Álgebra Linear I	4	60
	Metodologia p/o Ensino de Matemática	4	60
	Prática Pedagógica V	2	30
	Total do Período	27	405
	Educação Física	2	
6º período	Didática II	3	45
	Seminários	2	30
	Cálculo Diferencial e Integral V	4	60
	Álgebra V	4	60
	Álgebra Linear II	4	60
	Introdução à Computação	4	60
	Fundamentos de Geometria I	4	60
	Prática de Ensino I	3	45
	Prática Pedagógica VI	2	30
	Total do Período	30	450
Educação Física	2		
7º período	Didática III	3	45
	Cálculo Diferencial e Integral VI	4	60
	Seminários	2	30
	Análise Matemática I	4	60
	Optativa I (Matemática)	4	60
	Lógica	4	60
	Fundamentos de Geometria II	4	60
	Prática de Ensino II	3	45
	Prática Pedagógica VII	2	30
	Total do Período	30	450
Educação Física	2		
8º período	Topologia	6	90
	Teoria dos Números	4	60
	Matemática Aplicada	5	75
	Análise Matemática II	4	60
	Optativa II (Matemática)	4	60
	Seminários	2	30
	Prática de Ensino III	3	45
	Prática Pedagógica VIII	2	30
	Total do Período	30	450
	Educação Física	2	

**Fig 1** Periodização da Licenciatura em Ciências, habilitação Matemática, da FFP. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de documento físico (2023).

Para compreendermos o contexto em que eram fundamentados os cursos de formação de professores de Matemática, o Decreto-Lei nº 1.190 (BRASIL, 1939), no Art.10 e no Art. 20 do Capítulo III, explicita o que seria abordado. Essa organização, especificada na Figura 2, evidencia o descolamento na formação para a profissão.

Série (ano)	Disciplinas
1º ano	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Análise matemática.</li> <li>2. Geometria analítica e projetiva.</li> <li>3. Física geral e experimental</li> </ol>
2º ano	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Análise matemática.</li> <li>2. Geometria descritiva e complementos de geometria.</li> <li>3. Mecânica racional.</li> <li>4. Física geral e experimental.</li> </ol>
3º ano	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Análise superior.</li> <li>2. Geometria superior.</li> <li>3. Física matemática.</li> <li>4. Mecânica celeste</li> </ol>
4º ano	Curso de didática: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Didática geral.</li> <li>2. Didática especial.</li> <li>3. Psicologia educacional.</li> <li>4. Administração escolar.</li> <li>5. Fundamentos biológicos da educação.</li> <li>6. Fundamentos sociológicos da educação</li> </ol>

**Fig 2** Organização do curso de Matemática pelo Decreto-Lei n. 1.190 de 1939. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir do texto do Decreto-Lei nº 1.190 de 1939 (2023).

Com o decorrer do tempo, o processo de construção curricular dos cursos de licenciatura vão na mesma direção desse descolamento, mesmo que o debate ganhe espaço e novas diretrizes sejam definidas. Gatti *et al.* (2019) sintetizam muito do que aflige e direciona as discussões no que tange às políticas públicas e às práticas formativas naquele tempo.

No âmbito das políticas, destacam-se as críticas de desprofissionalização, precarização e aligeiramento da formação, bem como a frágil articulação entre a formação inicial, a formação continuada, a inserção profissional e as condições de trabalho, salário e carreira dos profissionais da educação. E, no âmbito das práticas formativas, no contexto da formação inicial e continuada, as críticas dizem respeito principalmente à frágil articulação entre teoria e prática, entre conhecimento específico e conhecimento pedagógico, entre universidades e escolas. Continua sendo um desafio, no contexto dos cursos de licenciatura, desenhar um currículo formativo, que

contemple, de forma equilibrada e coesa, as dimensões política, ética, humana, estética, técnica e cultural. E, ainda, que prepare o futuro professor para o exercício da docência em contextos favorecidos, ou não, visando a atender à diversidade de necessidades de todos os alunos e, assim, promover uma educação inclusiva. (Gatti *et al.*, 2019, p. 177).

Em outra obra, Gatti (2014) chamou a atenção para o fato de que problemas permanecem como não resolvidos sobre a formação de professores para a educação básica em estudos comparativos com anos de diferença. Neste sentido, há um conjunto de aspectos que se mostram recorrentes:

[...] improvisação de professores; ausência de uma política nacional específica para as licenciaturas; pouca atenção às pesquisas sobre o tema; diretrizes curriculares isoladas por curso; currículos fragmentados; estágios sem projeto e acompanhamento; aumento da oferta de cursos a distância; despreparo de docentes das instituições de ensino superior para formar professores; e características socioeducacionais e culturais dos estudantes, permanência e evasão nos cursos. (Gatti, 2014, p. 24).

Para além dos desafios em seus contextos históricos e da constatação de que a discussão não pode estar restrita apenas à questão curricular em si para encontrar soluções factíveis, André *et al.* (2010) traduzem o sentimento desses professores do ensino superior, dos formadores de professores:

Confrontados com a necessidade de preparar para a docência os jovens que chegam hoje à universidade, com um perfil muito diferente do esperado, os formadores se encontram diante do dilema de formar esse “aluno possível” para uma “docência possível”, nas situações concretas do trabalho nas escolas. (André *et al.*, 2010, p. 140).

A realidade sempre demanda um convite a revisitar o currículo, que é vivo, que precisa estar em consonância com a sociedade. Sendo assim, há demanda pela discussão de concepções e metodologias, além da responsabilidade institucional de assumir um projeto para o perfil de estudantes que têm acesso à instituição. Esse é um desafio constante, de adequar o que se espera de um professor de Matemática e o espaço/saber da universidade.

O curso de Licenciatura em Matemática da FFP criou, diante do desafio de pensar a formação docente ao longo do tempo de sua existência, uma identidade clara.

Há muito o que investigar a esse respeito ainda, mas é perceptível que o egresso adquire características muito específicas e semelhantes. Atuando nas mais diversas esferas, ativo na pesquisa, na docência, na construção e execução de políticas públicas, além de figurarem como gestores em ensino, os professores formados no curso destacam-se pela proatividade, qualidade técnica e, principalmente, pela forma empática e teoricamente apoiada que encontram para lidar com os desafios da docência. Alia-se a tais características o exercício da profissão como um ato político, conscientes do seu papel como agentes de transformação. É provável que um único fator não seja o responsável, mas sim a articulação entre as estratégias e características da formação e dos sujeitos. O fato é que compreender o processo e analisar seus efeitos na prática, é metodologia promissora para multiplicar, e sobretudo fortalecer, a proposta pedagógica em curso.

Há duas versões curriculares até hoje executadas no curso de Licenciatura em Matemática da FFP. A versão 1 (Figura 3), de 1991, é construída em uma conjuntura bem delineada por Sokolowski (2015, p. 236):

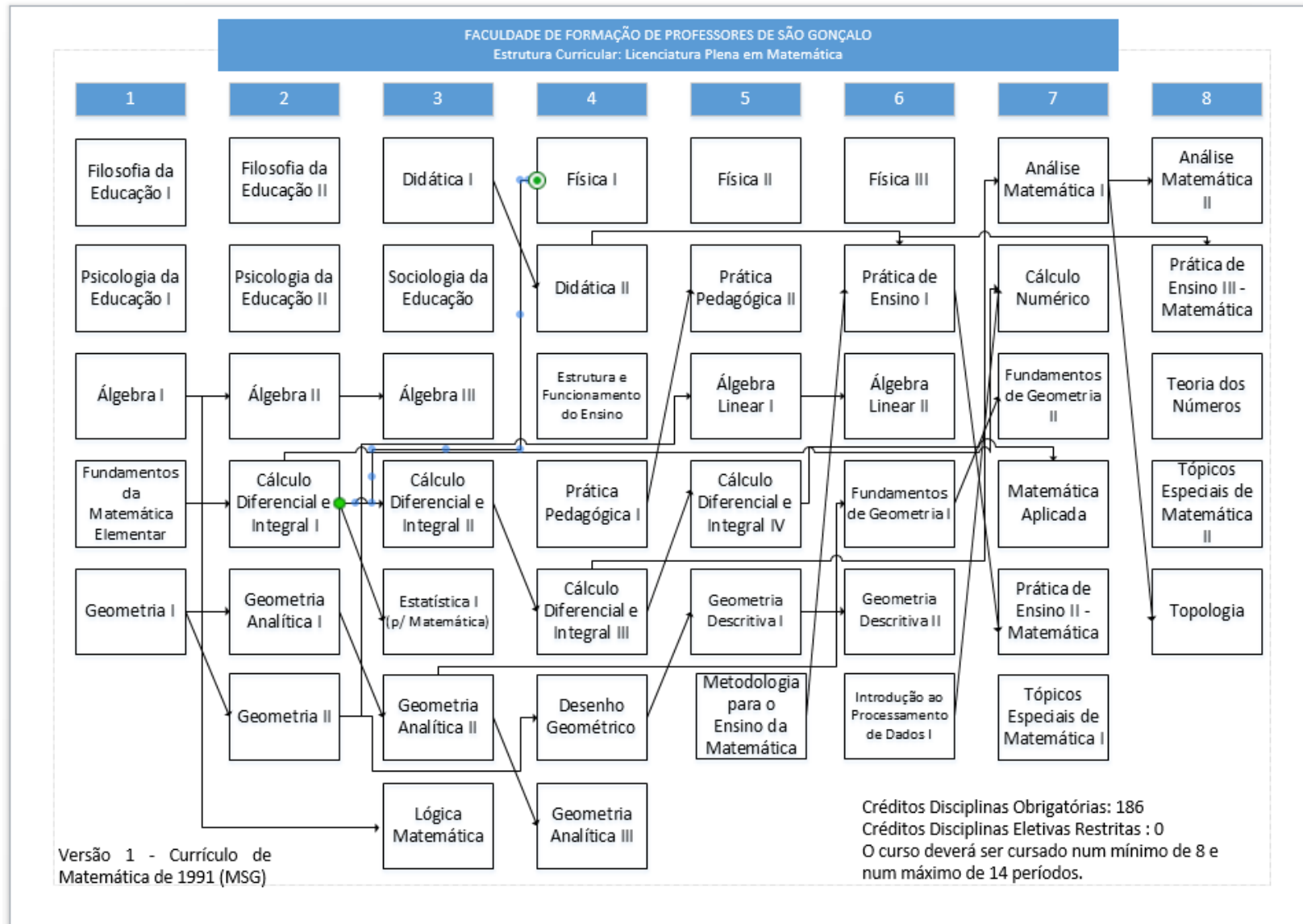
Na década de 1990, o Brasil entrou na era da globalização econômica, o que se refletiu no campo educacional, com organismos internacionais determinando as políticas educacionais em mais de 150 países. Essas políticas educacionais delinearam um novo perfil de professor. Esse novo professor precisa dar conta de novos desafios, como por exemplo, os relacionados com o aumento da escolaridade obrigatória; com a maior responsabilidade social da escola, em consequência da diminuição de influência de alguns dispositivos tradicionais de regulação social como a família e a igreja.

A estrutura curricular de 1991 vigorou até 2005. Em 1998, após uma série de documentos normativos, é publicada a Portaria nº 57, de 5 de fevereiro de 1998, que define critérios para o Exame Nacional de Cursos para a área de Matemática, que abarcaria o bacharelado e a licenciatura.

O Provão, como ficou conhecido o referido exame, avaliaria os conhecimentos e competências técnicas adquiridos pelos alunos. Esses critérios eram definidos por uma comissão designada pelo Ministério da Educação com professores e especialistas a partir de consultas às entidades reconhecidas na área. A prova deveria ser feita anualmente por todos os alunos concluintes dos cursos de graduação. A título de exemplo, a Figura 4 apresenta o que seria abordado no Provão de 1999. Nos anos que

se seguiram, é possível prever que passaria a existir uma relação direta entre a formação do professor de Matemática e o que era medido nesse exame.





**Fig 3** Primeira versão da organização curricular da Licenciatura em Matemática da FFP de 1991. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir do sistema SAG-UERJ (2023).

O currículo passaria, a partir das demandas do Provão e de um movimento na FFP pela inserção de disciplinas que abordassem conteúdo e método na educação básica, por uma reestruturação. O novo currículo de 2006 reflete o movimento externo da avaliação da licenciatura em nível nacional ao retirar da grade a disciplina de Topologia, por exemplo. O tema só apareceria na avaliação do bacharelado. Os fundamentos da educação como Didática, Filosofia e Psicologia, agora passariam a ter a carga horária reduzida para uma única disciplina com 60h para cada uma. A Física seria reduzida, passando de três para duas disciplinas.

Esse processo criava o espaço necessário para que fossem inseridas disciplinas que articulavam os conteúdos da Matemática da educação básica às metodologias de ensino. Assim, passam a figurar na grade curricular a disciplina Metodologia do Ensino da Matemática, cujo nome reflete a finalidade, e as disciplinas Laboratório de Matemática I, II e III.

Art. 4º Os conteúdos para o Exame Nacional do Curso de Matemática de 1999 serão os seguintes:

Conteúdos gerais

1. Números inteiros, divisibilidade. Números racionais e propriedades. Grandezas incomensuráveis e números irracionais. Números reais;
2. Funções reais, propriedades e gráficos. Função afim e função quadrática. Função logarítmica e sua inversa, a função exponencial. Funções trigonométricas;
3. Números complexos;
4. Polinômios, operações algébricas e raízes;
5. Equações, desigualdades e inequações;
6. Sistemas lineares;
7. Geometria plana e trigonometria. Geometria espacial;
8. Análise combinatória e probabilidades;
9. Seqüências numéricas. Progressões aritmética e geométrica;
10. Geometria analítica;
11. Cálculo diferencial e integral das funções de uma e várias variáveis reais;
12. Equações diferenciais ordinárias;
13. Teoria dos números, indução matemática, divisibilidade e congruência;
14. Estruturas algébricas: grupos, anéis e corpos;
15. Álgebra linear: vetores e matrizes, transformações lineares, projeções, reflexões e rotações no plano;
16. Análise matemática: teoria das seqüências e séries infinitas, teoria das funções, limite e continuidade, incluindo o teorema de Bolzano-Weierstrass e a teoria das funções contínuas em intervalos fechados;
17. Cálculo numérico;
18. Noções de Estatística;
19. Física Geral;

- h) Conteúdos específicos para o bacharelado:
    1. Teoria da integral de Riemann;
    2. Seqüências e séries de funções.;
    3. Convergência uniforme Stokes
    4. Diferenciação de funções de várias variáveis;
    5. Teorema das funções implícita e inversa;
    6. Geometria diferencial: estudo local de curvas e superfícies, curvatura, primeira e segunda formas fundamentais;
    7. Funções de variáveis complexas: equações de Cauchy-Riemann, fórmula integral de Cauchy, séries de funções e resíduos;
    8. Topologia dos espaços métricos;
  9. Equações diferenciais ordinárias: existência e unicidade de soluções, sistemas lineares;
  10. Equações diferenciais parciais: equações das ondas, do calor e de Laplace;
  11. Extensão de corpos e teoria de Galois;
  12. Matrizes simétricas e redução à forma diagonal. Forma canônica de Jordan.
- c) Conteúdos específicos para a licenciatura:
1. Organização dos conteúdos de Matemática em sala de aula: visão psicológica e visão filosófica;
  2. Avaliação e educação matemática: formas e instrumentos;
  3. Teorias da cognição e sua relação com a sala de aula de Matemática;
  4. Metodologia do ensino de Matemática: uso de material concreto, de calculadora e de computador;
  5. Tendências em educação Matemática.

**Fig 4** Conteúdos do Exame Nacional de Cursos de 1999 para os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Matemática. Fonte: Lara (2007, p. 254).

Os Laboratórios tinham o objetivo de trazer o incentivo à experimentação, à descoberta e à reflexão sobre a articulação entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem da Matemática. O Laboratório de Matemática I trataria dos temas inerentes ao segundo segmento do ensino fundamental, o II corresponderia aos temas do ensino médio e o III contemplaria as discussões que não fossem abordadas nas duas disciplinas anteriores, trazendo para o debate a inclusão em seu sentido mais amplo, pensando cenários, práticas e instrumentos normativos para jovens e adultos e/ou para pessoas com deficiência, por exemplo.

Outra mudança aconteceu na supressão da disciplina Lógica Matemática, que passou a integrar parte de um conjunto de duas disciplinas, Matemática Básica I e II, que ampliavam o alcance da anterior Fundamentos da Matemática Elementar com novos conteúdos que eram próprios do ensino médio, mas que a maioria dos estudantes apontava como uma dificuldade ou lacuna em sua formação.

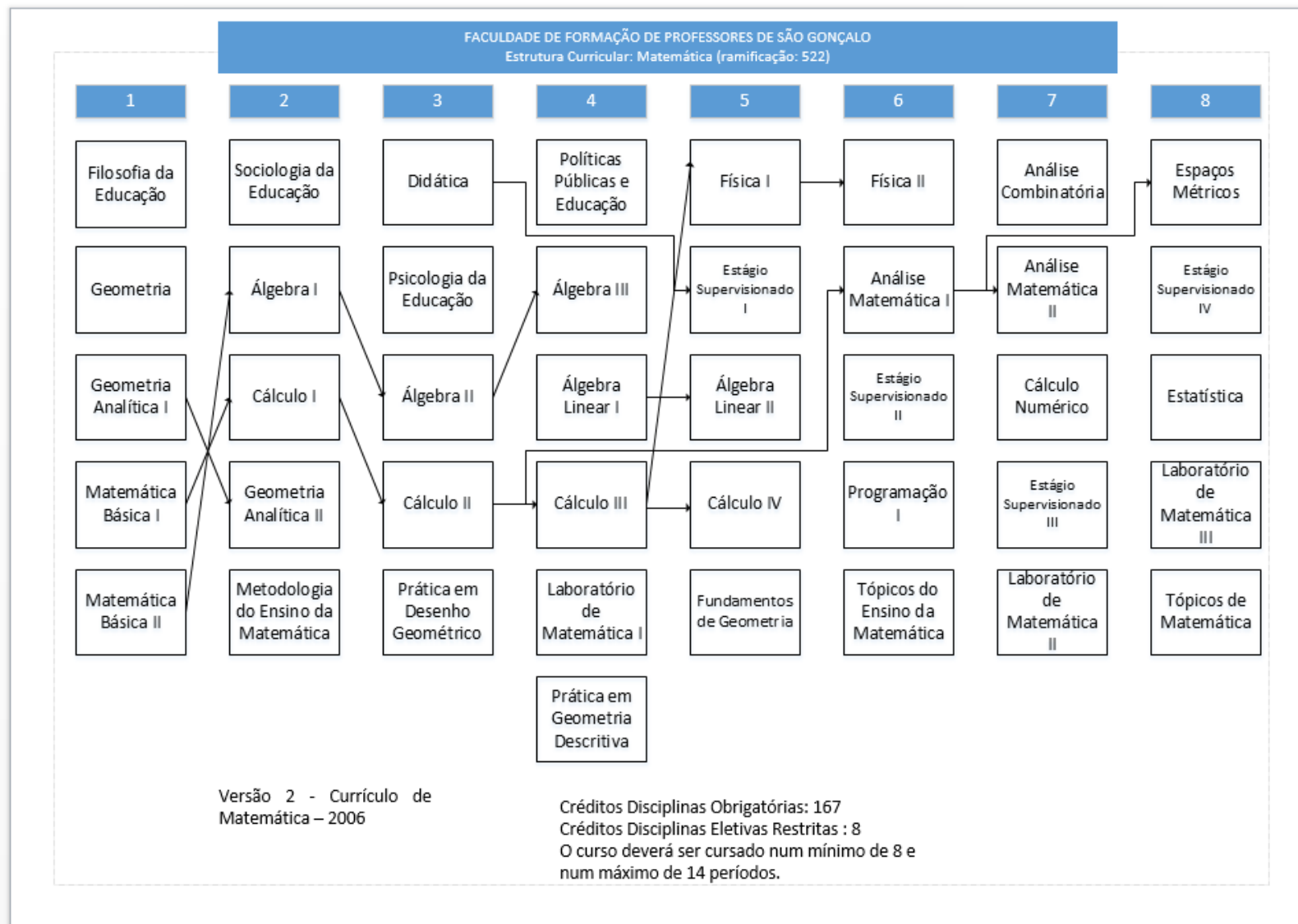
A segunda versão da grade curricular (Figura 5) trouxe o estágio supervisionado obrigatório com 420 horas, o que substituiu a concepção que antes era traduzida pelas disciplinas Prática de Ensino I, II e III. Além da carga horária, a natureza do estágio também era diferente. Agora era uma ação que articulava a universidade às redes de ensino públicas, à medida que convidava o professor da escola a ser um coformador do licenciando, à medida que o espaço da escola passava a ser lugar de formação inicial dele.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que estabeleceu a duração e a carga horária desses cursos de licenciatura, foram os instrumentos que traçaram o arcabouço regulatório que definiu a carga horária, estimulou a prática como componente curricular e estabeleceu horas para atividades acadêmico-científico-culturais, cuja ideia de inclusão na formação docente é resumida no Parecer CNE/CP nº 28/2001 e neste justificada a partir da constatação de que:

Deve-se acrescentar que a diversificação dos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural, o trabalho integrado entre diferentes profissionais de áreas e disciplinas, a produção coletiva de projetos de estudos, elaboração de pesquisas, as oficinas, os seminários, monitorias, tutorias, eventos, atividades de extensão, o estudo das novas diretrizes do ensino fundamental, do ensino médio, da educação infantil, da educação de jovens e adultos, dos portadores de necessidades especiais, das comunidades indígenas, da educação rural

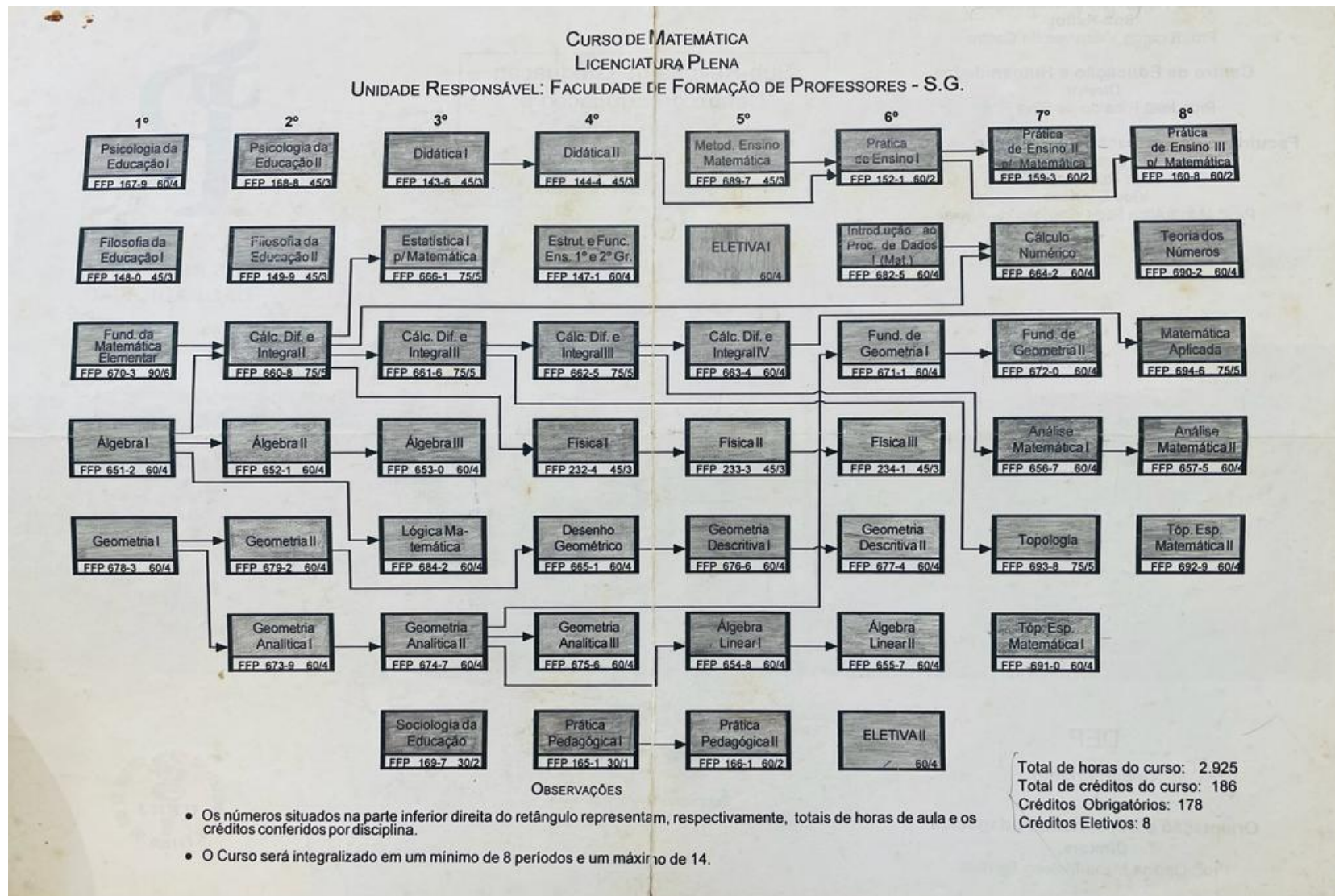
e de outras propostas de apoio curricular proporcionadas pelos governos dos entes federativos são exigências de um curso que almeja formar os profissionais do ensino. (Brasil, 2001, p. 12).

Em complemento à estrutura explicitada na Figura 5, na periodização da grade estão também previstas duas disciplinas eletivas restritas, uma no quinto período e outra no sexto. Ou seja, nestes períodos, o licenciando em Matemática buscaria disciplinas que estivessem alinhadas à sua concepção de formação. Na estrutura curricular de 1991, já constavam disciplinas eletivas, porém eram universais e, sendo assim, na maioria das vezes eram oferecidas pelos outros departamentos da FFP. Esse fato desobrigava o departamento de Matemática de oferecer disciplinas que ampliassem a formação do licenciando considerando suas especificidades. No currículo de 2006, a presença exclusiva de eletivas restritas mostra um esforço em trazer para os professores de Matemática esta responsabilidade, fomentando a oferta de oportunidades de ampliar a visão dessa ciência e dos desdobramentos de forma crítica, interdisciplinar e conectada à formação para a docência na escola de educação básica.



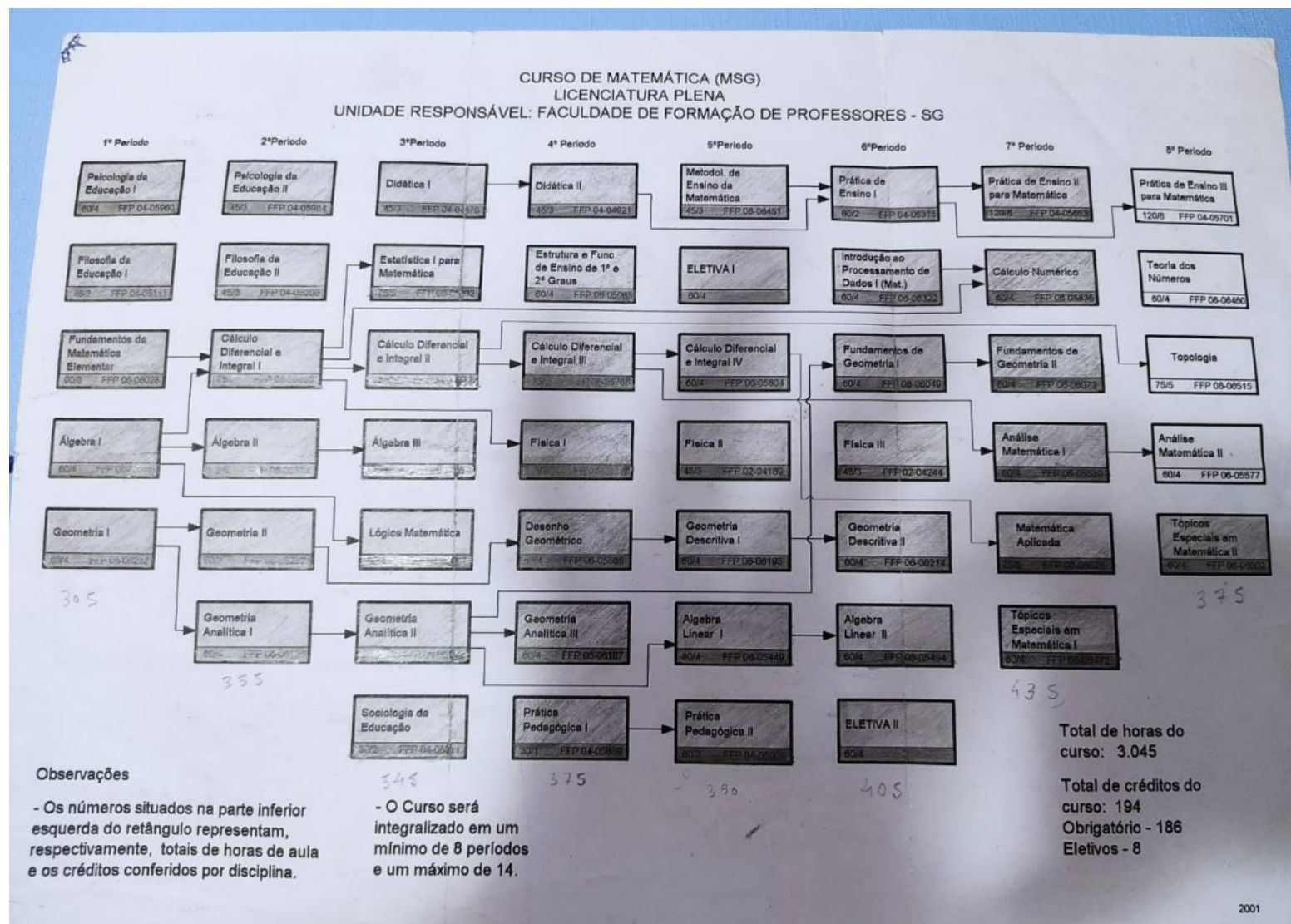
**Fig 5** Segunda versão da organização curricular da Licenciatura em Matemática da FFP de 2006. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir do sistema SAG-UERJ (2023).

A análise descritiva do processo de discussão e construção curricular de um curso não pode estar jamais desconectada do impacto da formação para o aluno. Concluir um curso de graduação, independente do cenário em que isso ocorreu, frequentemente traz consigo representações simbólicas das conquistas do indivíduo, o reflexo do valor atribuído à sua jornada acadêmica. No Departamento de Matemática da FFP, vários docentes que atuam na Licenciatura em Matemática são egressos deste mesmo curso. Há muito o que investigar sobre esse magnetismo que conduz de volta aqueles que ampliaram sua visão de mundo naquele cenário. Em relação a essa conexão e às representações simbólicas disso, a Figura 6 mostra os fluxogramas até hoje guardados por dois ex-alunos que hoje são docentes efetivos do Departamento de Matemática da FFP, formados em 1999 e 2004, respectivamente. A conservação do fluxograma por esses docentes/egressos pode ser interpretada como uma forma de expressar a importância e o impacto da formação acadêmica na vida do professor, é a manifestação de valorização e vínculo afetivo com a experiência educacional vivenciada. Reconhecer o papel que a formação universitária teve e tem em suas trajetórias de vida cria o compromisso imediato de perpetuar e ampliar as oportunidades, garantindo a qualidade da universidade pública. Isso é ainda mais evidente se o professor atua no mesmo curso que frequentou e leciona para pessoas da comunidade que conhece com profundidade.



**Fig 6** Registro dos fluxogramas de dois ex-alunos e professores do DMAT FFP-UERJ. Fonte: Imagem gerada pelas autoras a partir das fotos cedidas pelos professores (2023).





**Fig 7** Registro dos fluxogramas de dois ex-alunos e professores do DMAT FFP-UERJ. Fonte: Imagem gerada pelas autoras a partir das fotos cedidas pelos professores (2023).

Nas imagens das Figura 6 e 7, é interessante perceber que, mesmo tratando-se de grades curriculares correspondentes à versão do currículo de 1991, há diferenças. No primeiro fluxograma, distribuído aos alunos em 1996, aparecem as disciplinas Topologia e Matemática Aplicada invertidas na periodização. Além disso, a carga horária do curso parece não contar com as disciplinas eletivas universais, registrando 2.925 como o total de horas do curso, ao invés das 3.045 horas regulamentares. A prática da circulação de informação em meios físicos causava este tipo de disparidade nos registros, o que hoje os sistemas informatizados passaram a sistematizar.

Ainda na perspectiva de que a questão curricular da formação docente inicial deve ser tema de análise contínua na universidade, a FFP, por concentrar sete licenciaturas, tem a característica de ser um locus de discussão muito amplo e rico sobre o assunto. Na Matemática, a investigação teve e tem como finalidade otimizar a sequência das disciplinas, reduzir redundâncias, integrar novas tecnologias/metodologias/modelos no processo de ensino e aprendizagem. Mudanças nas diretrizes educacionais trouxeram a urgência na concretização de tais ideias na elaboração de uma nova proposta curricular. Em 2015, com a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define novas diretrizes curriculares para a formação inicial docente em nível superior e para a formação continuada, uma nova discussão tem início no Brasil e, em especial, na FFP. Quando aqui tratamos esse momento como novo, como se o movimento de debater o currículo não fosse contínuo, queremos destacar o ineditismo do cenário.

O viés dessa resolução representava uma ruptura e Dourado (2015) reflete em seu texto o percurso histórico e a perspectiva da discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

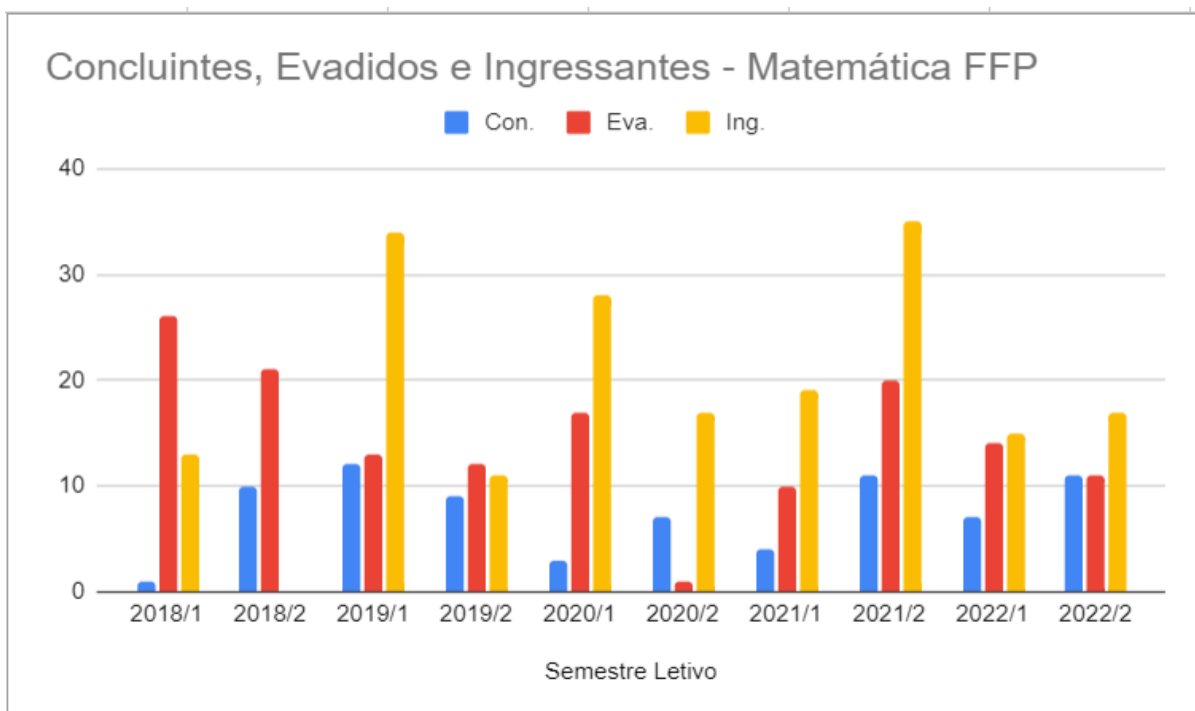
As novas DCNs definem a seguinte estrutura e currículo dos cursos de formação inicial. Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Considerando a identidade do profissional do magistério da educação básica proposta, deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o

desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência. (Dourado, 2015, p. 309).

Enquanto isso, na UERJ, o cenário era devastador. Servidores sem salário e funcionários terceirizados sem saber como seria o futuro. O reflexo deste período na instituição foi sentido, e ainda é, porque boa parte da população passou a descredibilizar a universidade, a despeito de sua capacidade relacionada à pesquisa, ao ensino e à extensão. Gama (2017) confronta estas “duas Uerj”, uma desacreditada pela desconstrução feita e a outra tão expressiva em diversos sentidos.

A UERJ que prontamente aparece a olhos nus é a que se apresenta descuidada, carente de recursos, desamparada politicamente e em greves constantes que expõem as suas mazelas, reivindicam atenção e generosidade. Esta é a sua face mais pública. A outra, pouco conhecida socialmente, quando porventura destacada, põe em evidência um hercúleo trabalho social que lhe permite se situar numa posição entre o 651º-700º lugar em um universo de 16.240 universidades de todos os continentes; em 30º lugar entre as 3.423 universidades da América Latina e em 81º lugar entre as 1.349 do BRICS. É essa mesma universidade que goza de boa reputação acadêmica dentre as congêneres internacionais e nacionais, boa fama entre empregadores em diversas áreas do conhecimento e boas relações quantitativas entre docentes/discentes, tem textos científicos citados referencialmente em trabalhos teóricos e aplicados de pares brasileiros e estrangeiros e ainda consegue ter uma taxa de internacionalização bastante promissora. As duas UERJ contêm os termos da contradição que explicam a estupefação de muitos ao vê-la precarizada e bem situada no ranking mundial de universidades. (Gama, 2017, p. 212).

O debate da reformulação curricular sofreu diante de discussões mais urgentes naquele contexto. Era uma questão de sobrevivência da universidade tal qual foi concebida. Isso se refletiu em números, como os relativos à quantidade de ingressantes, por exemplo. O Gráfico 1 mostra a situação de 2018 do curso de Licenciatura em Matemática da FFP-UERJ, onde os dados de evasão são numericamente superiores ao de ingressantes. A recuperação começa a acontecer somente em 2019. No segundo semestre de 2021, em meio à pandemia de Covid-19, a UERJ iniciou o movimento de ingresso usando a nota do ENEM, o que elevou consideravelmente a quantidade de alunos ingressantes no referido curso.



**Gráfico 1** Número de Concluintes, Evadidos e Ingressantes na Licenciatura em Matemática da FFP - UERJ de 2018 a 2022. Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados obtidos no sistema SAG-UERJ (2023).

Diante de toda a conjuntura do momento, em 2019 é submetida à análise interna na universidade o projeto de curso de Licenciatura em Matemática da FFP-UERJ, baseado na Resolução CNE/CP nº 2, de 2015. O debate não estava finalizado porque, ainda em 2019, uma nova resolução foi publicada em consonância com as novas compreensões do governo federal em relação à formação docente, a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019).

Em outro movimento, não alinhado às mesmas concepções, a Resolução CNE/CES nº 7 (Brasil, 2018), de 18 de dezembro de 2018, já tinha estabelecido que as atividades de extensão deveriam passar a compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação.

Diante dos novos instrumentos norteadores, tinha início um processo de luta pela formação de professores construída com o diálogo entre os pares e um debate sobre a organização da extensão nos currículos, diante da importância de seu papel na FFP, de modo que a curricularização da extensão, ou integralização como passou a ser conhecida na instituição, mantivesse o papel transformador das ações extensionistas. Esse ainda é um desafio presente, em meio a um quadro político recentemente modificado, que anseia por mecanismos orientadores que venham contribuir na

condução do processo e respondam às demandas por políticas públicas efetivas de formação para a profissão docente elaboradas a partir de discussões entre os atores.

Além disso, a construção do currículo de uma licenciatura depara-se com uma série de desafios que demandam considerar as inúmeras mudanças que se manifestam. É importante que o currículo seja capaz de englobar as transformações sociais, tecnológicas e econômicas que impactam o campo da educação. Neste sentido, é essencial fomentar uma formação que estimule o pensamento crítico, a criatividade e instrumentalize os futuros educadores, a fim de prepará-los para enfrentar os desafios e atender às demandas de uma sociedade em constante evolução. A FFP vem se articulando, ao longo destes 50 últimos anos, para se consolidar como esse lugar onde pessoas de diferentes áreas, como matemáticos, historiadores, biólogos, geógrafos, profissionais de Letras e pedagogos, podem colaborar juntas. É a construção de um ambiente que valoriza o trabalho de formação docente e assume o compromisso com a melhoria da educação pública, por meio da pesquisa sobre o ensino e da ação pública em educação. Os desafios ainda são grandes nessa perspectiva e suscitam atitudes proporcionalmente relevantes no sentido de contribuir para a construção que se almeja, mas o caminho tem sido gratificadamente exitoso até aqui.

### **Refletindo sobre o passado e o presente para pensar o futuro**

A Licenciatura em Matemática da FFP não nasce como um braço de um curso de bacharelado, como é comum em muitas instituições. A formação de professores na FFP articula a prática como componente curricular no cerne da elaboração de suas concepções, antes mesmo do termo ganhar notoriedade nos instrumentos norteadores oficiais. Compreender os efeitos dessa construção no recorte do cenário de uma instituição que forma docentes há 50 anos no município de São Gonçalo tende a trazer um ponto de vista interessante da formação efetiva para a profissão docente. Neste texto são apresentadas as considerações iniciais do movimento de registro histórico na Licenciatura em Matemática na FFP, que temos a convicção de que serão ferramentas importantes para a compreensão do processo até o momento, subsidiando futuras ações e reverberando as ideias de como a instituição está incorporando o conceito de formação para a docência em Matemática.

Para a formação de professores na área, consideramos que o primeiro passo consiste em desconstruir a concepção tradicional do professor de Matemática, seguido pela construção da identidade docente do estudante de licenciatura. É crucial reconhecer que a docência não deve ser exercida como um instrumento tradicional de poder sobre o outro, subjugando-o. Além disso, não pode se basear apenas na transmissão de conhecimento, tratando o professor como a única fonte detentora de todo o conhecimento. Isso parece óbvio quando dito ou lido, mas precisa ser uma discussão permanente porque não foi superada.

São inúmeros os desafios a serem enfrentados no percurso da formação de professores de Matemática. A evasão de estudantes na licenciatura, agravada pelos problemas enfrentados pela educação básica no período pós-pandemia, constitui um obstáculo significativo. Além disso, há a necessidade de lidar com políticas públicas que nem sempre são favoráveis, oscilações políticas que afetam a qualidade do trabalho educacional, a escassez de recursos financeiros e a falta de infraestrutura adequada. É preciso mencionar também que a remuneração dos professores, em todas as diferentes esferas, não reflete o devido reconhecimento do seu papel, o que acarreta dificuldades adicionais. Complementarmente, há questões sociais relevantes que impactam o contexto escolar e exigem atenção especial.

Mas é fundamental que, dentro desse contexto e no exercício de pensarmos o futuro, sejam amplamente disseminadas e exaltadas as palavras apresentadas por Nóvoa (2017), com o risco de corroborarmos com as concepções do papel redentor do professor culturalmente difundidas.

Muitas vezes, fala-se da formação de professores como uma espécie de resposta ou de “salvação” para todos os problemas educativos. Quando se adota esta linha de raciocínio, facilmente se cai numa visão dos professores como “super-homens” ou “super-mulheres”, capazes de tudo resolver. Daqui à sua responsabilização ou culpabilização vai um pequeno passo. Nunca me verão seguir por este caminho. (Nóvoa, 2017, p. 1131).

A Licenciatura em Matemática da FFP foi construída com base nessa concepção, ciente do seu papel social e com o olhar para o futuro que queremos, não somente aquele com o qual nos deparamos. Assim, a meta é formar o professor com habilidade para discutir e multiplicar ideias, de propor rotas diante dos desafios, e não para ser

mero executor do que é pré-estabelecido. Talvez seja essa a real “formação docente para o futuro” tão buscada.

## Referências

ANDRÉ, M. *et al.* O trabalho docente do professor formador no contexto atual das reformas e das mudanças no mundo contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 91, n. 227, p. 122-143, 2010.

BRASIL. *Decreto-Lei 1.190, de 4 de abril de 1939*. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1939. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del1190.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1190.htm). Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 28/2001, de 18 de janeiro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 2002a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category\\_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 2002b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=159251-rcp002-02&category\\_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159251-rcp002-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 1º de julho de 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=17719&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=17719&Itemid=). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf). Acesso em: 27 jun. 2023.



BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Diário Oficial*, Brasília, DF, 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 27 jun. 2023.

DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, 2015.

GAMA, Z. Potencial e precarização: a UERJ em foco. *ADVIR*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 201-214, 2017.

GATTI, B. A. Formação inicial de Professores para a educação básica: Pesquisas e políticas Educacionais. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24-54, 2014. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1899/1899.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

GATTI, B. A. *et al.* *Professores no Brasil: novos cenários de Formação*. Brasília, DF: UNESCO, 2019.

LARA, I. C. M. *Exames Nacionais e as “verdades” sobre a produção do professor de Matemática*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13276/000642620.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 jun. 2023.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMzrvnbsbYjmvCbd/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SOKOLOWSKI, M. T. Levantamento histórico da formação de professores no Brasil: legislação e políticas educacionais. *Educação: Teoria e Prática*, v. 25, n. 49, p. 225-238, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/8144/6851>. Acesso em: 24 maio 2023.

## **ENTREVISTA COM ANA LUCIA PINTO CONSIDERA**

*Ana Lucia Pinto Considera trabalha na FFP há 47 anos e desde 2010 é chefe de secretaria de Graduação. É formada em Assistente de Administração e atua na categoria de técnico universitário II. A comissão organizadora deste livro<sup>1</sup> entrevistou Ana Lucia em novembro de 2023.*

**Comissão organizadora do livro:** *Como você vê o processo de especialização dos técnicos, comparando com os momentos iniciais e os dias atuais?*

**Ana Lucia Pinto Considera:** Em relação aos servidores técnicos atuais, a maioria tem o curso superior completo, ou está terminando. Poucos técnicos antigos tinham o curso superior, a maioria da parte administrativa possuía o ensino médio completo. O diferencial nisso é que muitos chegam, mas estão tentando outros concursos, então acho ruim essa parte. Não sou contra o estudo, não é isso, mas acho ruim o servidor ir embora. Já perdemos ótimos concursados que foram para outras áreas, normalmente a área relacionada ao que cursaram, e/ou em busca de um salário maior. A maior parte dos servidores antigos saiu por aposentadoria, acredito que a partir do momento atual a FFP terá uma rotatividade maior de servidores ou mesmo falta de servidores. Não sei até quando o último concurso irá chamar.

**C.O.L.:** *O que é ser técnico numa universidade pública com tanta diversidade social, econômica, educativa, política e cultural?*

**A.L.P.C.:** Para o técnico, essa diversidade não traz diferença, o nosso trabalho são procedimentos acadêmicos, com datas de início e fim. O maior problema dos técnicos é quando os alunos não têm compromisso, quando chegam à universidade à procura de bolsas e auxílios e esquecem da renovação da matrícula, porque acham que sempre terá um jeitinho. Muitos parecem ter a impressão de que não serão cobrados nas provas, e o índice de cancelamento ou desistência é alto, e por conta dos auxílios de agora se inscrevem no mínimo permitido para que possam usufruir ao máximo dos auxílios. Comparando com o aluno antigo, os de agora têm muitas vantagens, mas não sabem usufruir delas. Muitos, ditos pelos próprios, estão ali para cumprir o desejo dos pais ou para ver como funciona a Universidade, se for "legal" eles ficam, se não for

---

<sup>1</sup> Ana Claudia Ramos Sacramento, Andréa Rodrigues, Célia Cristina da Silva Tavares, Daniela Calainho, Glauber Almeida de Lemos, Marcele Câmara de Souza, Marilene Antunes Sant'Anna e Sônia Camara.

trocaram de Universidade. Teve uma época que o nosso "fantasma" era a Universidade Particular, tipo pagou passou, hoje é o CEDERJ, que é público e oferece cursos on-line. Tenho visto muitos alunos indo para os cursos on-line/ensino a distância.

**C.O.L.:** *Na sua opinião, o que pode representar hoje a FFP para a cidade de São Gonçalo?*

**A.L.P.C.:** Um lugar Plural, acolhedor, de Formação, com um público diverso. Hoje acredito fielmente que a FFP é reconhecida pela política do Estado e do Município. Temos nossos alunos nos representando em concursos em todo o Brasil, atualmente temos muitos concluindo e indo para o exterior. A FFP tem um potencial de crescimento muito grande, principalmente com a compra do terreno ao lado. Poderá se pensar em outros cursos de interesse da população local.

**C.O.L.:** *Que registro você guarda na memória em relação às grandes mudanças que sofreu a FFP em termos de infraestrutura e condições de trabalho, desde que entrou?*

**A.L.P.C.:** Com certeza a chegada de bons equipamentos, salas climatizadas, O Sistema acadêmico que ainda não é o ideal, os sistemas da UERJ "não conversam entre si" mas é muito melhor do que o trabalho Manual. Eu, sou de uma época, onde tudo era manual, matrícula, diários (as solicitações de matrícula numa disciplina eram numa folha de papel almaço numerada, após o término tínhamos que colocar em ordem alfabética e datilografar todos os diários. Hoje, tudo é on-line, o máximo que fazemos às vezes é pedir a impressão do diário para um professor que ainda não se cadastrou no Prof. On-line. Com isso o número de servidores diminuiu muito. Chegamos a ter na Secretaria uma média de 22 servidores entre manhã e noite, somente na secretaria, hoje atendemos no período de 09:00 às 20:00 temos 08, contando comigo como Chefe de Secretaria, atendemos a secretaria de Graduação e os departamentos. Acho pouco, deveríamos ter mais. Eu tento cobrir uma parte da manhã e o início da noite. Temos sérios problemas na internet, ou muito lenta, ou fora do ar, esse problema não é da FFP e sim da transmissão, o Servidor é na UERJ Maracanã, quando toda a universidade está fazendo o mesmo trabalho é um horror qualquer trabalho de digitação por conta da lentidão do sistema.

**C.O.L.:** *Que memórias afetivas você guarda da FFP?*

**A.L.P.C.:** Antigamente, as pessoas eram mais amigas, mais próximas, tanto professor como servidor, hoje tem servidores que não conhecemos, idem professor. O trabalho no sistema afastou as pessoas, cada um toma conta do seu, e o colega da sala ao lado é visto raramente. Antes tínhamos um café, aniversariantes do mês, confraternização de Natal, todos se viam com mais frequência.

**C.O.L.:** *Entre as muitas pessoas que trabalharam mais diretamente com você na FFP, que nomes destacaria?*

Tenho muitos, aprendi muito com cada um desses que vou relacionar: Profa. Maria Helena da Silva Paes Farias foi uma diretora maravilhosa e empenhada em fazer a FFP crescer, na época de atuação dela que tivemos os primeiros cursos reconhecidos. Viramos noite para datilografar e montar os processos das Licenciaturas Plenas, e isso foi feito com prazer; Profa. Marilena Tiengo de Freitas foi a chefe de Secretaria que montou a Secretaria de Graduação e atuou de frente na montagem dos processos dos primeiros registros dos diplomas da FFP; Servidora Técnica Angela Bezerra de Menezes Galindo (*in memoriam*), responsável pelos Diplomas da Licenciatura plena e chefe de Secretaria FFP; Técnica Regina Ferreira e Ferreira (*in memoriam*) foi também chefe de Secretaria FFP. Quando fomos incorporados à UERJ, ela organizou a forma de colocar todos os alunos no Sistema da UERJ Maracanã, tínhamos que ir à UERJ Maracanã para fazer isso, íamos eu, ela e Luiz Carlos Miranda, outro técnico. Cadastramos todos os alunos no sistema. A FFP foi incorporada à UERJ em julho de 1987, não foi fácil essa incorporação, não deixamos a Faculdade parar, mas foi difícil incorporar, não fomos bem aceitos no início. Para se ter uma ideia, cadastramos os alunos no sistema só a partir de 1992. O primeiro vestibular oficial da FFP na UERJ foi em 1991. Esses alunos foram recebidos pela UERJ Maracanã e enviados para cá, após as matrículas, somente após esse vestibular, que foi visto como seriam as matrículas dos alunos que já se encontravam aqui antes da incorporação. A partir de 1992, cadastramos os antigos, e os novos já estavam, e a partir de 1993 o trabalho foi ficando mais simples, ainda assim, precisávamos lançar essas notas nos nossos arquivos. Os alunos antigos matriculados até 1987 ficavam num arquivo da FFP. Ficamos sem vestibular até 1990/2, foram autorizadas nesse período transferência externa e Aproveitamento de Estudos, senão teria um grande esvaziamento. A partir de 1991,

tivemos o primeiro vestibular para a FFP-UERJ e Regina foi muito atuante nesse tempo. Eu trabalhava diretamente com ela. Passamos a ter alunos com cadastro na UERJ e alunos que fizeram o vestibular e entraram num novo currículo. Foi bem confuso, mas deu tudo certo pelo cuidado e zelo de Regina. E aqui destaco, *in memoriam*, o professor Neymar Negreiros Brígido, que estava Diretor na época da incorporação na UERJ e por conta própria fez o último vestibular no 1º semestre de 1987, o que foi uma atitude importante para que a FFP não esvaziasse de alunos. Foi no mandato do professor Pedro Cezar Subrinho com a professora Nadir Oliveira dos Santos que aconteceu o primeiro vestibular da própria UERJ. Após esse mandato, vieram Nadir e Maria Alice e os primeiros computadores começaram a chegar para agilizar os trabalhos técnicos administrativos. A partir do ano 2000, os diretores Professor Marco Antônio (*in memoriam*) e a Profa. Mariza de Paula Assis colocaram a FFP no trilho do crescimento: com eles chegaram a internet e as matrículas on-line, eles deram um outro ritmo de trabalho junto à UERJ Maracanã. Acho que lembrei de todos os mais importantes na minha visão. Destaco, por fim, *in memoriam*, a professora Haydée Figuerêdo, que começou a pensar no arquivo de memórias da FFP e deixou um trabalho importante, que inspira vários estudiosos que pesquisam sobre a FFP. Finalizo, assim, esta entrevista, trazendo duas fotos da professora Haydée, guardadas na FFP.



**Fig 1** Professora Haydée Figuerêdo (1950-2003), [s/data, s/autor]. Fonte: Acervo da FFP (2023).

## ENTREVISTA COM ODIMAR GOMES JÚNIOR

*Odimar Gomes Júnior está há 10 anos na UERJ/FFP. Bacharel em Teologia, Licenciatura em Letras Clássicas (Port./Grego), Mestre em História Social, Téc. Universitário II e atual Coordenador do Campus Regional UERJ/FFP. A comissão organizadora deste livro<sup>2</sup> entrevistou Odimar em novembro de 2023.*

**Comissão organizadora do livro:** *Como você vê o processo de especialização dos técnicos, comparando com os momentos iniciais e os dias atuais?*

**Odimar Gomes Júnior:** Quando ingressei na FFP em primeiro de outubro de 2013, não tínhamos muito incentivo para nos reciclarmos ou até mesmo para estudarmos. Lembro-me de que, para quem era técnico universitário de nível médio, tínhamos um adicional de qualificação de apenas R\$ 125,00 se tivéssemos graduação. Não havia nenhum incentivo para fazermos mestrado ou doutorado. Essa situação somente foi mudar em agosto de 2022. Outra forma de promover o aperfeiçoamento do quadro técnico veio com a Lei 6.701/2014<sup>3</sup> que implementou o CAPACIT-UERJ, regulamentado pela Deliberação Nº 15/2018<sup>4</sup>. Nesta deliberação, especificamente em seu Art. 3º, registram-se os objetivos do programa, a saber:

Art. 3º - O Programa CAPACIT-UERJ deverá atender aos seguintes objetivos específicos:

I - Contribuir para o desenvolvimento do servidor como profissional e cidadão;

II - Oferecer conhecimentos para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados às comunidades interna e externa;

III - Atender as necessidades institucionais contemplando o tripé ensino, pesquisa e extensão da Universidade;

IV - Capacitar o servidor para a realização das suas atividades de forma articulada com a função social da Instituição;

V - Promover ações que visem à inter-relação dos diversos componentes organizacionais da Instituição.

---

<sup>2</sup> Ana Cláudia Ramos Sacramento, Andréa Rodrigues, Célia Cristina da Silva Tavares, Daniela Calainho, Glauber Almeida de Lemos, Marcele Câmara de Souza, Marilene Antunes Sant'Anna e Sônia Camara.

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.sgp.uerj.br/site/images/Lei%20Ordinaria\\_6701.14\\_41d40.pdf](https://www.sgp.uerj.br/site/images/Lei%20Ordinaria_6701.14_41d40.pdf). Acesso em: 22 nov. 2023.

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.sgp.uerj.br/site/images/Deliberacao%2015-2018\\_b2e7c.pdf](https://www.sgp.uerj.br/site/images/Deliberacao%2015-2018_b2e7c.pdf). Acesso em: 22 nov. 2023.

VI - Atender aos requisitos exigidos de capacitação que levem o servidor à progressão.

Note-se que, conforme o inciso VI, os técnicos universitários somente poderão progredir de nível se submeterem ao CAPACIT-UERJ através de cursos presenciais ou online de, no mínimo, 45 horas, com nota final mínima de 7,0 e com presença não inferior a 85%<sup>5</sup>.

**C.O.L.:** *O que é ser técnico numa universidade pública com tanta diversidade social, econômica, educativa, política e cultural?*

**O.G.J.:** É uma oportunidade ímpar de contribuir na melhoria de uma universidade pública, laica, gratuita e de qualidade, principalmente quando se trata da única universidade pública do município de São Gonçalo com cursos de graduação, mestrado e doutorado. Por mais que a atividade técnica não seja a atividade fim da universidade, sinto que ela é imprescindível para a formação do corpo discente com qualidade, bem como a troca cotidiana que temos com o corpo docente, contribuindo com nosso conhecimento administrativo numa época em que cada vez mais conhecimento técnico e tecnológico tem sido cobrado de professoras e professores que atuam no serviço público.

**C.O.L.:** *Que registros você guarda na memória em relação às grandes mudanças que sofreu a FFP em termos de infraestrutura e condições de trabalho, desde que entrou?*

**O.G.J.:** Ao chegar na FFP em outubro de 2013, algumas coisas me impactaram negativamente: Telefones que não funcionavam, falta de aparelhos de ar condicionado nas salas de aula, pilhas de processos físicos sobre as mesas e total falta de acessibilidade. Desde então, presenciamos a troca da rede de telefonia de analógica para digital; a climatização de todas as salas de aula, bem como a instalação de TVs; a ampliação do bloco C com mais quatro salas de aula e dois banheiros em seu segundo pavimento; a troca de todos os bebedouros e o incentivo à utilização de garrafas em substituição a copos plásticos; a implementação pelo DMAT de um meliponário; a

---

<sup>5</sup> Art. 16 do AEDA 053/REITORIA/2023. Disponível em: [https://www.sgp.uerj.br/site/images/AEDA-053-REITORIA-2023%201\\_c7896.pdf](https://www.sgp.uerj.br/site/images/AEDA-053-REITORIA-2023%201_c7896.pdf). Acesso em: 22 nov. 2023.

horta do projeto KAMUATÁ; aquisição do terreno para ampliação física da FFP e instalação de novos laboratórios; o início das obras de acessibilidade; a criação da editora da FFP e demais melhorias físicas e laborais. Dentre as melhorias, destaco a implementação do SEI no primeiro semestre de 2020<sup>6</sup> que veio, finalmente, acabar com processos físicos e com a necessidade de transportarmos diariamente pilhas de processos entre a FFP e o *Campus Maracanã*, isso sem mencionar a economia de toner e papel.

**C.O.L.:** *De que modo a FFP impactou na sua formação profissional?*

**O.G.J.:** Após ingressar na FFP, tive a oportunidade de fazer vários cursos de capacitação, melhorando consideravelmente meu conhecimento administrativo da coisa pública. Tive também a oportunidade fazer o mestrado em História Social, uma contribuição importantíssima em minha formação pessoal e profissional.

**C.O.L.:** *Que memórias afetivas você guarda da FFP?*

**O.G.J.:** Lembro-me da indecisão em que fiquei se aceitaria ou não o cargo público, pois o salário era bem menor do que ganhava onde trabalhava. Diante do impasse, quatro pessoas foram muito importantes para que eu decidisse pela FFP, Silvano Palmares, a Prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia Abrantes, a Prof.<sup>a</sup> Mariza Assis (ambas do DEDU) e Adriano Fiaux. Silvano conversou bastante comigo me mostrando as vantagens em ficar na FFP. Maria Lúcia e Mariza me telefonaram e insistiram bastante comigo, mas ainda persistia um impasse: o horário, pois eu não tinha condições de trabalhar no turno da noite. Aqui entra a figura do então administrador da FFP. Adriano me aceitou na administração e no horário em que eu tinha disponibilidade.

Por essa época, eu fui cobrir as férias do técnico que era secretário no Departamento de Letras, foi quando descobri que seria pai pela segunda vez. Os chefes do DEL à época eram Fernando Monteiro de Barros e Victória Wilson, os primeiros a me presentear com uma toalha linda para o bebê que nasceria em junho de 2014.

Com o passar do tempo, houve a mudança na direção da FFP que foi assumida pelas professoras Ana Santiago e Mariza Assis. Elas me convidaram para assumir o cargo de administrador da FFP, cargo que viria a ser modificado para Coordenador do

---

<sup>6</sup> A legislação pertinente à implementação do SEI na UERJ pode ser consultada em: <https://www.sei.uerj.br/normas/legislacao/>. Acesso em: 22 nov. 2023.



Campus Regional. O trabalho e a convivência com elas têm sido marcantes. O aprendizado é diário. Com elas tenho aprendido o equilíbrio entre o dever do servidor público e o afeto que permeia as relações pessoais.

**C.O.L.:** *Que colegas que já se foram você gostaria de homenagear nesse momento tão ímpar na história da FFP?*

**O.G.J.:** Receio que a memória venha a falhar, mas os que mantive um contato mais próximo foram o Prof. Fernando Monteiro de Barros, Prof. Andreino Campos, Prof.<sup>a</sup> Jacqueline de Fátima Moraes, Téc. Demerval Pereira, segurança Adriano, motorista Jonancy Coimbra (Boroco), Téc. Milton Moraes.

**C.O.L.:** *Na sua opinião, o que pode representar hoje a FFP para a cidade de São Gonçalo?*

**O.G.J.:** Representa o que há de melhor no ensino público de nível superior, contribuindo para a formação e a transformação daqueles que adentram os seus portões e sabem aproveitar a oportunidade que têm.

## **Referências**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Lei nº 6701 de 11 de março de 2014*. Reestrutura o plano de cargos, carreiras e remuneração do quadro de pessoal dos servidores técnico-administrativos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e dá outras providências. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. Disponível em: [https://www.sgp.uerj.br/site/images/Lei%20Ordinaria\\_6701.14\\_41d40.pdf](https://www.sgp.uerj.br/site/images/Lei%20Ordinaria_6701.14_41d40.pdf). Acesso em: 22 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Deliberação nº 15/2018*. Cria e regulamenta o Programa de Qualificação CAPACIT da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2018. Disponível em: [https://www.sgp.uerj.br/site/images/Deliberacao%2015-2018\\_b2e7c.pdf](https://www.sgp.uerj.br/site/images/Deliberacao%2015-2018_b2e7c.pdf). Acesso em: 22 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Ato Executivo de Decisão Administrativa*. AEDA 053/Reitoria/2023. Dispõe sobre as normas internas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, para a progressão funcional dos servidores técnico administrativos, nos termos da Lei nº 6.701 de 11 de março de 2014. Disponível em: [https://www.sgp.uerj.br/site/images/AEDA-053-REITORIA-2023%201\\_c7896.pdf](https://www.sgp.uerj.br/site/images/AEDA-053-REITORIA-2023%201_c7896.pdf). Acesso em: 22 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Sistema Eletrônico de Informações. Legislação. *SEI UERJ*, Rio de Janeiro, c2023. Disponível em: <https://www.sei.uerj.br/normas/legislacao/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

## **POSFÁCIO - ENTRECruzando HISTÓRIAS: A EFEMÉRIDE DOS 50 ANOS DA FFP**

*Ana Cláudia Ramos Sacramento - DGEO-FFP-UERJ*

*Andréa Rodrigues - DEL-FFP-UERJ*

*Célia Cristina da Silva Tavares - DCH-FFP-UERJ*

*Daniela Calainho - DCH-FFP-UERJ*

*Glauber Almeida de Lemos - DCIEN-FFP-UERJ*

*Marcele Câmara de Souza - DMAT-FFP-UERJ*

*Marilene Antunes Sant'Anna - DEDU-FFP-UERJ*

*Sônia Camara - DEDU-FFP-UERJ*

**A** produção deste livro inscreve-se no intento de celebrar a efeméride da Faculdade de Formação de Professores reunindo, para isto, professores dos seis departamentos que compõem a faculdade. Assim, a comemoração do cinquentenário da FFP vem carregada de simbologia em torno da sua representação de luta, de dedicação e de engajamento dos movimentos e ações que se organizaram em prol de sua implantação e consolidação no Município de São Gonçalo. Nestes anos, foram os trabalhos de vários agentes que investiram tempo e esforços para buscar promover diálogos em defesa de uma educação por e para todos, ancorada no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão.

Destarte, destacamos a importância de compreender, segundo Freire (1989, p. 49), que “A nossa tarefa revolucionária exige de nós não apenas informar corretamente, mas também formar. Ninguém se forma realmente se não assume responsabilidades no ato de formar-se”. Nestes anos de existência, a FFP tem assumido essa missão: FORMAR! Mas não apenas para sair com a certificação que lhe confere o reconhecimento e qualificação profissional. Espera-se, também que os discentes possam sair para formar vidas, para construir relações que possam transformar os espaços onde os diferentes corpos estão e irão estar presentes, a fim de promover a compreensão do conhecimento, dos afetos e das relações num processo dinâmico e dialético de constante aprendizagem. Nesta direção, Freire nos provoca a buscar construir, nos mais 50 anos que virão, o caminho da formação de professores-pesquisadores que irão promover novos conhecimentos.

A Faculdade de Formação de Professores, nascida na periferia urbana gonçalense, vem ao longo de sua história constituindo-se em referência em escalas: local, regional, nacional e internacional. Atualmente, além de possuir as licenciaturas

em Ciências, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia, oferece cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, facultando, assim, o adensamento da formação, do ensino e da pesquisa. A consolidação destas instâncias formativas tem contribuído para a promoção de pesquisas em diferentes áreas de conhecimento, o que vem permitindo estabelecer parcerias nacionais e internacionais e, com isso, construir possibilidades acadêmicas.

Nesta direção, as professoras Arruda e Dias (2023) notam a importância da FFP na articulação mais acentuada no processo de formação de professores na graduação e pós-graduação no leste fluminense para construir novas análises e intervenções de pesquisas que contribuirão para a educação local como também nacional.

Ao longo de sua trajetória, a faculdade tem objetivado construir e defender uma formação plural, igualitária e com diversidade, tornando-se, deste modo, uma Faculdade para e com os alunos advindos das classes populares. Por isso, cotidianamente tem enfrentado desafios e demandas relativos aos problemas relacionados aos processos formativos que envolvem as instituições públicas, historicamente.

Que venham mais cinquenta anos de muita vivacidade, em que se intente promover, a cada dia, a qualificação política, social, humana e educativa de todos/as os/as envolvidos/as em suas dinâmicas pedagógicas e administrativas. Além disso, esperamos que a FFP possa ter longa vida em projetar e efetivar a formação de novos professores-pesquisadores a serem agentes de transformação em seus diferentes espaços de ação. Em modificar com novos conceitos teóricos/didático-pedagógicos e disciplinares a fim de mobilizar os profissionais a identificar, reconhecer, desenvolver e produzir novos conhecimentos nos seus diferentes ambientes sociais e de trabalho.

Como um espaço plural e acolhedor, a FFP encontra-se de portas abertas para receber públicos que entendam e concebam a faculdade como um espaço de formação, de acolhimento para as diferenças, de luta, de resistência e de formação para conscientização da necessidade de se realizar, cada vez mais processos que visem realizar a popularização da ciência. Nesta direção, ampliam-se as parcerias e os diálogos com públicos diversificados e plurais que permitam somar na construção de uma sociedade dinâmica, viva e ativa que busque estar na e com a Universidade.

A partir da eclosão da pandemia da Covid-19, temos presenciado a ampliação de uma tendência em investir em iniciativas e movimentos sociais mobilizados por

diferentes coletivos de mulheres, de organizações sociais-econômicas, de microempreendedores, de artistas, de gêneros, de escolas, dentre outros que têm trazido para a FFP novos olhares para os usos do espaço público.

Ao longo dessa trajetória de formação, a FFP tem contribuído para a inovação científica, tecnológica e social, a fim de promover o conhecimento com e pela sociedade para capacitar a formação de cidadãos mais conscientes e críticos e com isso “para a formação do homem novo e da mulher nova. Ela tem de ser uma educação nova também, que estamos procurando pôr em prática de acordo com as nossas possibilidades” (Freire, 1989, p. 48)

Com este intento, serão necessárias novas ações pensando o crescimento das licenciaturas e dos cursos de pós-graduação para atender novas e velhas demandas enfrentadas pela FFP. Faz-se premente oportunizar o fortalecimento da faculdade no que se refere às condições de trabalho de professores e profissionais técnicos, bem como dos discentes, a fim de fomentar a valorização do ensino, da pesquisa e da extensão como parte constitutiva da formação do professor/pesquisador.

A sociedade demanda novos conhecimentos, novos campos de trabalho, novos problemas a serem enfrentados e que a FFP possa por meio de seus professores, estudantes e técnicos trazer a possibilidade de intervenção no Leste Fluminense, bem como de maneira regional, nacional e internacional, construindo acadêmicos e pessoas que fazem diferença com seus estudos com temas relevantes para a sociedade.

*Os organizadores*

*Escrita numa primavera-verão com emoções de 50 anos*

*Numa São Gonçalo calorosa!*

## Referências

ARRUDA, M. da C. C.; DIAS, R. Apresentação FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - FFP/UERJ - 50 anos formando formadores. *Revista da ANFOPE* – Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação, Seropédica, v. 5, n. 11, p. 1-9, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/895/706>. Acesso em: 2 dez. 2023.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

## **Dados sobre os organizadores**

### **Ana Claudia Ramos Sacramento**

Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Faculdade de Formação de Professores (2002), Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da USP (2007) e Doutora em Geografia Física pela DG-FFLCH-USP (2012). Tem experiência como professora das redes pública e privada no Estado do Rio de Janeiro e no município de São Paulo. Atualmente é professora associada no Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ensino de Geografia, na graduação e na pós-graduação, principalmente nos seguintes temas: Educação Geográfica, Formação de Professor, Materiais Didáticos, Ensino de Cidade, Currículo e Didática de Geografia. Coordenadora Projetos FAPERJ, como Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ 2018-2022) e Projeto Temático (2022-2026), AP1 (2016-) e Procientista (UERJ) (2021-2024) e Projeto Universal - CNPq (2022-2025). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia, Educação e Cidades (UERJ-FFP). Pós-doutorada em Geografia pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2023).

### **Andréa Rodrigues**

Professora Associada do Departamento de Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPLIN) e do Mestrado Profissional em Letras na FFP-UERJ - Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Letras pela PUC-Rio, com estágio de doutorado na École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris- França) e Pós-Doutorado na UNIRIO. Mestre em Linguística pela UFRJ, com graduação em Letras pela UFF. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de estudos em Língua e Discurso (NELID) – FFP-UERJ, e membro do grupo Conhecimento, história e língua - UNIR. Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso e História das ideias linguísticas.

### **Célia Cristina da Silva Tavares**

Formou-se em História na Universidade Federal Fluminense - UFF desde a graduação (1985), passando por mestrado (Entre a cruz e a espada: jesuítas na América portuguesa – 1995) e doutorado (A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa – 2002). Fez pós-doutorado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2009-2010), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História dos Descobrimentos e da Expansão. É professora associada do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), em São Gonçalo, onde ministra, desde 1994, vários cursos – incluindo paleografia – e é pesquisadora do Núcleo de Estudos Inquisitoriais (NEI). Publicou Jesuítas e inquisidores em Goa (Roma Editora, 2004) e o Guia de fontes e bibliografia sobre a Inquisição (Eduerj, 2005), dentre outros livros.

### **Daniela Buono Calainho**

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1985), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2000) e Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo (2008) e Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Professor Associado DE da Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde 1993 e

Procientista desde 2000. Coordenadora do Programa de História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ de 2010 a 2013. Coordenadora de Pesquisa da Faculdade de Formação de Professores da UERJ de 2016 a 2020. Pesquisadora e sub-coordenadora do grupo Companhia das Índias - Núcleo de História Ibérica e Colonial nos Tempos Modernos, contemplado pelo PRONEX desde 2006, sediado na Universidade Federal Fluminense e liderado pelo Prof. Dr. Ronaldo Vainfas. Pesquisadora integrante da Rede Brasileira de Estudos de História Moderna desde 2019. Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Inquisitoriais, cadastrado no CNPq. desde 2008. Bolsista FAPERJ na categoria Jovem Cientista do Nosso Estado de 2009 a 2013. Bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa de 2001 a 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: Inquisição moderna, religiosidades populares, religiosidades afro-brasileiras, escravidão, história da medicina luso-brasileira.

### **Glauber Almeida de Lemos**

Licenciado e bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Gama Filho (1990), Mestre em Ciências pela UFRJ (1996) e doutorando do Programa em Ensino em Biociências e Saúde da FIOCRUZ. Professor da FFP/UERJ desde 1997 tendo sido Subchefe e Chefe de Departamento, Vice-Diretor e Diretor. Foi Diretor do Centro de Educação e Humanidades da UERJ (CEH/UERJ), sendo membro efetivo do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão e do Conselho Universitário da UERJ no mesmo período (2008-2015). Foi membro e presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UERJ (2016-2019). Na FFP/UERJ atua em disciplinas na graduação de Ciências Biológicas e na Especialização em Ciências (Educação Básica); coordena e participa de projetos em botânica e divulgação científica e participou de diversos projetos acadêmicos-institucionais na FFP e na UERJ. Integra o Núcleo de Pesquisa e Ensino de Ciências (NUPEC/FFP).

### **Marcele Câmara de Souza**

Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela UERJ(FFP), mestrado em Informática pela UFRJ(NCE) e doutorado em Modelagem Computacional pela UERJ(IPRJ). Atualmente é Professora Associada da FFP/UERJ. Professora no Programa de Pós-Graduação em Matemática (PROFMAT/UERJ). Tem experiência na área de Computação, com ênfase em Programação, Ensino de Matemática e Estágio Supervisionado.

### **Marilene Antunes Sant'Anna**

Possui graduação em Pedagogia (UERJ) e História (UFRJ). Mestre e doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI). Bolsista de Prodência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

### **Sônia Camara**

Doutora e pós-doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuando na graduação e nos programas de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores e na Pós-Graduação em Educação



(ProPEd) da Faculdade de Educação. Líder do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI). Pro-cientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

## Dados sobre os autores

### Ana Lucia Pinto Considera

Trabalha há 47 anos na UERJ/FFP. É Técnico Universitário II e Chefe de Secretaria de Graduação da UERJ/FFP desde setembro de 2010. Formada em Ensino Médio Profissionalizante em Assistente de Administração.

### Douglas de Souza Pimentel

Licenciado em Ciências e Biologia e bacharel em Biologia Marinha pela UFRJ, mestre em Ecologia, também pela UFRJ e doutor em Recursos Florestais pela ESALQ. Na FFP/UERJ desde 1997, foi Chefe do departamento de Ciências, Coordenador do Núcleo de extensão e participou de diferentes projetos acadêmico-institucionais buscando formas de desenvolvimento coletivo da unidade. Foi orientador de quase uma centena de alunos entre as graduações e pós-graduações, na UERJ e na UFF. Nesse campo é professor da especialização em ensino de ciências e do programa de pós-graduação em ensino de ciências, ambiente e sociedade e coordena diferentes projetos de Extensão, Estágio Interno Complementar, PRODOCÊNCIA, Iniciação Científica e PROATEC, todos atrelados ao Grupo de Estudos Interdisciplinares do Ambiente (GEIA).

### Felipe Moura Fernandes

Possui licenciatura plena em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005), mestre em História Social do Território pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-FFP (2008) e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2012-2017). É professor adjunto na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em história da geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: história e teoria da geografia, ensino e geografia escolar, geografia e literatura.

### Gysele da S. Colombo Gomes

Graduada em Letras Português- Inglês pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1990), mestre em Linguística Aplicada pela PUC SP (2006) e doutora em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio (2014). Concluiu o pós-doutoramento na UFV desenvolvendo estudos sobre a Zona de Conforto e Emoções no ensino de língua estrangeira (2020-2021)e, atualmente, investiga, em seu pós-doutoramento na UFSCar, questões relacionadas ao letramento emocional na formação de professores de línguas. Como professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atua no ensino e na coordenação da graduação e pós-graduação (PPLIN). É líder de dois grupos de pesquisa: Linguagem & Sociedade e o LET (Linguagem, Ensino e Trabalho), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro dos GPs Crenças e Emoções (UFV) e do Educação Linguística e Formação de Professores de Línguas (UFSCar).

### Leonardo Mendes

Graduado em História e Letras (Port/Ing) pela Universidade Federal Fluminense, Especialista em Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Federal Fluminense, Mestre (1993) e Doutor (1998) em Letras pela Universidade do Texas em Austin, EUA, Pós-doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

(2012), Pós-Doutorado em História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (2017), e CLAIS Visiting Scholar na Universidade de Yale, EUA (2017). É Professor Associado de Literaturas de Língua Inglesa do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores e Professor do Programa de Pós-graduação em Letras (Instituto de Letras) e do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (Faculdade de Formação de Professores) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua nas áreas de literaturas de língua inglesa e portuguesa, nos seguintes temas: prosa de ficção de 1870 a 1920; naturalismo literário em perspectiva transnacional; pornografia; história do livro e da leitura.

### **Marcos Antônio Campos Couto**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (1988), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP-UERJ campus São Gonçalo. Desde 2012 compõe o Colegiado do Programa de Pós Graduação em Geografia (Mestrado) da UERJ-FFP, dedicando-se a Linha de Pesquisa "Ensino de Geografia e Produção Social do Espaço". Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros - seção Niterói (2021-2023). Em 2014 realizou Estágio de Pós Doutorado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, com o objetivo de propor uma didática da geografia na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. Desde 2016 é Vice-Lider do Grupo do Estudo e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil e na América Latina - HISTEDBR BAIXADA FLUMINENSE do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Desde 2022 é membro do Grupos de Pesquisas sobre Ensino de Geografia e Formação Docente do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino-aprendizagem, livros didáticos, construção de conceitos científicos, pedagogia histórico-crítica, marxismo e produção social do espaço e formação de professores.

### **Maria Tereza Goudard Tavares**

É mestre em Educação pela UFF (1992), Doutora em Educação Pela UFRJ (2003), Pós-Doutora pela FE/UNICAMP (2014). Professora Associada da Faculdade de Formação de Professores da UERJ/DEDU. Procientista da UERJ/FAPERJ e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Foi Diretora eleita da Faculdade de Formação de Professores da UERJ no Quadriênio 2008-2011. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa da(s) Infância(s), Formação de Professores (as) e Diversidade Cultural (GIFORDIC).

### **Mariza de Paula Assis**

É graduada em Psicologia com mestrado em Política Social. Atua na Faculdade de Formação de Professores desde o ano de 1981, lotada no Departamento de Educação. Na administração da FFP foi coordenadora de graduação na época do Complexo Educacional de São Gonçalo. Assumiu a chefia do Departamento de Educação durante várias gestões, diretora da unidade de 2001 a 2004 e vice-diretora por dois mandatos, de 2016 até a presente à data. No ano de 2005 foi convidada a ser assessora da vice-reitora da UERJ onde assumiu a assistência técnica da COPAD- Coordenação de Acompanhamento da Carga Horária Docente. Membro do PROAFRO e do NEAB SEMPRENEGRO.

### **Mônica Antônia Saad Ferreira**

Licenciada em Ciências (habilitação em biologia), bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Gama Filho (1989). Mestre em Microbiologia pelo Instituto Paulo de Goes - Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995). Atualmente, é professora assistente da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, onde já exerceu cargo de chefia e subchefia do Departamento de Ciências. Foi assessora no Centro de Educação e Humanidades da UERJ no período de 2008 a 2015. No presente momento, possui projetos de extensão e produção atuando nas áreas de Microbiologia e Imunologia.

### **Odimar Gomes Júnior**

Está há 10 anos na UERJ/FFP. Bacharel em Teologia, Licenciatura em Letras Clássicas (Port./Grego), Mestre em História Social, Téc. Universitário II e atual Coordenador do Campus Regional UERJ/FFP.

### **Patrícia Elaine Pereira dos Santos**

É mãe da Ashia e Mahin, graduada em Pedagogia pela PUC-Rio, mestre e doutora pela Faculdade de Educação da UFRJ. Professora do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ em São Gonçalo, coordenadora do GENTE (Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão Negritudes e Transgressões Epistêmicas). Estuda sobre a produção do conhecimento racial no espaço da escola e da universidade. Organizou os livros *Mestres das Periferias* (2020), *GENTE: Negritudes e Transgressões Epistêmicas* (2022).

### **Priscila Cardoso Petito**

Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1999), mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (2009) na área de Algoritmos e Combinatória. Atualmente é Professor Adjunto e chefe do Departamento de Matemática da FFP/UERJ, lecionando as disciplinas de Álgebra, de Aritmética e as disciplinas da Educação Matemática. Tem experiência na área de Educação Matemática e na área de Ciência da Computação, com ênfase em Análise de Algoritmos e Complexidade de Computação, atuando principalmente nos seguintes temas: grafos, combinatória, grafos ueh, ensino de álgebra, estágio Supervisionado em Matemática.

### **Rogério Carlos Novais**

Possui Graduação em Licenciatura em Biologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1987), Mestrado em Genética pela Universidade Estadual de Campinas (1990), Doutorado em Biologia Celular e Molecular pela Fundação Oswaldo Cruz (1999), e Pós-Doutorado pela Stanford University (2006). É Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade (PPGEAS) até 2016, revisor da revista "Journal of Microbiological Methods" de 2008 a 2011. Foi Chefe e Subchefe do Departamento de Ciências e Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores da UERJ entre 2012 a 2015, onde é professor efetivo desde 1996. Tem experiência na área de Genética e Biologia Molecular, com ênfase em Genética Molecular de Microrganismos e Microbiologia de alimentos.

### **Vera Lúcia Teixeira da Silva**

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutoramento pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora Associada aposentada da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (01-01-1991 a 20-07-2022), professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos desde 2011 e professora aposentada da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Atua nas áreas de ensino-aprendizagem, avaliação e de formação de professores de Língua Inglesa.